

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

28

jan-mar/2011



Banco do
Nordeste

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de
Estudos Econômicos do Nordeste / Etene

Número 28

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2011**

Obra publicada pelo



Presidente

— Roberto Smith

Diretores

— José Alan Teixeira da Rocha
— José Sydrião de Alencar Júnior
— Luiz Carlos Everton de Farias
— Oswaldo Serrano de Oliveira
— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
— Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

José Narciso Sobrinho – Superintendente

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Jânia Maria Pinho Souza – Gerente de Ambiente
Airton Saboya Valente Júnior
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Wendell Márcio Araújo Carneiro
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)
Wellington Santos Damasceno
(Gerente da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas)

Equipe ETENE:

Coordenação Técnica

Airton Saboya Valente Junior

Produto Interno Bruto

Aline Maria Souza Menezes

Desempenho do Comércio do Brasil e Nordeste

José Varela Donato

Desempenho do Faturamento e Balança Comercial do Agronegócio

Francisco Raimundo Evangelista

Balança Comercial do Agronegócio

George Alberto de Freitas

Agricultura

Maria de Fátima Vidal

Pecuária

Jackson Dantas Coêlho

Emprego e Rendimento

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Consultores Ad Hoc

Síntese de Expectativas e Coordenação Técnica

Assuero Ferreira

Nível de Atividade, Produção Industrial, Emprego e Rendimento, Síntese de Expectativas

Carlos Américo Leite Moreira

Roberto Alves Gomes

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Comércio Exterior

Inez Sílvia Batista Castro e Aline Maria Souza Menezes

Estagiários: João Mairton Moura de Araújo, José Vladimir Cardoso Sena, Roberto Alves Gomes e Rayssa Alexandre Costa

Preparação e Tabulação de Dados: Elias Augusto Cartaxo, Hamilton Reis de Oliveira, Kamille Leão de Souza, José Wandemberg Rodrigues Almeida e Leonardo Dias Lima

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita

Normalização Bibliográfica

Rousianne da Silva Virgulino

Revisão

Edmilson Nascimento

Diagramação

Franciana Pequeno

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 32995036

Celular: (85) 86356046

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 28 (jan. - mar. 2011). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2011 -

116 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 28

Janeiro-Março 2011

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

05

Panorama do Setor Turístico do Nordeste em 2010.....	5
Diferenciação de Comportamentos da Produção Física Industrial (PFI) na Região Nordeste e no Agregado do Brasil.....	12

2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

21

3. NÍVEL DE ATIVIDADE

27

Produto Interno Bruto.....	27
Comércio.....	35
Desempenho do Comércio no Brasil.....	35
Desempenho do Comércio no Nordeste	37
Produção Agropecuária	39
Agronegócio	39
Desempenho do Faturamento	39
Balança Comercial do Agronegócio	43
Agricultura	43
Pecuária.....	60
Produção Industrial do Brasil.....	60
Produção Industrial do Nordeste	63

4. EMPREGO E RENDIMENTO

73

Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal.....	76
--	----

5. SETOR EXTERNO

81

Cenário Internacional e Câmbio.....	81
A Balança Comercial Nordestina	82
Panorama por Estado	85
Quadro das Importações	91

SUMÁRIO

6. FINANÇAS PÚBLICAS

95

Arrecadação de ICMS	95
Fundos Constitucionais	96
Transferências Voluntárias	98
Aplicação dos Bancos Federais no Nordeste no Período 2009-2011	100

7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

103

Panorama Geral	103
Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	104
Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino	106
Desembolsos Realizados pelo BNDES	108
Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino	109
BNB: Taxas de Juros e Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito	111
Conclusão	114

1 - AVALIAÇÕES E PERSPECTIVAS

1.1 - Panorama do Setor Turístico do Nordeste em 2010

Laura Lúcia Ramos Freire

Economista. Pesquisadora do BNB-Etene

João Mairton Moura Araújo

Bolsista do BNB-Etene

O ingresso de divisas por meio dos gastos de turistas estrangeiros no País, de acordo com os dados divulgados pelo Banco Central¹, alcançou US\$ 5,9 bilhões, em 2010, receita 11,58% maior do que a obtida no ano anterior (US\$ 5,3 bilhões), conforme especificado na Tabela 1. Por sua vez, a despesa cambial turística (gastos dos brasileiros em viagens internacionais) somou, em 2010, US\$ 16,4 bilhões, acréscimo de 50,68% relativamente a 2009 (US\$ 10,9 bilhões). Já o saldo da balança do turismo continua deficitário. Em 2010, o déficit de US\$ 10,5 bilhões foi quase 88% superior ao apresentado em 2009 (US\$ 5,6 bilhões).

Os desembarques de passageiros de voos nacionais e internacionais nos aeroportos brasileiros (administrados pela Infraero) registraram aumento recorde em 2010. Os desembarques internacionais² totalizaram 7.901.531 passageiros, com acréscimo de

Tabela 1 – Brasil. Receita e Despesa Cambiais – Variação Mensal 2010/2009

Em US\$ Milhões

Mês	2009		2010		Variação %	
	Receita	Despesa	Receita	Despesa	Receita	Despesa
Janeiro	495	746	566	1.216	14,22	63,07
Fevereiro	433	553	511	1.002	18,00	81,11
Março	494	618	578	1.121	17,07	81,47
Abril	388	770	461	1.229	18,86	59,58
Maio	354	779	408	1.156	15,42	48,31
Junho	403	987	416	1.325	3,29	34,22
Julho	445	1.045	438	1.536	-1,54	47,09
Agosto	456	916	489	1.302	7,30	42,18
Setembro	401	1.053	454	1.580	13,34	50,03
Outubro	451	1.236	436	1.692	-3,53	36,86
Novembro	469	983	560	1.515	19,52	54,18
Dezembro	516	1.212	607	1.726	17,64	42,41
Total	5.305	10.898	5.924	16.400	11,58	50,68

Fontes: BRASIL, 2011e.

1 O cálculo do Banco Central inclui trocas cambiais oficiais e gastos em cartões de crédito internacional.

2 Incluem estrangeiros e brasileiros em retorno ao Brasil.

Tabela 2 – Brasil. Desembarque de Passageiros em Voos Internacionais. 2009/2010

Mês	2009			2010			Variação % 2009/2010
	Voos Regulares	Voos Não Regulares	Total	Voos Regulares	Voos Não Regulares	Total	
Janeiro	615.909	38.647	654.556	713.019	44.963	757.982	15,80
Fevereiro	478.883	28.781	507.664	604.957	30.826	635.783	25,24
Março	513.690	16.263	529.953	576.931	17.349	594.280	12,14
Abril	476.577	8.965	485.542	508.017	12.456	520.473	7,19
Mai	452.242	8.153	460.395	555.083	10.050	565.133	22,75
Junho	483.557	13.194	496.751	574.653	15.072	589.725	18,72
Julho	546.322	20.066	566.388	705.361	40.824	746.185	31,74
Agosto	528.029	17.036	545.065	700.466	25.810	726.276	33,25
Setembro	503.799	10.373	514.172	658.510	15.158	673.668	31,02
Outubro	581.265	10.046	591.311	712.788	13.796	726.584	22,88
Novembro	553.199	12.436	565.635	658.949	17.595	676.544	19,61
Dezembro	572.994	20.527	593.521	664.529	25.369	689.898	16,24
Total	6.306.466	204.487	6.510.953	7.633.263	269.268	7.902.531	21,37

Fonte: BRASIL, 2011c.

21,4%, comparativamente a 2009 (Tabela 2). Os voos não regulares (*charters*) apresentaram taxa de crescimento de 31,7%, com 269.268 desembarques em 2010.

Em relação aos voos nacionais, os dados mostram que 68.258.268 turistas desembarcaram nos aeroportos brasileiros em 2010,

registrando incremento de 21,8%, relativamente a 2009 (Tabela 3).

Os dez principais mercados emissores de turistas para o Brasil, em 2009, representam 70,6% do total, com Argentina e Estados Unidos nos primeiros lugares do ranking, conforme a Tabela 4.

Tabela 3 – Brasil. Desembarque de Passageiros em Voos Nacionais. 2009/2010

Mês	2009			2010			Variação % 2009/2010
	Voos Regulares	Voos Não Regulares	Total	Voos Regulares	Voos Não Regulares	Total	
Janeiro	4.327.477	263.525	4.591.002	5.404.300	298.750	5.703.050	24,22
Fevereiro	3.477.326	164.792	3.642.118	4.839.638	188.433	5.028.071	38,05
Março	3.961.377	165.085	4.126.462	5.124.999	149.026	5.274.025	27,81
Abril	4.079.070	142.028	4.221.098	5.002.195	150.075	5.152.270	22,06
Mai	4.151.255	136.656	4.287.911	4.932.487	149.002	5.081.489	18,51
Junho	4.321.138	135.032	4.456.170	5.009.892	167.688	5.177.580	16,19
Julho	5.009.276	208.322	5.217.598	5.825.428	259.309	6.084.737	16,62
Agosto	4.446.799	165.870	4.612.669	5.862.761	184.573	6.047.334	31,10
Setembro	4.740.049	165.904	4.905.953	5.820.019	202.405	6.022.424	22,76
Outubro	5.258.146	195.866	5.454.012	5.963.758	201.770	6.165.528	13,05
Novembro	4.980.229	158.167	5.138.396	5.858.624	164.105	6.022.729	17,21
Dezembro	5.163.845	206.910	5.370.755	6.305.169	193.862	6.499.031	21,01
Total	53.915.987	2.108.157	56.024.144	65.949.270	2.308.998	68.258.268	21,84

Fonte: BRASIL, 2011b.

Tabela 4 – Chegadas de Turistas ao Brasil, segundo Principais Países Emissores – 2009

Principais Países Emissores	Número de Turistas	%	Ranking
Argentina	1.211.159	25,22	1º
Estados Unidos	603.674	12,57	2º
Itália	253.546	5,28	3º
Alemanha	215.595	4,49	4º
França	205.860	4,29	5º
Uruguai	189.412	3,94	6º
Portugal	183.697	3,83	7º
Paraguai	180.373	3,76	8º
Espanha	174.526	3,63	9º
Inglaterra	172.643	3,60	10º
Outros	1.411.732	29,40	-
Total	4.802.217	100,00	-

Fonte: BRASIL, 2010.

Turismo no Nordeste: a expansão da rede hoteleira

A capacidade instalada da rede hoteleira nas capitais do Nordeste saltou de 46.871 unidades habitacionais (UH)³ em 2002 para 59.889 UHs em 2009, registrando aumento de 27,8%. Salvador (3.888), Aracaju (2.494), Natal (2.306) e São Luís (1.557) foram as que mais contribuíram para esse crescimento (Tabela 5). As cidades de Salvador, Fortaleza,

Natal e Recife, juntas, respondem por quase 70% da capacidade instalada do Nordeste.

Evolução do fluxo turístico para as capitais e estados do Nordeste

O fluxo turístico no conjunto das capitais nordestinas cresceu de 9.398 mil turistas, em 2002, para 14.410 mil em 2010, enquanto no total dos estados o fluxo receptivo evoluiu de 15.932 mil para 24.497 mil nesse

Tabela 5 – Oferta Hoteleira das Capitais do Nordeste – 2002/2009

Capitais	Uhs (Apartamentos)								Var (%) 2002/2009
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
São Luís*	1.946	2.530	2.682	2.842	2.985	3.396	3.443	3.503	80,0
Teresina*	1.079	1.223	1.416	1.430	1.436	1.494	1.554	1.622	50,3
Fortaleza	9.903	10.031	10.251	10.407	10.394	10.379	10.365	10.440	5,4
Natal	6.834	7.162	7.653	8.814	9.000	8.991	9.021	9.140	33,7
João Pessoa	2.332	2.217	2.428	2.516	2.705	2.704	2.960	3.040	30,4
Recife**	6.205	6.290	6.569	6.797	6.617	6.727	6.841	6.848	10,4
Maceió	5.333	5.533	5.325	5.369	5.127	5.378	5.642	5.674	6,4
Aracaju*	2.141	2.141	2.946	2.955	3.059	4.088	4.225	4.635	116,5
Salvador	11.098	12.172	12.034	12.346	12.753	13.429	14.141	14.986	35,0
NORDESTE	46.871	49.299	51.304	53.477	54.076	56.586	58.192	59.889	27,8

Fonte: FUNDAÇÃO CTI, 2011.

Notas: (*) Dados estimados. (**) Compreende Recife, Jaboatão dos Guararapes e Olinda.

3 Unidade Habitacional é o espaço, atingível a partir das áreas principais de circulação comum do estabelecimento, destinado à utilização, pelo hóspede, para seu bem-estar, higiene e repouso.

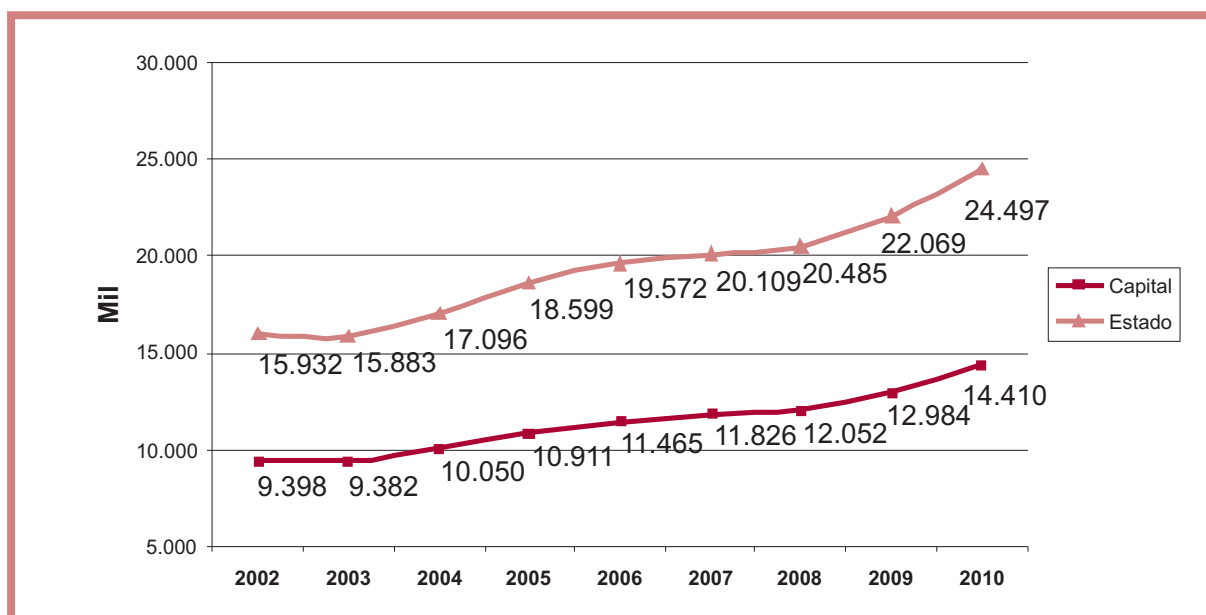


Gráfico 1 – Fluxo Turístico no Nordeste – Capitais e Estados – 2002-2010

Fonte: FUNDAÇÃO CTI, 2011.

Notas: (*) Dados estimados (**) 2006 a 2009 preliminares.

mesmo período, registrando crescimento de 53,8%, conforme ilustrado no Gráfico 1. As estimativas são da Fundação CTI-Nordeste, entidade que congrega os órgãos oficiais de turismo dos nove estados da região Nordeste. Segundo ainda a CTI, a taxa média de ocupação da rede hoteleira nordestina, em 2010, situou-se em 60,9% da capacidade instalada.

Movimento de passageiros nos aeroportos do Nordeste

O Nordeste participou com 19% do total de passageiros desembarcados no Brasil em 2010. Durante o ano os aeroportos nordestinos receberam 13.805 mil passageiros, ou seja, 15,9% superior ao total registrado no ano anterior, conforme visualizado na Tabela 6.

Os nove estados nordestinos apresentaram acréscimo no número de passageiros desembarcados. Vale ressaltar que apenas Bahia (1,2%) e Pernambuco (13,5%) apresentaram taxa de crescimento menor que a do total regional. Ceará (19,3%), Pernam-

buco (22,9%) e Bahia (27,9%) absorveram 70% do total de passageiros desembarcados no Nordeste.

O desembarque de passageiros de voos domésticos participou com 96,7% do total desembarcado nos aeroportos da região, registrando incremento de 16,3%, enquanto o desembarque de passageiros de voos internacionais cresceu 5,9%, recuperando-se da queda de 16,2% registrada em 2009.

Aplicações dos bancos federais no setor de turismo no Brasil

Os desembolsos realizados pelas instituições financeiras federais, no período de janeiro a outubro de 2010, no setor de turismo, totalizaram R\$ 5,5 bilhões, sendo a Caixa Econômica Federal responsável por metade dessas aplicações (Quadro 1). O Banco do Nordeste, principal agente financeiro da região, investiu R\$ 183,2 milhões nas atividades turísticas, principalmente por meio do Programa de Apoio ao Turismo Regional (Proatur).

Tabela 6 – Desembarques de Passageiros nos Estados do Nordeste - 2009/2010

Estados	2009			2010			Variações (%)		
	Nacional	Exterior	Total	Nacional	Exterior	Total	Nacional	Exterior	Total
Maranhão	591.335	61	591.396	812.503	562	813.065	37,4	821,3	37,5
Piauí	281.008	-	281.008	406.632	8	406.640	44,7	-	44,7
Ceará	2.133.572	109.546	2.243.118	2.546.333	112.046	2.658.379	19,3	2,3	18,5
Rio Grande Norte	885.446	63.620	949.066	1.157.020	58.029	1.215.049	30,7	-8,8	28,0
Paraíba	335.922	6	335.928	518.609	34	518.643	54,4	466,7	54,4
Pernambuco	2.689.525	98.293	2.787.818	3.055.870	108.642	3.164.512	13,6	10,5	13,5
Alagoas	546.646	7.248	553.894	697.459	9.966	707.425	27,6	37,5	27,7
Sergipe	362.071	-	362.071	471.140	-	471.140	30,1	-	30,1
Bahia	3.650.334	155.397	3.805.731	3.679.842	170.319	3.850.161	0,8	9,6	1,2
Total NE	11.475.859	434.171	11.910.030	13.345.408	459.606	13.805.014	16,3	5,9	15,9
Total BRASIL	56.024.144	6.510.953	62.535.097	67.688.090	7.871.802	75.559.892	20,8	20,9	20,8

Fontes: BRASIL, 2011b.

Nota: Inclui o desembarque de passageiros, tripulação e conexão.

O Proatur, programa do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), tem por finalidade apoiar os empreendimen-

tos da cadeia produtiva do turismo, visando ampliar e modernizar a oferta de bens e serviços e atrair turistas nacionais e internacio-

Quadro 1 – Brasil. Valores Aplicados pelas Principais Instituições Financeiras Federais no Setor de Turismo Janeiro-Outubro 2010

Em R\$ Mil

Mês	Instituições Financeiras Federais							Total
	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social BNDES			Banco do Nordeste	Banco da Amazônia	
			Direto	Indireto	Total			
Janeiro	170.289	323.768	3.131	6.856	9.987	24.751	2.979	531.774
Fevereiro	150.198	287.795	282	1.027	1.309	8.621	2.218	450.141
Março	154.020	331.091	798	2.339	3.137	11.670	1.963	501.881
Abril	114.521	285.643	3.648	3.364	7.012	16.953	1.729	425.858
Maiο	261.345	328.699	1.195	3.914	5.109	33.199	11.420	639.772
Junho	179.030	305.487	6.226	5.375	11.601	13.466	11.841	521.425
Julho	94.472	347.087	4.405	3.293	7.698	8.712	2.153	460.122
Agosto	117.804	326.102	8.242	4.540	12.782	23.325	3.368	483.381
Setembro	500.052	350.358	839	4.027	4.866	22.636	6.605	884.517
Outubro	249.812	331.958	32.082	6.166	38.248	19.882	3.864	643.764
Acumulado	1.991.543	3.217.988	60.848	40.901	101.749	183.215	48.140	5.542.635

Fonte: BRASIL, 2011a.

nais para o Nordeste, como forma de promover o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e renda.

Considerações finais

Em 2010, os dados mostram que o turismo mundial começa a se recuperar da crise econômica global e do surto da gripe A. Segundo avaliação da Organização Mundial do Turismo (OMT, 2011), mais uma vez a atividade demonstrou ser altamente resiliente. Faz-se necessária, no entanto, maior integração e cooperação entre todos os atores envolvidos na cadeia de valor do turismo, para aumentar sua competitividade e capacitá-la a responder mais eficazmente aos desafios. As previsões para 2011 sinalizam a continuidade de crescimento, porém a um ritmo mais lento. A OMT projeta avanço entre 4% e 5% no número de chegadas de turistas internacionais.

No Brasil, o mercado interno continuará sendo o grande propulsor da atividade. Pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas e divulgada pelo Ministério do Turismo (MTur, 2011), mostra que, em janeiro de 2011, cresceu o número de brasileiros com o desejo de viajar. Das famílias entrevistadas, 35,8% pretendem viajar pelo Brasil ou para o exterior nos próximos seis meses, superando em muito os 23,3% das intenções de viagem em 2010. Visitar destinos turísticos nacionais, nos próximos seis meses, alcançou 72,6%.

Até 2014, ano de realização da Copa do Mundo no Brasil, as previsões apontam: geração de dois milhões de ocupações no setor, entrada de R\$ 8,9 bilhões em divisas internacionais e 73 milhões de desembarques domésticos, segundo o Documento Referencial Turismo no Brasil 2011/2014 (MTur, 2010).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Turismo. **Boletim de desempenho das instituições financeiras federais no financiamento do setor de turismo**, dez. 2010. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/financiamento/>. Acesso em: 2 maio 2011a.

_____. Ministério do Turismo. **Desembarque doméstico**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/desembarques_domestico/>. Acesso em: 2 maio 2011b.

_____. Ministério do Turismo. **Desembarques internacionais**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/desembarques_internacionais/>. Acesso em: 2 maio 2011c.

_____. Ministério do Turismo. **Principais países emissores de turistas para o Brasil – 2008/2009**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/principais_emissores_turistas/>. Acesso em: 2 maio 2011d.

_____. Ministério do Turismo. **Receita e despesa cambial turística, e superávit ou déficit, segundo os meses - janeiro 2003 - dezembro 2010**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/receita_cambial/downloads_receita/Receita_e_despesa_cambial_por_mes_-_2003-2010.xls>. Acesso em: 2 maio 2011e.

_____. Ministério do Turismo. **Sondagem do Consumidor**. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagem_consumidor/>.

dados/efatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dados/efatos/conjuntura_economica/downloads_conjuntura/Relatorio_Sondagem_do_Consumidor_Intencao_de_Viagem_JANEIRO_2011.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011f.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2011 – 2014**. Disponível em: <http://www.copa2014.turismo.gov.br/copa/pesquisas/detalhe/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014.html>. Acesso: 10 set. 2010.

FUNDAÇÃO CTI. **Desempenho do turismo no nordeste; 2002/10**. CTI/NE, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Barômetro mundial do turismo. **Advance release**, jan. 2011. Disponível em: <http://www.unwto.org/facts/eng/pdf/barometer/UNWTO_Barom11_advance_january_en_excerpt.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2011.

1.2 - Diferenciação de comportamentos da Produção Física Industrial (PFI) na região Nordeste e no agregado do Brasil

Aline Menezes

Economista. Pesquisadora BNB-Etene

Jacqueline Nogueira

Economista. Pesquisadora do BNB-Etene.

Ricardo Vidal

Economista. Pesquisador do BNB-Etene

Os índices mensais de produção física da indústria constituem estimativas relacionadas ao movimento de curto prazo do produto real desse setor. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), trata-se de uma mensuração preliminar da variação da componente industrial do Produto Interno Bruto (PIB)¹.

Os índices são divulgados para a indústria nacional e para as Unidades da Federação com participação individual de no mínimo 1% no total do Valor da Transformação Industrial (VTI). Por esse critério, no Nordeste são pesquisados Bahia, Ceará e Pernambuco. São também divulgados os resultados para o total da região.

As atividades para as quais são calculados os indicadores regionais são diferenciadas conforme a estrutura industrial da região, sendo selecionadas aquelas que, em conjunto, respondem por pelo menos 80% da indústria local, adotando como referência a média do VTI no triênio de 1998-2000.

Comparando o comportamento da PFI regional com o do agregado nacional

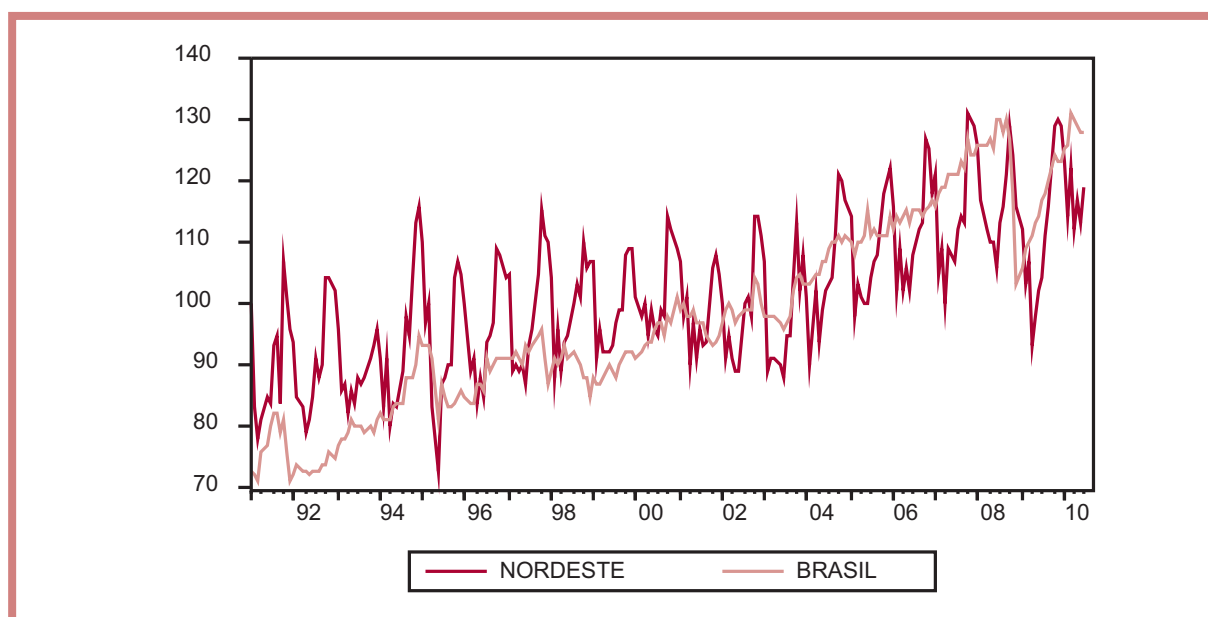
Considerando-se as séries mensais de PFI para o Brasil e o Nordeste no período de

1991 a 2010, observa-se que no longo prazo ambas mostram uma trajetória positiva, enquanto os movimentos de curto prazo (aqueles que ocorrem no decorrer de cada ano) são mais pronunciados para o Nordeste.

O nível de dispersão dos dados para o Nordeste é maior que o dos dados para o Brasil. Não há uma clara percepção de ciclos de crescimento, na série da região Nordeste. A série para o Brasil é mais suave. Como visto a seguir, na análise do VTI, o número de atividades consideradas na formação do indicador da PFI do Nordeste (PFI-NE) é bem menor que o das atividades consideradas em âmbito nacional (PFI-BR). Com efeito, enquanto a composição da PFI-BR considera 769 produtos, apenas 162 produtos perfazem 100% do VTI da região nordestina.

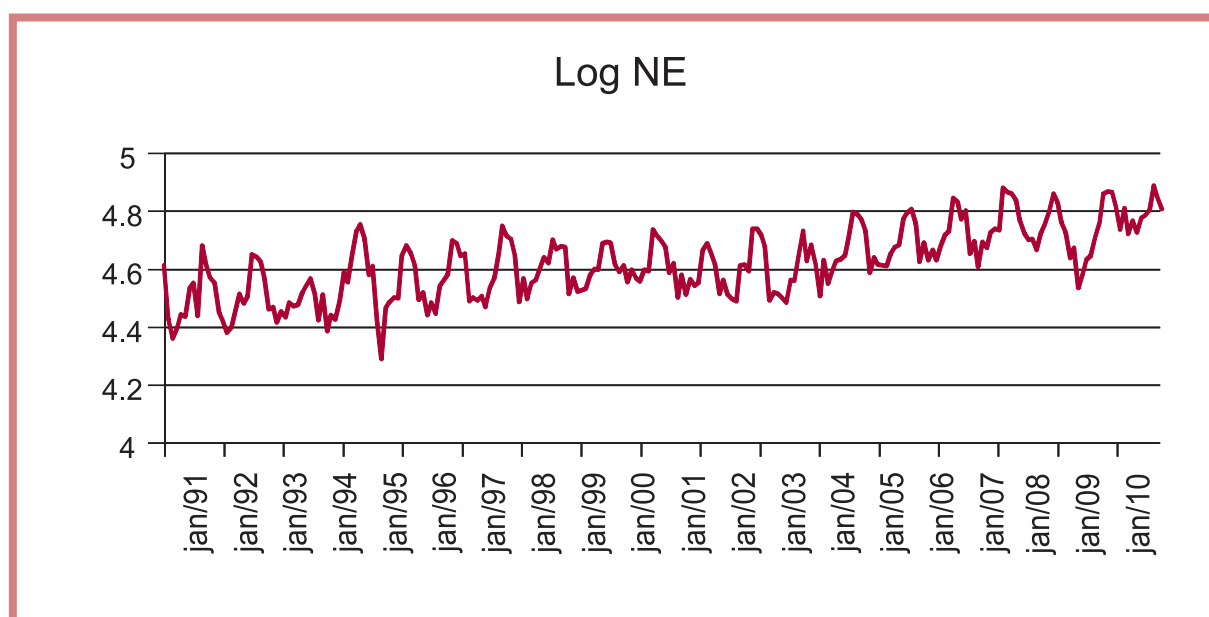
Quando se analisa a PFI-NE em primeira diferença, é fácil verificar que a tendência

1 A metodologia da pesquisa pode ser consultada em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/notas_metodologicas.shtml.



desaparece, permanecendo, porém, as variações sazonais. Os resultados flutuam em torno de zero com uma amplitude mais ou menos constante. O mínimo anual está quase sempre localizado no primeiro ou no quarto

trimestre. Tomando-se as taxas de crescimento trimestral, em termos percentuais, verifica-se que essas proporções também refletem o padrão sazonal, mas sua importância sofreu ligeira redução.



Dito isso, passa-se a discutir algumas características da PIF-NE e da PIF-BR que podem ajudar a compreender melhor o comportamento da sazonalidade nas duas séries.

A PFI-NE registra decréscimos entre fevereiro e junho, de cada ano, sendo recorrentes em abril. Constata-se que para o período em foco as reduções mais relevantes ocorreram em 1991 (4,36% em março), 1995 (4,29% em maio), 1996 (4,44% em abril), 2003 (4,49% em junho), 2004 (4,51% em fevereiro) e 2009 (4,53% em abril).

Os picos se concentram entre outubro e dezembro de cada ano, com destaque para outubro, pela recorrência modal. As melhores *performances* ocorreram em: 1991 (4,68% em outubro), 1994 (4,76% em dezembro), 2004 (4,79% em novembro), 2007 (4,87% em novembro) e 2010 (4,89% em outubro). A série da PFI-BR mostra indícios de que ela antecipa as quedas e picos da PFI-NE.

As quedas da PFI-BR se concentram nos dois primeiros meses de cada ano, princi-

palmente em fevereiro. As mais relevantes, que podem indicar o começo de um ciclo de crescimento – exceto a de dezembro de 1991 (4,16%), ocorreram em fevereiro de 1991 (4,11), fevereiro de 1999 (4,32) e fevereiro de 2009 (4,55%). Os picos ocorrem entre agosto e outubro de cada ano. Os mais importantes ocorreram em 1991 (4,5% em agosto), 1997 (4,64% em outubro), 2002 (4,73% em outubro) e 2008 (4,93% em outubro).

A evolução da PFI-BR autoriza dizer que a crise financeira mundial exerceu pouca influência na indústria brasileira, dado que a queda observada em fevereiro de 2009 (4,55%) ainda gerou um índice maior que todos aqueles associados às quedas ocorridas antes de 2004.

A decomposição da série do índice para a indústria geral no Brasil e no Nordeste utilizando um modelo aditivo de médias móveis – já que o modelo multiplicativo mostrou-se inadequado – comprova essas variações sazonais. As duas séries apresentam as maiores quedas em fevereiro, sendo que a queda na-

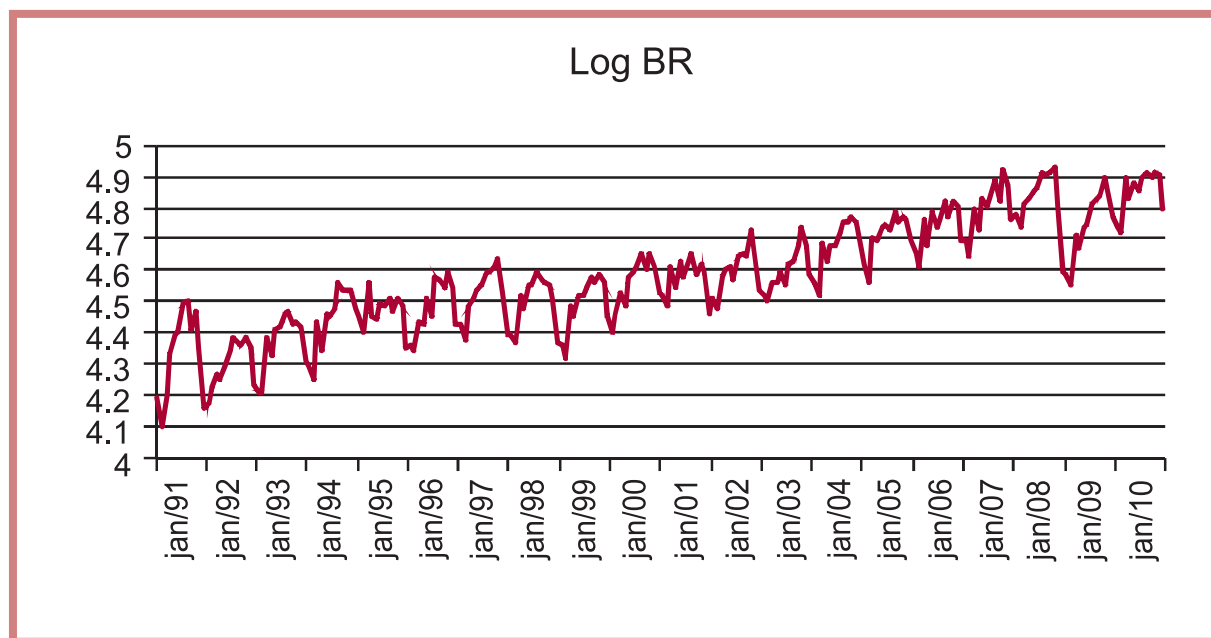


Gráfico 3 – Logaritmo do Índice da PFI-Brasil

Fonte: IBGE, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

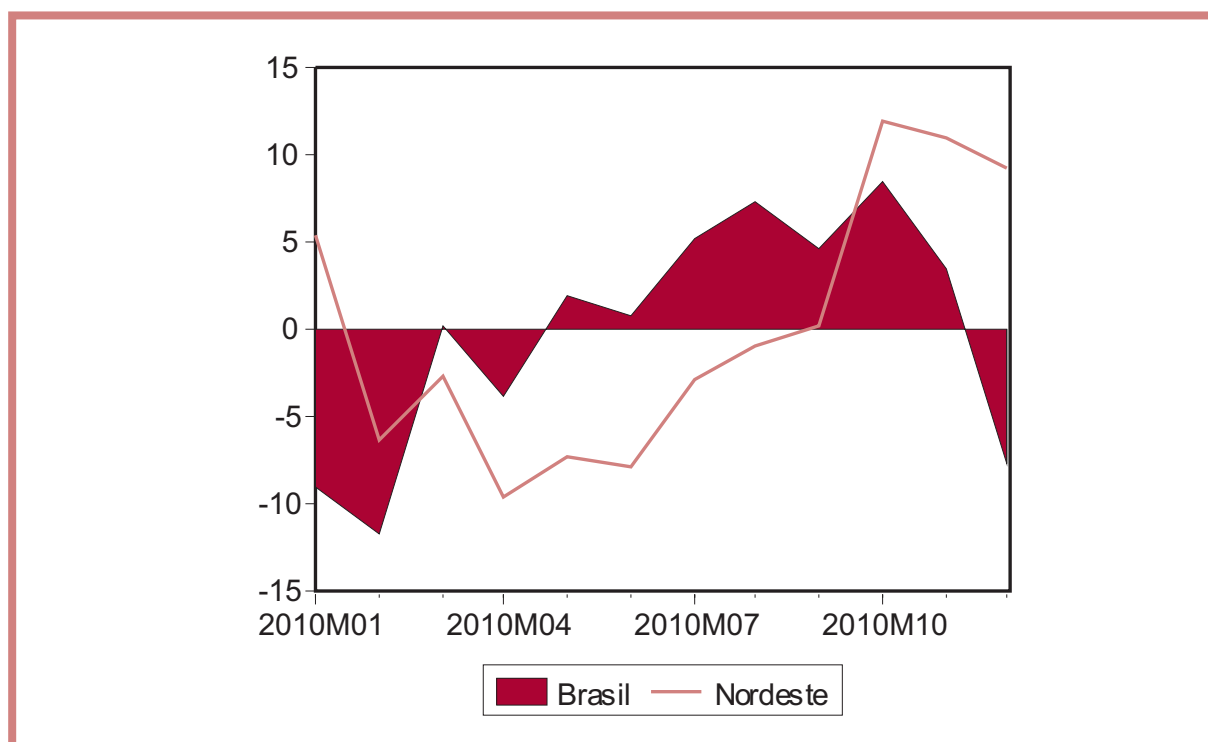


Gráfico 4 – Fator de Sazonalidade Aditivo para a Indústria Geral no Brasil e Nordeste

Fonte: IBGE, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

cional sempre supera a nordestina. As maiores variações positivas ocorrem em outubro, sendo que a elevação do Nordeste sempre supera a do país.

Feitas essas considerações, e observando-se o Gráfico 4, torna-se interessante testar em que medida o desempenho da indústria nacional anteciparia o da indústria nordesti-

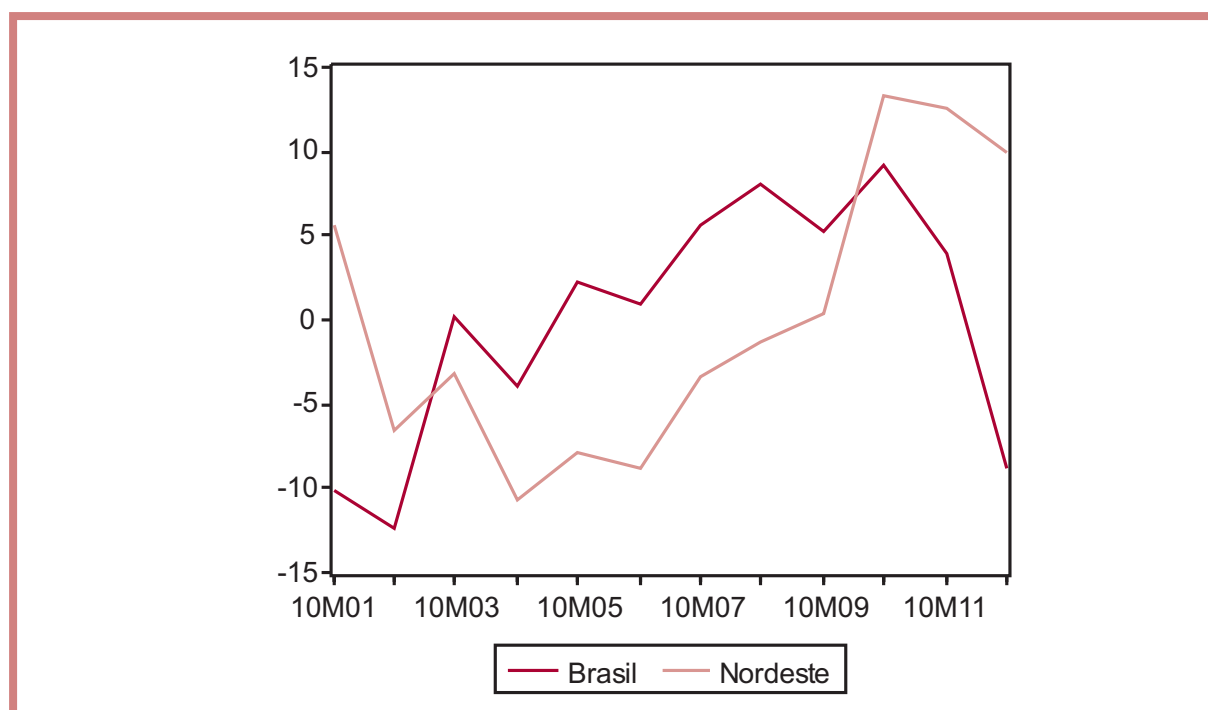


Gráfico 5 – Fator de Sazonalidade Aditivo para a Indústria de Transformação Brasil e Nordeste

Fonte: IBGE, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

na. Procedendo-se a um teste de correlação cruzada entre as duas variáveis, verifica-se que a atividade da indústria geral brasileira anteciparia em dois meses a nordestina. Entretanto, levando-se em conta que a correlação apresentada em cada uma das séries pode mascarar esse resultados, utilizando-se o procedimento recomendado por Chatfield (2004) para limpar as séries e realizando-se novamente o teste de correlação cruzada, vê-se que a maior correlação entre as séries se dá contemporaneamente.

O mesmo comportamento se verifica com a indústria de transformação tomada isoladamente: a atividade brasileira anteciparia em dois meses a atividade nordestina. Para as séries consideradas, a correlação mais forte passa a ocorrer contemporaneamente, mas ainda se apresenta uma significativa correlação na defasagem de dois meses.

Quando se compara a sazonalidade da atividade da indústria extrativa nordestina com

a atividade da indústria geral nacional, mesmo medindo a correlação cruzada por meio das séries tratadas, verifica-se a antecipação de um mês da indústria geral nacional pela indústria extrativa nordestina.

Segundo o IBGE, o fato de a atividade industrial brasileira estar orientada principalmente para a demanda doméstica confere um movimento intra-anual da PIM (Pesquisa Industrial Mensal) bem característico. Ou seja, os picos de produção concentram-se no segundo semestre do ano, quando o setor atua no atendimento das demandas de fim de ano do comércio. Por conta disso, essas empresas concentram as férias dos funcionários em dezembro, quando as demandas já foram atendidas, e em janeiro e fevereiro planejam o ritmo de produção para o ano corrente, com base na avaliação dos estoques e nas demandas previstas. Nesse período, portanto, registra-se baixa atividade industrial. Esse comportamento ajuda a explicar por que os vales da série PFI-BR convergem para

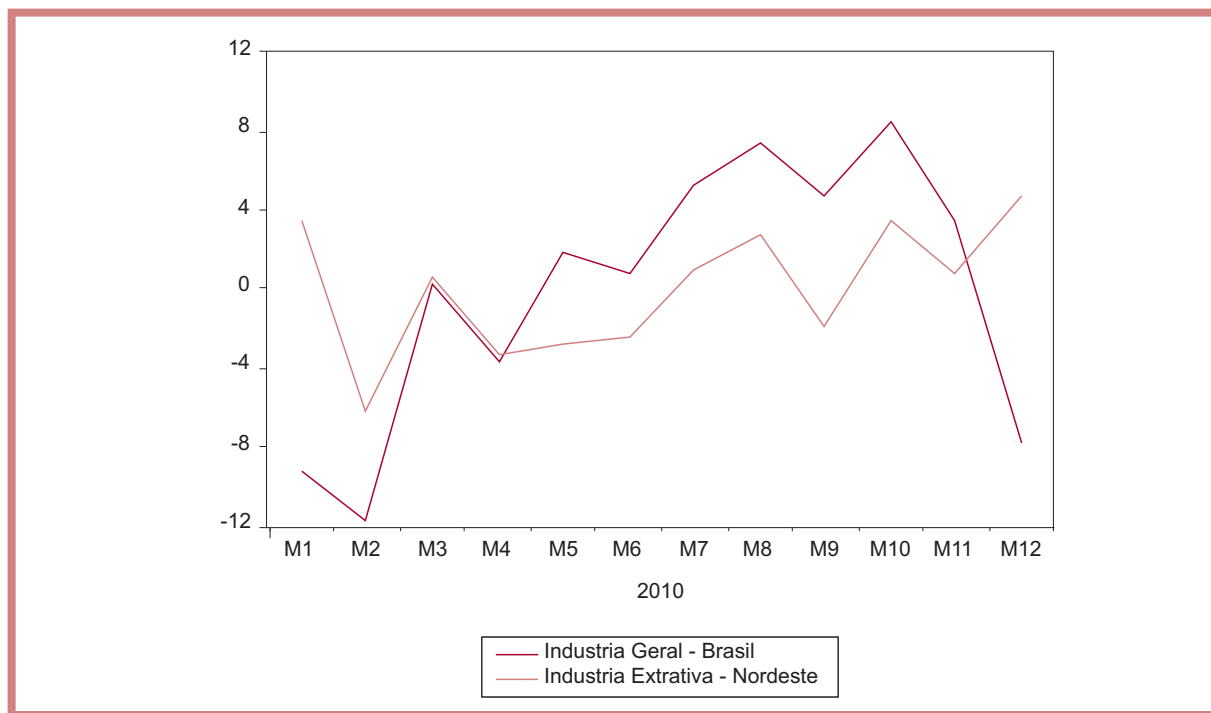


Gráfico 6 – Fator de Sazonalidade Aditivo para a Indústria Geral no Brasil e a Indústria Extrativa no Nordeste, 2009-2010

Fonte: IBGE, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

fevereiro, enquanto os picos se concentram em outubro.

Outro importante fator de sazonalidade relaciona-se à dinâmica da produção agropecuária. As atividades agroindustrial e de setores fornecedores do setor agrícola seguem a dinâmica da produção agropecuária, cuja *performance* depende de condições climáticas e sazonais.

Ainda há produtos cuja demanda depende de aspectos estacionais, como vestuário (no final do ano as pessoas consomem mais roupas ou uma condição climática adversa pode gerar uma demanda contingente de roupas) e bebidas (num clima mais quente as pessoas consumiriam mais cerveja, por exemplo).

A PFI-NE recebe grande influência das atividades produtos alimentares e bebidas, têxteis e preparados de couros e fabricação de calçados e artigos de couro, as quais são mais ligadas ao setor agropecuário. A correlação entre a produção agrícola e a quantidade de chuvas se dá mais em função da regularidade de sua distribuição durante os meses janeiro a maio. Anos com chuva abaixo da média, ou acima, dependendo do grau de desvio com relação à média, podem provocar certo nível de frustração de safras. Analisando-se o comportamento da série, observa-se que as maiores quedas relativas, nas décadas de 1990 e seguinte ocorreram em 1995 e 2005, quando a precipitação pluviométrica ficou bem acima da média.

De acordo com Guilhoto et al (2010), a partir da análise da matriz de insumo-produto do Nordeste, pode-se depreender que os setores industriais primários não têm a mesma relevância observada em outras regiões, como a Sudeste, no que tange aos encadeamentos para frente com os demais segmentos industriais, o que indica a incipiência desses setores de maior agregação

de valor na região. Em decorrência disso, ganham destaque os setores comércio e serviços, cuja demanda interna passa a ser suprida por produtos manufaturados oriundos de outras regiões. Por isso, as importações de insumos industriais da região são tão significativas, representando a maior parcela das importações externas e inter-regionais da maioria dos estados nordestinos.

A análise da estrutura do VTI-BR e do VTI-NE, apresentada a seguir, possibilitará uma melhor compreensão das diferenças de vales e picos entre as duas séries da PFI.

Valor de Transformação Industrial (VTI): Nordeste versus Brasil

Os indicadores mensais de produção física são construídos a partir de um sistema de ponderação, para cada nível geográfico selecionado, em que o VTI é o componente principal. O peso do produto na Indústria Geral (w) é dado por: $w_{il} = \frac{\hat{VTI}_{il}}{VTI_l}$, onde:

w_{il} : peso associado ao produto i no nível geográfico l ;

$\hat{VTI}_{il}$: VTI associado ao produto i , no nível geográfico l ; e

VTI_l : VTI da Indústria Geral, no nível geográfico l .

Assim, a evolução dos indicadores de produção física, do Brasil e do Nordeste, está diretamente associada ao comportamento das principais atividades de suas estruturas industriais, expressas em seus VTIs. A Tabela 1 mostra a estrutura do VTI-BR e a do VTI-NE, assim como os VTIs dos três estados nordestinos que entram na pesquisa do IBGE.

Pelo explicitado na Tabela 1, a produção industrial brasileira é bastante diversificada, enquanto a nordestina é muito concen-

trada. Isso deve contribuir para atenuar o nível de sazonalidade, no caso brasileiro. Além do que a grande representatividade das atividades primárias na composição do indicador nordestino, cujas atividades são preponderantemente estacionais, determina sobremaneira essa forte sazonalidade. As seis principais atividades, em termos de VTI, no Brasil, representam 59% do VTI total, enquanto que o mesmo número de atividades relevantes, no Nordeste, representa 82% do VTI total. O total de produtos pesquisados na região nordestina chega a 162, correspondentes a 21% dos 769 produtos pesquisados no Brasil.

A Tabela 2 apresenta as cinco principais atividades, detalhando os produtos mais relevantes, em sua participação no VTI de cada atividade.

A principal atividade no VTI na região nordestina é produtos alimentares e bebidas, que detém 24,1% do VTI total. Seis produtos representam, juntos, 71% do VTI da atividade: açúcar, castanha, soja, trigo, soja e cervejas e refrigerantes.

Produtos alimentares e bebidas e produtos químicos são as mais diversificadas, no Brasil e no Nordeste. Trinta e oito produtos são pesquisados, em cada atividade, na região nordestina. A segunda atividade é menos concentrada. A participação dos seis produtos mais relevantes no VTI de produtos químicos, chega a 55%, quando, na atividade produtos alimentares e bebidas é de 71%. Os seis são produtos intermediários, destacando-se, pela importância: etileno não saturado, policloreto de vinila e polietileno de alta densidade.

Tabela 1 – Número de Produtos e Estrutura do Valor de Transformação Industrial - VTI (Indústria Geral = 100%)

Atividade	Brasil		Nordeste		Bahia		Ceará		Pernambuco	
	Quantidade	VTI (%)	Quantidade	VTI (%)	Quantidade	VTI (%)	Quantidade	VTI (%)	Quantidade	VTI (%)
Indústria Extrativa	12	5,0	6	8,1	5	6,1				
Produtos alimentícios e Bebidas	75	16,2	38	24,1	14	12,8	15	31,2	25	37,0
Refino de Petróleo e Produção Alcool	8	7,9	6	12,8	8	23,7	5	6,2	1	1,7
Produtos Químicos	199	16,5	38	21,0	35	38,2	5	5,4	16	19,5
Fabricação e Montagem de Veículos	24	7,0			1	0,6				
Metallurgia Básica	40	5,9	14	8,1	8	8,9	3	1,4	7	11,6
Máquinas e Equipamentos	81	5,8								
Edição	8	4,5								
Celulose e Papel	20	4,0	7	3,9	3	7,5			4	3,0
Outros Equipamentos de Transporte	6	1,4								
Produtos de Minerais não Metálicos	28	3,9	11	5,0	5	2,2	4	4,7	8	7,1
Produtos de Metal, exc. Máq. e Equip.	61	3,6					3	2,4	6	8,3
Material Eletrônico e de Comunicação	12	2,9								
Máquinas, aparelhos e mat. Elétricos	14	1,3	6	2,0			2	1,0	4	7,4
Têxteis	34	3,0	13	7,7			5	24,7	3	3,0
Vestuários e Acessórios	27	1,9	15	2,8			16	7,0		
Preparados de Couro e Calçados	12	1,9	8	4,5			4	16,0		
Artigos do Imobiliário	27	1,3							2	1,4
Madeira	14	1,3								
Soma	702	95,3	162	100,0	79	100,0	62	100,0	76	100,0

Fonte: IBGE, 2004.

Nota: Quantidade de produtos pesquisados.

A indústria extrativa, no Nordeste, tem importância relativa duas vezes maior que

no agregado do Brasil, em termos de VTI. No Nordeste, os produtos Óleos brutos de petró-

Tabela 2 – Valor da Transformação Industrial – Participação dos Produtos nas Principais Atividades – %

Detalhamento	Brasil	Nordeste	Detalhamento	Brasil	Nordeste
Indústria extrativa	100	100	Produtos Químicos	100	100
Óleos brutos de petróleo	45,0	74,6	Adubos ou fertilizantes	8,9	7,8
Minérios de ferro beneficiados	40,2		Oxigênio	6,0	1,7
Gás natural	4,8	16,6	Etileno não saturado	6,3	12,3
Sal de cozinha	0,8	2,6	Policloreto de vinila (PVC)	3,8	12,3
Total	90,8	93,8	Polietileno de alta densidade (PEAD)	3,5	9,7
Produtos alimentícios e bebidas	100	100	Polietileno de baixa densidade (PEBD)	4,0	5,3
Carnes e miudezas de aves	7,5	0,7	Polipropileno ((PP)	4,2	2,8
Sucos concentrados de laranja	3,2		Inseticidas	4,6	
Açúcar cristal e outros	11,0	21,3	Herbicidas	5,0	4,6
Preparados util. na alim. de animais	4,3	0,5	Dióxidos de titânio	1,3	7,5
Biscoitos e bolachas	5,1	4,7	Soda cáustica	2,0	3,8
Cervejas e chope	9,6	15,3	Propeno não saturado	1,6	3,8
Refrigerantes	6,5	12,3	Sulfato de amônio ou uréia	0,7	2,9
Farinha de trigo	2,5	8,0	Borracha de estireno	1,3	2,5
Manteiga, gordura e óleo cacau	0,6	4,3	Hipocloritos de cálcio	0,3	0,9
Castanha caju, amendoins	0,7	6,5	Tintas e vernizes	4,0	2,3
Cachaça	0,7	2,9	Benzeno	1,1	2,1
Leite em pó	2,0	2,6	Misturas de alquibenzenos	1,2	3,7
Café torrado	1,7	2,5	Total	59,7	86,1
Coco ralado	0,1	1,2	Metalurgia básica	100	100
Crustáceos congelados		0,4	Bobinas a frio de aços ao carbono	6,4	
Massas alimentícias secas	1,9	2,3	folhas de flandres	3,6	
Margarina	1,1	1,2	Fio-máquina de aços ao carbono	4,1	4,3
Prep. para alim. Infantil	0,0	0,6	Vergalhões de aços ao carbono	5,6	7,8
Sorvetes e picolés	1,4	1,2	Lingotes, blocos, tarugos ou placas	13,2	5,4
Óleo e farinha de soja	6,5	7,5	Relaminados de aços	5,4	
Total	66,4	95,9	Alumínio não-ligado em formas brutas	9,5	28,9
Refino de Petróleo e Prod. de álcool	100	100	Óxido de alumínio(alumina calcinada)	4,4	14,5
Gasóleo	47,2	45,2	Barras, perfis e vergalhões de cobre	3,1	15,9
Gasolina automotiva	23,5	13,6	Chapas e tiras de alumínio	3,2	5,6
Naftas	8,8	20,1	Ferro-gusa	2,7	5,0
Alcool	6,9	11,3	Ouro em barras, fios, perfis e outras	2,5	7,7
GLP	6,7	9,9	Total	63,7	95,1
Total	93,1	100,0			
Fabricação e montagem de veículos	100				
Automóveis	40,6				
Veículos para transporte < 5t	5,9				
Veículos para transporte > 5t	7,1				
Chassis, peças e freios	17,6				
Total	71,1				

Fonte: IBGE. Elaboração: Equipe CEIS/ETENE. Notas: 1. Total = Soma das participações no VTI, dos produtos selecionados. 2. Participação é igual ao VTI do produto, com relação ao VTI da atividade.

leo e Gás natural representam, juntos, 91% do VTI da atividade.

Na atividade de refino de petróleo e produção de álcool, os produtos do petróleo representam 79% do VTI. O álcool participa com 11%, enquanto o restante vem do GLP. Cabe salientar que 21% do VTI do Nordeste vêm da indústria do petróleo e álcool.

Em importância relativa, a atividade metalurgia básica para o Nordeste pode ser comparada com o refino de petróleo e produção de álcool para o Brasil. O foco deve concentrar-se em três produtos que repre-

sentam 59% do VTI da atividade: alumínio não-ligado em formas brutas, barras, perfis e vergalhões de cobre e óxido de alumínio (alumina calcinada).

4. Considerações Finais

A partir de análises exploratórias iniciais, vê-se que a atividade industrial brasileira pode antecipar a nordestina na componente sazonalidade, podendo-se concluir que a partir do indicador de produção industrial do IBGE para o Brasil, podem-se obter boas indicações do comportamento da produção industrial nordestina alguns meses à frente.

REFERÊNCIAS

CHATFIELD, Chris. **The analysis of times series: an introduction**. 6. ed. [S.l.]: Chapman & Hall, 2005.

GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo-produto do nordeste e estados: metodologia e resultados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

IBGE. **Indicadores conjunturais da indústria: produção**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. (Série Relatórios Metodológicos, v. 31).

_____. **Indicadores conjunturais da indústria: produção**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. Série Relatórios Metodológicos, v. 31). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/notas_metodologicas.shtm>. Acesso em: 20 fev. 2011a.

_____. **Sistema IBGE de recuperação automática – IBGE**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011b.

2 - SÍNTESE DE EXPECTATIVAS

Na edição de abril do World Economic Outlook (IMF, 2011), o Fundo Monetário Internacional (FMI) manteve em 4,4% sua projeção de expansão para a economia mundial em 2011. Entretanto, a retomada do crescimento econômico não ocorre de forma homogênea, com diferenças substanciais entre os ritmos de crescimento.

Nas economias avançadas, o desempenho da atividade econômica ainda é considerado fraco, alcançando crescimento de apenas 3% em 2010. A lenta recuperação se mantém em 2011. Nos EUA, por exemplo, o Federal Reserve decidiu manter a taxa básica de juros em 0,25% ao ano e continuar a injeção de liquidez na economia por meio da recompra de títulos do tesouro em função do desempenho moderado do nível de atividade econômica no primeiro trimestre.

De acordo com estimativas do BEA - Bureau of Economic Analysis (2011), a economia dos EUA registrou incremento de 1,8% no primeiro trimestre de 2011, comparativamente ao trimestre anterior, quando se previa uma expansão de 3%. Vale destacar que no quarto trimestre de 2010, o produto interno bruto dos EUA cresceu 3,1% nessa base de comparação. A desaceleração do crescimento resultou principalmente dos recuos na construção civil (avançou 4,1%) e no consumo do governo (7,9%).

Nos países que compõem a Zona Euro, as políticas fiscais contracionistas continuam, em meio à frágil retomada do crescimento econômico. Portugal, por exemplo, assinou acordo para receber 78 bilhões de euros em empréstimos da União Europeia e do FMI. Em

contrapartida, o país deverá se submeter a rigoroso processo de ajuste fiscal, com impacto negativo na atividade econômica.

Grande parte do dinamismo da economia mundial deve-se ao desempenho dos países emergentes e das nações em desenvolvimento. Em 2010, o crescimento estimado para esse grupo foi de 7,3%, com maior desempenho da Ásia (9,5%) e da América Latina (6,1%). A expansão dessas economias foi possível, sobretudo, devido aos estímulos fiscais e financeiros, determinantes no auge da crise econômica mundial. Com relação a 2011, as projeções apontam para um incremento mais moderado do que no ano anterior (6,5%). A preocupação passa a ser o risco de superaquecimento de suas economias.

América Latina

Nos países da América Latina, um documento recente do FMI (2011) considera que o excesso de medidas de estímulo econômico e os aumentos dos preços dos alimentos e de energia engendram um risco real de superaquecimento na região. De acordo com o relatório, o aumento da demanda interna e o crescimento das receitas de exportação estão impulsionando as economias latino-americanas. Essa conjuntura tem pressionado os preços internos, elevando as preocupações

com a inflação. Nessa perspectiva, são recomendados o aumento dos juros e a implementação de medidas fiscais de austeridade.

No caso específico da economia brasileira, a existência de uma demanda interna sólida tem sido o grande trunfo em um contexto de forte instabilidade da economia mundial, com repercussões negativas na demanda externa. Entretanto, a expansão econômica tem engendrado desequilíbrios econômicos por meio de dois processos.

O primeiro está relacionado com a sobrevalorização da moeda nacional, que, em parte, resulta das políticas de juros reais elevados, prejudicando o desempenho das contas de transações correntes ao deprimir as exportações, desencadear um processo de substituição da produção local por importações e incrementar as remessas de lucros e dividendos das empresas estrangeiras.

O recuo das exportações é agravado pelo baixo nível de atividade econômica nas principais economias desenvolvidas. Ademais, vale salientar que a pauta exportadora é concentrada em bens de baixa e média-baixa intensidade tecnológica, o que acentua sua fragilidade. As vendas internacionais são embaladas, principalmente, pela demanda excepcional de *commodities* metálicas e agrícolas dos países asiáticos. Essa configuração acentua o processo de reprimarização da pauta exportadora brasileira.

Já a substituição da produção local por importações resulta do processo de valorização da moeda nacional e do aquecimento da demanda interna. O déficit em conta corrente que decorre desse processo é cada dia mais financiado por investimentos de portfólio, de natureza volátil e de curto prazo. A alta liquidez das economias que ainda dependem de estímulos econômicos aumenta

os fluxos de capitais para mercados emergentes, como o brasileiro.

Pressões Inflacionárias

O segundo processo está associado às pressões inflacionárias, que resultam, principalmente, dos incrementos desproporcionais nos preços das *commodities* agrícolas e metálicas. O movimento recente de correção dos preços dos produtos básicos não constitui uma tendência, dada a manutenção da pressão altista em função das condições globais de liquidez.

Por outro lado, muito embora se observe um aumento no nível de utilização de capacidade da indústria de transformação (Nuci), no primeiro quadrimestre deste ano, na média, esse incremento não é, ainda, muito expressivo em comparação com idêntico período de 2010.

Segundo estimativas da equipe de BNB Conjuntura Econômica, espera-se que, neste ano, efetivamente o Nuci, em geral, venha a se situar ligeiramente acima do nível observado em 2010, especialmente a partir de junho e até novembro, porém sem maiores expressividades que possam afirmar tensões inflacionárias estruturais significativas. Ademais, corroborando nesse sentido, tanto a produção interna de bens de capital vem crescendo bem acima dos demais segmentos industriais, como evidenciam as respectivas pesquisas do IBGE, quanto a importação desse tipo de bem se expande de forma expressiva. Isso demonstrava de que há uma sistemática criação de capacidade produtiva, que apenas sob condições muito especiais poderá ser obstada.

Mais alimento e produtividade

O problema mais urgente, no caso da questão inflacionária diz respeito à necessidade de maior expansão da produção de ali-

mentos com simultâneos ganhos de produtividade. Nesse caso, a agricultura familiar desempenha papel fundamental, e isso requer adequada expansão do crédito, bem como da assistência técnica. Nesse particular, o papel que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) vem exercendo deve ser sustentado e, também, servir de referência fundamental.

Assim, no tocante às tensões inflacionárias observadas, em abril o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu uma variação acumulada em 12 meses de 6,51%, portanto ligeiramente superior aos 6,31% dos 12 meses imediatamente anteriores. Quatro itens exerceram maiores pressões sobre o índice geral, segundo o IBGE: transportes (0,3 p.p.), alimentos e bebidas (0,14 p.p.), saúde e cuidados pessoais (0,1 p.p.) e vestuário (0,09 p.p.). Em relação ao item transportes, as altas seguidas do etanol, que afetaram, também, o preço da gasolina, são as maiores responsáveis por essa pressão inflacionária, já que nos dois primeiros meses do ano foram determinantes nos ajustes das tarifas de transportes urbanos.

Quanto aos alimentos, além da sazonalidade usual, excessos de chuvas ou sua escassez em diferentes regiões do país estão na base das altas de preços de certos itens, muito embora, nesse segmento já se observe uma ligeira desaceleração com relação aos meses imediatamente anteriores.

Previsão de queda

Enfim, a equipe de BNB Conjuntura Econômica estima que, entre julho e agosto, ocorra um processo de descenso da tendência da variação acumulada em 12 meses do IPCA, ainda que encerre o ano ultrapassando o centro da meta estabelecida (4,5%), com possibilidade de superar ligeiramente o limite superior de 6,5%.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que ainda subsiste no plano internacional uma pressão significativa sobre os preços de alimentos, como vem demonstrando a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). Essa circunstância poderá ser internalizada, principalmente, por meio dos preços de carnes, açúcar, café, soja e milho, *commodities* em que o Brasil se destaca na produção internacional, além, é claro, das altas de preço do petróleo, de impacto indiscutível sobre os preços em geral.

Diante desses desequilíbrios, o governo tem adotado instrumentos clássicos de política monetária, embora de forma menos ortodoxa que no governo anterior. É o caso da elevação da taxa de juros e de regulação prudencial, medidas que, associadas a uma política fiscal anticíclica, têm como objetivo a desaceleração da economia. Entretanto, o aperto monetário tende a agravar ainda mais o processo de valorização do real frente ao dólar. Nessa perspectiva, o governo sinaliza com mecanismos de gestão dos fluxos de capitais, com destaque para o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para investimentos estrangeiros em renda fixa e captações externas de até 360 dias.

Vale destacar que as medidas destinadas a conter a liquidez interna ainda não atingiram de forma significativa a demanda doméstica. Com efeito, o comércio varejista registrou uma expansão de 8,2% no acumulado do primeiro bimestre. O dinamismo do mercado de trabalho, com expressiva geração de empregos formais, explica, em parte, a continuidade do consumo em patamares elevados. Nos primeiros três meses do ano, foram gerados 583.886 novos postos de trabalho no país, sendo o segundo melhor resultado da série para esse período específico.

Fatores positivos no Nordeste

Com relação ao Nordeste, alguns fatores podem influenciar positivamente o desempenho da economia na região. De um lado, a continuidade da política de valorização do salário-mínimo e dos reajustes nos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, fortalece a demanda interna da região. Por outro, a significativa participação do BNB como um dos principais instrumentos para disponibilizar financiamentos ao setor produtivo regional.

De acordo com o boletim BNB Conjuntura Mensal de março de 2011 (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2011), o saldo das operações de crédito efetuadas pelo BNB atingiu R\$ 41,4 bilhões no final de fevereiro de 2011, com incremento de 11,8% em relação a idêntico mês de 2010. Desse total, 72,3% foram provenientes do FNE.

Segundo a publicação, o BNB contratou 59,4 mil operações do FNE, proporcionando um ingresso de novos investimentos superior a R\$ 1,5 bilhão. Houve aumento de 17,2% no número de contratações e de 38,5% no

montante desembolsado. Já o programa de microcrédito orientado do BNB (CrediAmigo) respondeu por 268,6 mil operações nesse período, totalizando recursos da ordem de R\$ 357,5 milhões. A alta foi de 49,6% na quantidade de operações e de 53,7% no valor desembolsado.

Cabe mencionar também que, sendo tradicional exportadora de *commodities* metálicas e agrícolas, o Nordeste se beneficia do comportamento dos preços internacionais desses produtos.

Finalmente, constata-se um crescimento considerável na construção civil no Nordeste, embalada por projetos demandados pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 e pelo programa de construção de casas populares *Minha Casa, Minha Vida*.

Em contrapartida, preocupa a desaceleração da indústria nordestina nos primeiros meses do ano, devido, principalmente, aos resultados negativos de alguns segmentos intensivos em mão de obra (calçado, têxtil), prejudicados pela valorização da moeda nacional frente ao dólar.

REFERÊNCIAS

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **BNB Conjuntura Mensal**, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **Gross Domestic Product**, April 2011. Disponível em: <<http://www.bea.gov>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

FMI. Perspectivas econômicas regionales. **Boletín Del FMI**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 3 maio 2011.

IMF. **World Economic Outlook**, April 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 30 abr. 2011.

Tabela 1 – Nordeste e Brasil – Principais Indicadores Econômicos Janeiro-Março/2011

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%): 2011/ igual período de 2010	Brasil	Δ (%): 2011/ igual período de 2010
Estimativa de produção grãos (a)	2010/11	Mil t	14.955	25,4	154.204	3,4
Estimativa de área plantada grãos (a)	2010/11	mil ha	8.498	12,5	48.860	3,1
Estimativa de produtividade de grãos (a)	2010/11	Kg/ha	1.760	11,5	3.156	0,2
Produção Industrial	Jan-Fev	Nº Índice	92,40	-16,2	104,62	-10,7
Pessoal ocupado na indústria	Jan-Fev	Nº Índice	102,60	0,4	102,86	2,9
Horas pagas na indústria	Jan-Fev	Nº Índice	101,87	-0,4	103,04	2,2
Folha de pagamento real na indústria	Jan-Fev	Nº Índice	104,44	0,3	107,03	4,6
Comércio varejista volume de vendas	Fevereiro	Nº Índice	-	-	165,64	8,2
Comércio varejista ampliado volume de vendas	Fevereiro	Nº Índice	-	-	177,63	12,8
Exportações totais	Jan-Mar	US\$ milhões	3.925	18,5	51.233	30,6
Importações totais	Jan-Mar	US\$ milhões	4.352	-3,0	48.064	25,3
Corrente de comércio (exportação + importação)	Jan-Mar	US\$ milhões	8.277	7,2	99.296	28,0
Saldo da balança comer. (export. - import.)	Jan-Mar	US\$ milhões	-427	-213,8	3.169	259,2
Saldo das operações de crédito (f)	Fevereiro	R\$ milhões	107.041	12,4	1.501.065	10,9
Saldo dos depósitos bancários (f)	Fevereiro	R\$ milhões	138.153	5,8	2.556.340	-3,2
BNB - Saldo operações de crédito (com FNE) (i)	Março	R\$ milhões	37.208	1,9	4.896	3,8
BNB - Contratações do FNE (b)	Jan-Mar	R\$ milhões	2.505	52,1	-	-
BNB - Contratações do PRONAF (b)	Jan-Mar	R\$ milhões	243	16,1	-	-
Arrecadação de receitas federais (c)	Jan-Mar	R\$ milhões	10.353	8,6	166.682	11,5
Arrecadação de ICMS (d)	Jul-Ago	R\$ milhões	7.030	-1,8	39.611	-13,8
Saldo emprego formal na indústria	Jan-Mar	Unidade	-40.179	-9,8	136.054	-36,5
Saldo emprego formal na construção civil	Jan-Mar	Unidade	3.216	-91,4	67.374	-47,2
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Mar	Unidade	-2.417	-137,6	-4.553	-113,7
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Mar	Unidade	26.143	-0,7	286.129	8,7
Saldo emprego formal agrop.extra.veg.caça pesca	Jan-Mar	Unidade	-9.594	-41,4	40.561	119,4
Saldo emprego formal total	Jan-Mar	Unidade	-22.831	-351,9	525.565	-20,0
Taxa média de desocupação Recife (e)	Março	%	5,6 (g)	5,6 (h)	-	-
Taxa média de desocup. Salvador (e)	Março	%	5,3 (g)	5,0 (h)	-	-
Taxa média de desocupação Brasil (e)	Março	%	-	-	5,2 (g)	4,8 (h)

Fontes: IBGE, BACEN, MDIC, MTE - CAGED, CONAB, IPEADATA, MF, CONFAZ e BNB.

Elaboração: Equipes de conjuntura e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

(a) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª. 2ª. e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale. Levantamento: mar/2011;

(b) Valores de 2010 a preços médios do 1º trimestre de 2011. Valores indexados pelo IGP-DI;

(c) Não inclui receita previdenciária. Valores de 2010 a preços constantes a média do 1º trimestre de 2011, indexados pelo IGP-DI;

(d) Valores a preços constantes a média do bimestre jan-fev de 2011, indexados pelo IGP-DI;

(e) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre;

(f) Valores de 2010 a preços de fevereiro de 2011, indexados pelo IGP-DI;

(g) Em março de 2011;

(h) Em março de 2010;

(i) Valores de 2010 a preços de março/11, indexados pelo IGP-DI.

Notas:

- Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;
- Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;
- O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos.
- Os indicadores de produção, produtividade e de área agrícola foram coletados no documento divulgado pela CONAB denominado acompanhamento da Safra Brasileira, Grãos - referência: março/2011.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

A economia brasileira cresceu 7,5% em 2010, assinalando a maior expansão desde 1986, que corresponde a R\$ 3,6 trilhões. Essa *performance* deveu-se ao incremento de 6,7% no valor adicionado a preços básicos e ao aumento de 12,5% nos impostos sobre produtos, líquidos de subsídios. Em decorrência disso, o PIB *per capita* cresceu 6,5%, comparativamente a 2009 (Gráfico 1).

No que tange aos resultados do quarto trimestre de 2010, observa-se que o acréscimo do PIB vem desacelerando nas comparações interanuais. O indicador mensal (5%) cresce menos do que o acumulado do ano (7,5%). Já a ponta da série (trimestre/trimestre imediatamente anterior) exibe aumento de 0,7%, um pouco acima do registrado no terceiro trimestre nessa base de comparação (0,4%).

No tocante aos componentes da oferta agregada, na base de comparação trimestre contra idêntico trimestre do ano anterior, a média de crescimento dos grandes setores foi de 3,3%, com destaque para o baixo desempenho da agropecuária (1,1%), comparativamente aos demais segmentos.



Gráfico 1 – Brasil. PIB e PIB per capita – Taxa de Crescimento (2000-2010)

Fonte: IBGE, 2011a.

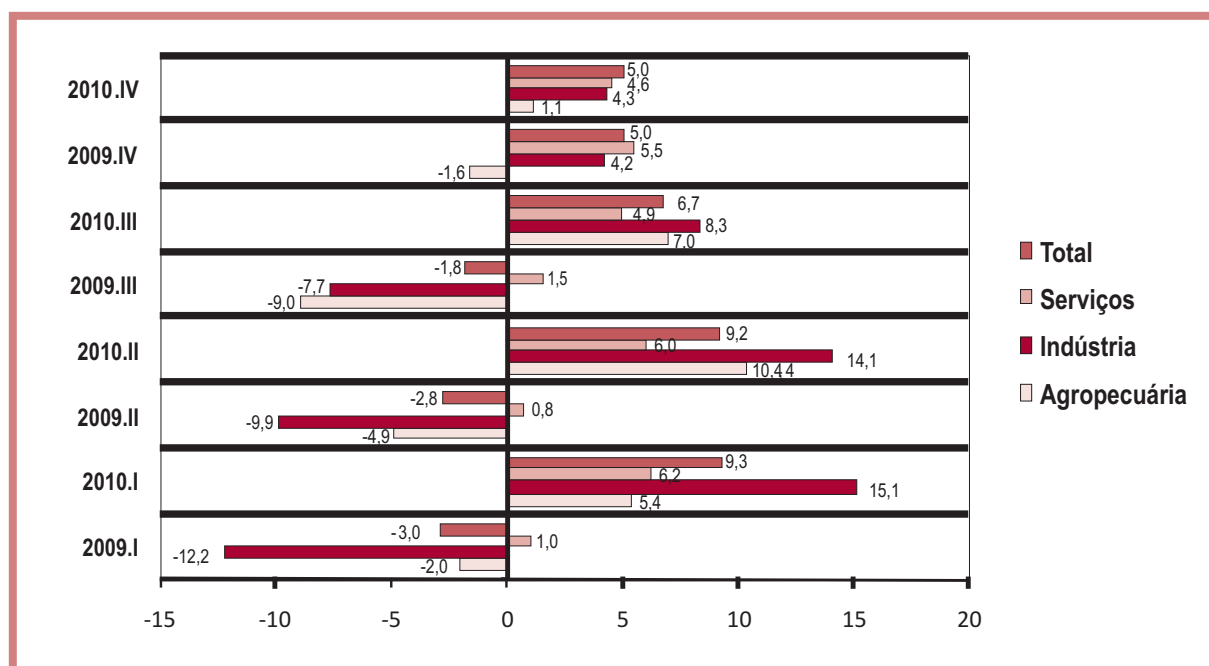


Gráfico 2 – Brasil. Taxa de Crescimento do PIB – Componentes da Oferta

Fonte: IBGE, 2011a.

Embora em termos proporcionais tenha apresentado um crescimento reduzido, de acordo com o IBGE, em termos absolutos a agropecuária registrou um bom desempenho, que pode ser explicado pelo aumento de produtividade e pela boa safra de alguns produtos. Na indústria, a atividade extrativa mineral apresentou o maior crescimento (15,7%), seguindo-se a construção civil (11,6%), a indústria de transformação (9,7%) e eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (7,8%).

Segundo o IBGE, o aumento da produção de máquinas e equipamentos, produtos de metal, minerais não metálicos e indústria automotiva impulsionou o resultado da indústria de transformação no período. O crescimento da construção civil, por sua vez, deveu-se à expansão do crédito direcionado para o setor.

Os serviços, por sua vez, apresentaram uma elevação de 4,6% na mesma base de comparação, sendo que todas as atividades que compõem o setor obtiveram desem-

penho positivo, destacando-se a atividade de intermediação financeira e seguros, com acréscimo de 11,4% no valor adicionado.

Analisando-se pela ótica da demanda, constata-se que as variáveis associadas à demanda interna foram determinantes na composição da taxa de crescimento do PIB. O consumo das famílias apresentou alta de 7% – o sétimo ano consecutivo de incremento desse componente.

O desempenho satisfatório do item consumo das famílias decorreu da expansão da oferta de crédito doméstico e do incremento da massa salarial, apesar do ciclo de alta da taxa Selic. Em fevereiro de 2011, o estoque total de crédito do sistema financeiro, combinando os recursos livres e os direcionados, alcançou R\$ 1.738 bilhões, elevando a relação crédito/PIB, de 44,1% em fevereiro de 2010 para 46,5% em fevereiro último. Esse dinamismo se deve, em grande parte, ao crescimento da carteira com recursos livres, responsável por 65,3% da carteira total de crédito. O segmento somou R\$ 1.136

bilhões em fevereiro, incremento de 1,4% no mês e 17,8% em 12 meses. Somente os recursos correspondentes às pessoas físicas totalizaram R\$ 561,2 bilhões, com aumento de 19,3% sobre fevereiro de 2010 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011b).

No Nordeste, as informações do Banco Central revelam que o saldo das operações de crédito do sistema financeiro totalizou R\$ 193,4 bilhões em janeiro de 2011, avanço de 31,3% em 12 meses. Desse total, destacuem-se os resultados significativos das operações de crédito direcionadas para as pessoas físicas na região, atingindo R\$ 90,5 bilhões. A alta de 37,7% em relação a janeiro de 2010 é mais que o dobro daquela observada para o país (17,8%) (Gráfico 3).

Para conter a expansão dos empréstimos e financiamentos às pessoas físicas, o governo decidiu aumentar de 1,5% para 3% a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre todas as opera-

ções de crédito de pessoas físicas. O objetivo do governo é também diminuir a demanda, considerada a principal causa de inflação no país. A decisão foi tomada após o anúncio de que a inflação calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) chegou a 0,79% em março, considerada a maior taxa para o mês desde 2003 e acima das expectativas do mercado. Ou seja, as pressões inflacionárias persistem apesar das medidas macroprudenciais adotadas pelo Banco Central em dezembro de 2010 para conter a alta das compras a prazo e a trajetória ascendente da taxa básica de juros. Vale destacar que o IPCA já acumula alta de 6,3% nos últimos 12 meses, próxima, portanto, do teto da meta de inflação de 6,5%.

O crescimento do crédito reflete, sobretudo, o dinamismo do mercado de trabalho. Em fevereiro de 2011 a massa de rendimento médio real da população cresceu 6,5%, em comparação com fevereiro de 2010. Uma das seis regiões metropolitanas nordestinas

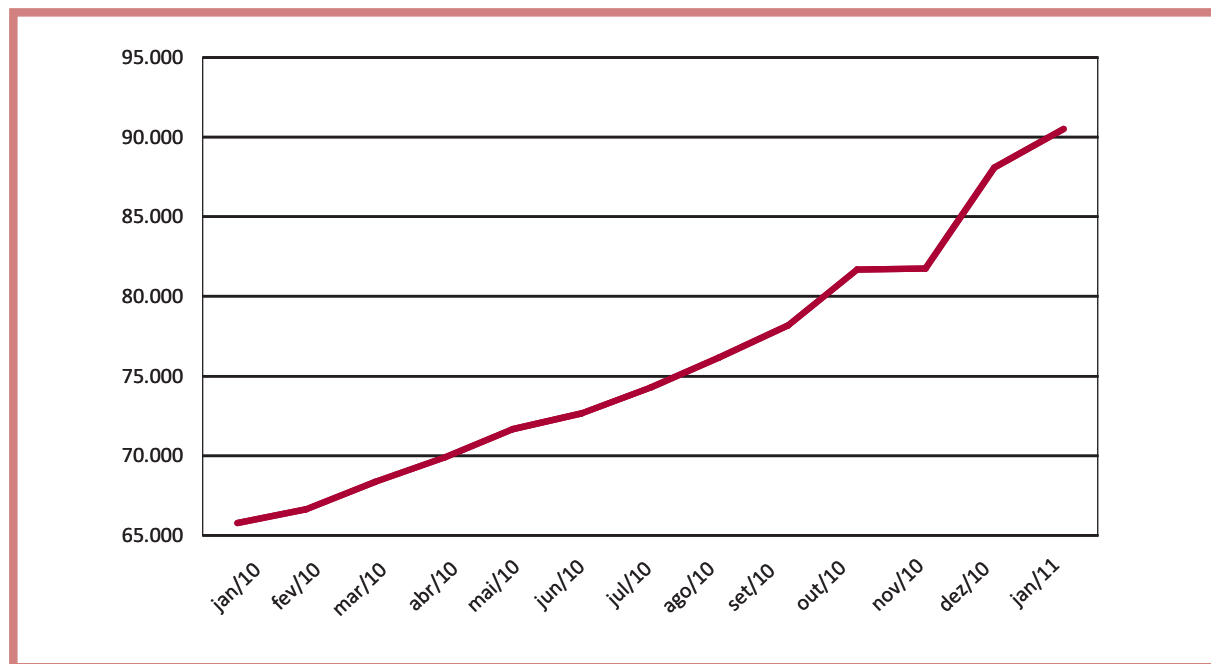


Gráfico 3 – Nordeste – Saldo das Operações de Crédito Direcionados às Pessoas Físicas. Janeiro de 2010 a Janeiro de 2011 – R\$ Milhões

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

investigadas, Recife exibe uma expansão de 13,1% da massa de rendimento, bem acima da média. Enquanto isso, Salvador registrou incremento de 2,4%. Foi decisiva para esse resultado a elevação do poder de compra dos trabalhadores de baixa renda, devido à política de valorização do salário-mínimo e aos programas de transferência de renda. Vale destacar que a maioria dos trabalhadores que recebem um salário-mínimo vive no Nordeste. A região concentra metade dos 12 milhões de famílias assistidas pelo programa Bolsa Família.

Ademais, os resultados positivos das negociações salariais em 2010 foram cruciais para esse desempenho. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011), 88,7% dos acordos salariais possibilitaram ganhos superiores à inflação, medida pelo INPC. O Nordeste segue a *performance* nacio-

nal, com 87,6% dos reajustes acima da inflação (Gráfico 4).

Finalmente, vale mencionar a contribuição da expansão do emprego formal para o incremento da massa de rendimento. As informações das regiões investigadas pelo IBGE revelam acréscimo de 6,3% dos trabalhadores com carteira assinada em fevereiro de 2011, no confronto com fevereiro de 2010. Em contrapartida, os “sem carteira” assinalaram recuo de 4,8% nessa mesma base de comparação. No recorte regional, Recife e Salvador se destacam no crescimento do número de empregados com carteira no indicador mês/idêntico mês do ano anterior, com aumento de 11,5% e 8,5%, respectivamente. As duas regiões registraram recuo no contingente de trabalhadores sem carteira assinada (Gráfico 5).

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou aumento significativo de 21,8%

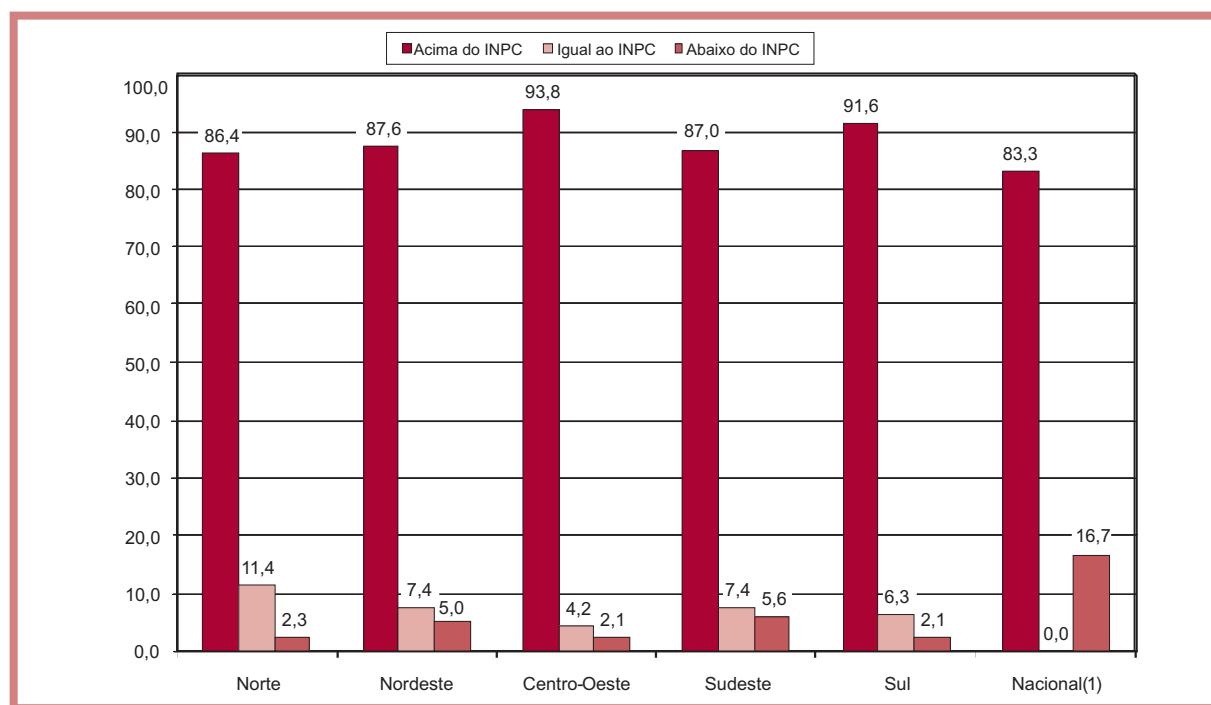


Gráfico 4 – Brasil – Distribuição dos Reajustes Salariais por Região Geográfica. 2010

Fonte: DIEESE, 2011.

Nota: (1) - Resultados de acordos ou convenções coletivas de trabalho com abrangência inter-regional.

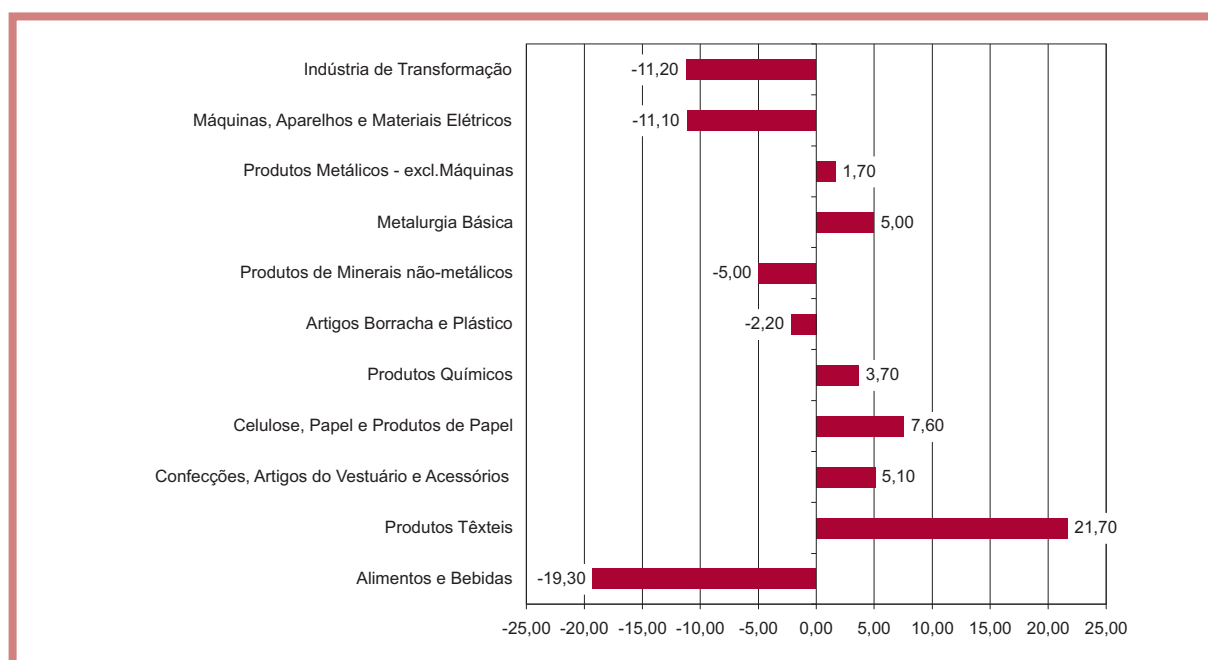


Gráfico 5 – Evolução dos Trabalhadores com Carteira Assinadas nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador. Fevereiro de 2010 a Fevereiro de 2011

Fonte: IBGE, 2011e.

em 2010, o maior acréscimo desde o início da série em 1996 e quase duas vezes superior ao crescimento do PIB. Constatou-se, no entanto, uma nítida desaceleração desse indicador no quarto trimestre, com crescimento de 0,7% frente ao trimestre anterior. Vale mencionar que no terceiro trimestre o FBCF experimentou incremento de 3,1% nessa mesma base de comparação. O recuo no último trimestre do ano interrompeu a sequência de seis altas consecutivas na taxa de investimento (Gráfico 6).

O desempenho da FBCF refletiu os bons resultados da construção civil e da produção e importação de máquinas e equipamentos. De acordo com informações da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex), o *quantum* das importações avançou 42,1% no acumulado de março de 2010 a fevereiro de 2011, resultado do significativo crescimento da demanda interna e do processo de apreciação cambial.

Na região Nordeste, o incremento das importações de bens de capital é mais evidente nos estados com maior densidade industrial e com maior poder de atração de grandes investimentos. É o caso de Pernambuco, que aglutina grandes projetos em torno do Complexo Portuário Industrial de Suape. Os projetos mais recentes são uma montadora de automóveis e uma siderúrgica, que vão se somar a uma refinaria, ao polo têxtil, ao estaleiro, ao complexo petroquímico e a outros empreendimentos em consolidação.

No caso da siderúrgica, a empresa contará com uma indústria laminadora e um polo industrial formado por unidades de processamento de aço na forma de perfis, barras, chapas e bobinas, que possibilitará a consolidação de um polo metal-mecânico na região. Vale destacar que essa indústria será a primeira laminadora de aço do Nordeste e produzirá por ano em torno de um milhão de toneladas de laminados a quente, a frio e revestidos.

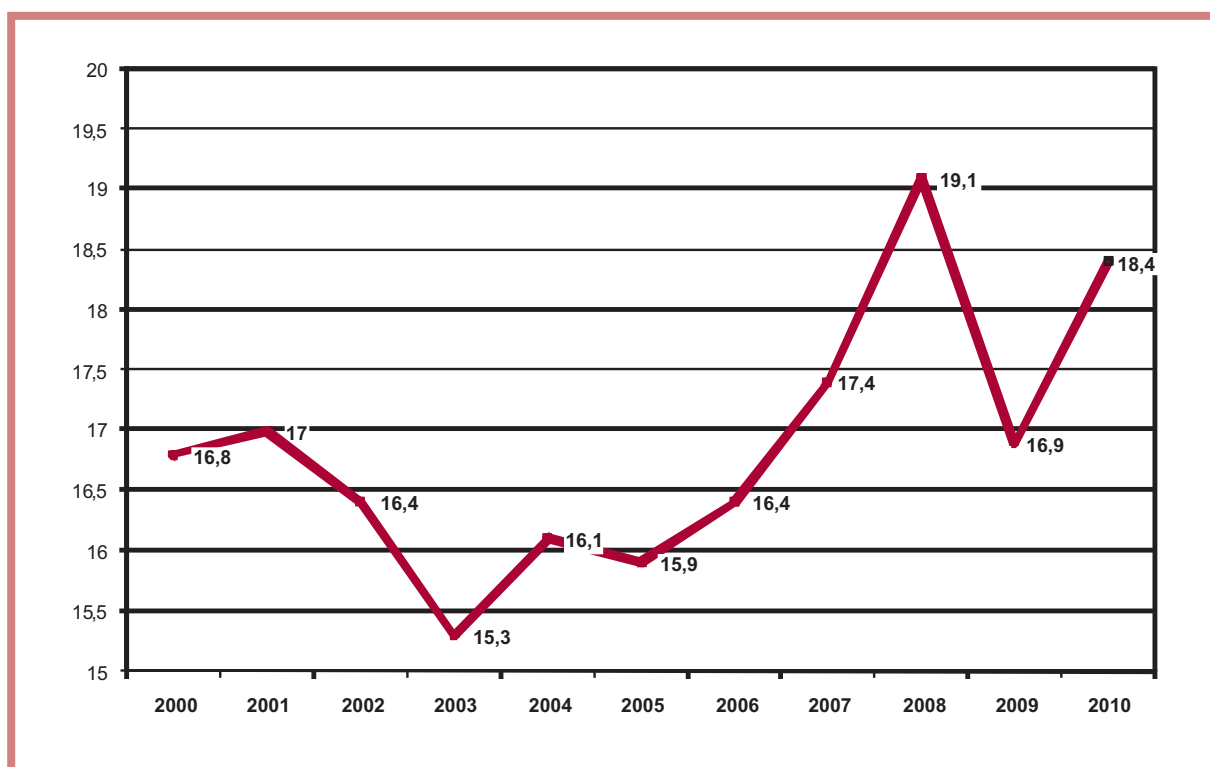


Gráfico 6 – Brasil – Taxa de Investimento Fixo (%PIB)

Fonte: IBGE, 2011e.

A demanda de bens de capital também está associada à realização de grandes investimentos de infraestrutura na região, seguindo a tendência nacional. De fato, um estudo realizado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) revela que os projetos no setor de infraestrutura não foram interrompidos pelo agravamento da crise financeira internacional (PUGA; BORÇA JR., 2011). O planejamento público no desenvolvimento da infraestrutura, assim

como as mudanças nos marcos regulatórios setoriais foram considerados determinantes para a continuidade dos projetos. De acordo com o estudo, os investimentos previstos para o período 2011-2014 totalizam R\$ 380 bilhões, assinalando incremento de 9% em relação às inversões realizadas no período 2006-2009. Grande parte do investimento mapeado concentra-se nos segmentos de energia elétrica e logística (Tabela 1).

Tabela 1 – Brasil. Investimentos Mapeados na Infraestrutura 2011 – 2014

Setores	R\$ Bilhões	%
Energia Elétrica	139,0	36,6
Telecom	72,0	18,8
Saneamento	41,0	10,7
Logística	129,0	33,9
Ferrovias	60,0	15,9
Transporte Rodoviário	51,0	13,3
Portos	18,0	4,7
Infraestrutura	380,0	100,0

Fonte: PUGA; BORÇA JR., 2011).

Já a produção doméstica de máquinas e equipamentos registrou aumento de 20,7% em 2010, com a maioria dos subsetores da indústria assinalando desempenho positivo. O grande destaque ficou para o ramo de bens de capital para construção, que assinalou um acréscimo de 95,8%. Esse resultado decorreu do significativo incremento da indústria da construção civil, que cresceu 11,6% em 2010, registrando o segundo melhor desempenho entre os segmentos da indústria.

Embora tenha apresentado um acréscimo na casa de dois dígitos, o ritmo de expansão dos investimentos diminuiu no decorrer de 2010. No primeiro bimestre de 2011, constata-se a continuidade do processo de desaceleração da produção de bens de capital. No que tange especificamente à região Nordeste, observa-se uma intensificação do processo de desaceleração iniciado no segundo semestre de 2010. As ações de política monetária e de caráter macroprudencial, assim

como a elevada base de comparação explicam as menores taxas de crescimento do setor (Gráfico 7).

No caso do mercado externo, observa-se um aumento de 11,5% das exportações e de 36,2% das importações em 2010. O maior crescimento das importações resulta da expansão do PIB e da excessiva apreciação da moeda nacional. Esse processo de desvalorização do dólar se agravou no início de 2011, devido, principalmente, à substancial expansão da entrada de capital de curto prazo. Diante da alta liquidez internacional, as empresas brasileiras utilizam crédito externo para financiar operações de capital de giro e de crédito aos seus fornecedores. Já os bancos fazem captação de recursos no exterior visando ampliar suas linhas de financiamento. O aumento do IOF para captações externas de até 360 dias tem como objetivo conter o influxo de capital de curto prazo.

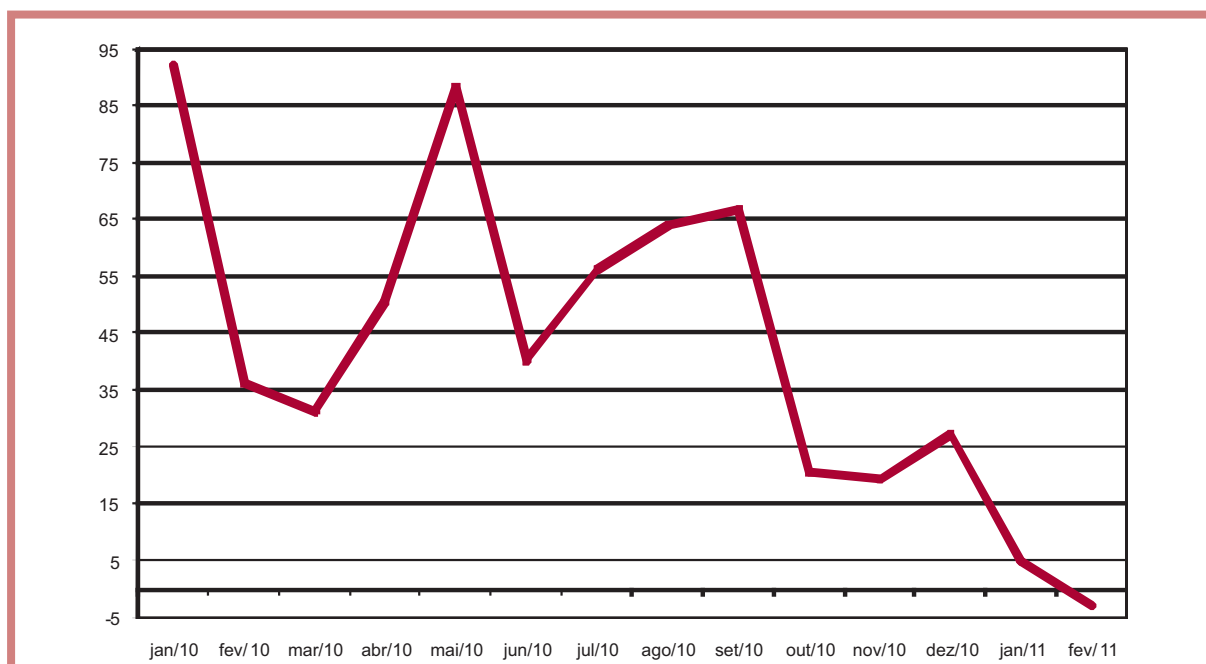


Gráfico 7 – Nordeste – Produção de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos – Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior. Janeiro de 2010 a Fevereiro de 2011

Fonte: IBGE, 2011f.

A valorização da moeda nacional vem acarretando a redução do índice de nacionalização das autopeças brasileiras. Levantamento realizado pelo jornal Valor Econômico (CÂMBIO..., 2011) revela que as empresas estrangeiras que fornecem conjuntos de componentes às montadoras estão substituindo componentes nacionais por similares importados, com o objetivo de manter os custos em níveis competitivos. Ademais, referidos sistematistas estão enfrentando dificuldades para aprovar novas inversões no país.

O real apreciado engendra igualmente um recuo da participação das manufaturas na pauta de exportação. Por outro lado, a parcela dos básicos cresce de forma significativa. Grande parte desse incremento resulta da variação dos preços das *commodities* metálicas e agrícolas no mercado internacional. Dados da Funcex mostram que os preços dos produtos básicos tiveram uma variação de 42% no acumulado dos dois primeiros meses do ano. Vale destacar que essa variação dos básicos

vem pressionando a inflação doméstica. Com um perfil exportador baseado em produtos básicos e semimanufaturados, a região Nordeste contribuiu sobremaneira para a intensificação desse processo de primarização da pauta exportadora brasileira (Tabela 2).

Apesar do bom desempenho do PIB em 2010, observou-se uma nítida desaceleração no segundo semestre, com resultados preocupantes da produção industrial e do investimento. As ações de política monetária e de caráter macroprudencial, assim como as medidas de ajuste no plano fiscal, podem prolongar esse processo de desaceleração da atividade econômica, principalmente se persistirem as pressões inflacionárias, exigindo novas medidas restritivas. No *front* externo, a continuidade da apreciação do real, em que pesem as medidas para conter a entrada de capitais de curto prazo, pressiona o déficit em conta-corrente, acentuando a instabilidade do balanço de pagamentos.

Tabela 2 – Nordeste. Principais Setores Exportadores. Março de 2010 a março de 2011 – US\$ FOB Milhões

NCM	Descrição do Capítulo	US\$ FOB Milhões	Participação
17	Açúcares e Produtos de Confeitaria	1.761,22	10,2%
47	Pastas de Madeira ou Materias Fibrosas Celulósicas, etc.	1.736,56	10,0%
26	Minérios, Escórias e Cinzas	1.526,35	8,8%
27	Combustíveis Minerais, Óleos Minerais, etc. Ceras Minerais	1.440,13	8,3%
29	Produtos Químicos Orgânicos	1.403,39	8,1%
12	Sementes e Frutos Oleaginosos, Grãos, Sementes, etc.	1.089,06	6,3%
8	Frutas, Cascas de Cítricos e de Melões	730,55	4,2%
64	Calçados, Polainas e Artefatos Semelhantes e suas Partes	631,89	3,6%
87	Veículos Automóveis, Tratores, etc. suas Partes - Acessórios	623,07	3,6%
74	Cobre e suas Obras	565,59	3,3%
Demais Produtos		5.811,28	33,6%
Total		17.319,08	100,0%

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.2 - Comércio

3.2.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

Foram bastante favoráveis os resultados do comércio varejista brasileiro em 2010, que registrou aumento de 10,9% em volume de vendas, graças, sobretudo, ao crescimento da renda pessoal, do emprego e do crédito.

A presente análise do desempenho do comércio se baseia nos dados e conceito de volume de vendas da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011c), apresenta valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos por grupo de atividade e Unidade da Federação.

A Tabela 3 mostra que, em fevereiro de 2011, o comércio varejista apresentou uma

queda de 0,4% em relação ao mês anterior; O crescimento foi de 8,2% sobre fevereiro de 2010; e de 8,2% e 10,4% nos acumulados dos dois primeiros meses de 2011 e dos últimos 12 meses, respectivamente.

De janeiro para fevereiro de 2011 (séries com ajuste sazonal), cinco atividades registraram queda no comércio varejista. Apresentaram os três piores desempenhos: livros, jornais, revistas e papelaria (-4,7%), equipa-

Tabela 3 – Taxas (%) de Variação do Volume de Vendas no Comércio Varejista por Atividade no Brasil em 2011

Atividade	Índice Mês/ Mês	Índice Mensal	Índice Acumulado	
	Fev./Jan. 2011 ⁽¹⁾	Fev. 2011/2010	No Ano	12 Meses
Comércio Varejista ⁽²⁾	-0,4	8,2	8,2	10,4
1. Combustíveis e lubrificantes	0,1	7,3	6,8	6,9
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-0,3	2,3	3,3	7,7
3. Tecidos, vestuário e calçados	1,4	13,6	11,6	11,3
4. Móveis e eletrodomésticos	-2,8	20,5	19,8	18,4
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-1,4	10,4	11,6	11,8
6. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-3,1	14,6	10,9	22,0
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	-4,7	13,9	13,1	13,0
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,4	12,2	8,4	9,5
Comércio Varejista Ampliado ⁽³⁾	0,0	14,5	12,8	12,4
9. Veículos, motocicletas, partes e peças	-1,1	26,0	21,2	15,3
10. Material de construção	-1,5	16,2	16,3	5,7

Fonte: IBGE, 2011c. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Séries com ajuste sazonal.

⁽²⁾ O indicador do comércio varejista é composto pelas oito primeiras atividades (1 a 8).

⁽³⁾ O indicador do comércio varejista ampliado é composto pelas dez atividades (1 a 10).

mentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-3,1%) e móveis e eletrodomésticos (-2,8%). Apenas duas atividades cresceram: tecidos, vestuários e calçados (1,4%) e combustíveis e lubrificantes (0,1%).

A despeito da queda do volume de comércio em fevereiro de 2011, todas as atividades exibiram crescimento em relação a fevereiro de 2010, assim como taxas de crescimento positivas no acumulado em 2011. No que tange ao índice mensal de fevereiro de 2011, destacam-se veículos, motocicletas, partes e peças (26%), móveis e eletrodomésticos (20,5%), material de construção (16,2%) e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (14,6%).

O comércio varejista ampliado (que inclui as atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção) não apresentou variação de janeiro para fevereiro; entretanto, os índices acumulados relativos a 2011 e aos últimos 12 meses foram 12,8%

e 12,4%, respectivamente, superiores aos índices do comércio varejista. Aqui, o destaque foi para a atividade veículos, motocicletas, partes e peças.

O Gráfico 8 mostra a contribuição de cada uma das atividades do comércio varejista e do comércio varejista ampliado na formação da taxa global do volume de vendas, no valor acumulado até fevereiro 2011. Quando são consideradas todas as atividades do Gráfico 8, ou seja, formando o comércio varejista ampliado, três atividades, juntas, contribuíram com 90,2% para o crescimento do volume de vendas: veículos, motocicletas, partes e peças (59,6%), material de construção (16,2%) e móveis e eletrodomésticos (14,4%).

No Quadro 1 constam explicações sintéticas do desempenho das atividades gerais, ordenadas de acordo com a sua contribuição para a formação da taxa global do volume de vendas, conforme descrito no relatório da PMC referente a fevereiro de 2011.

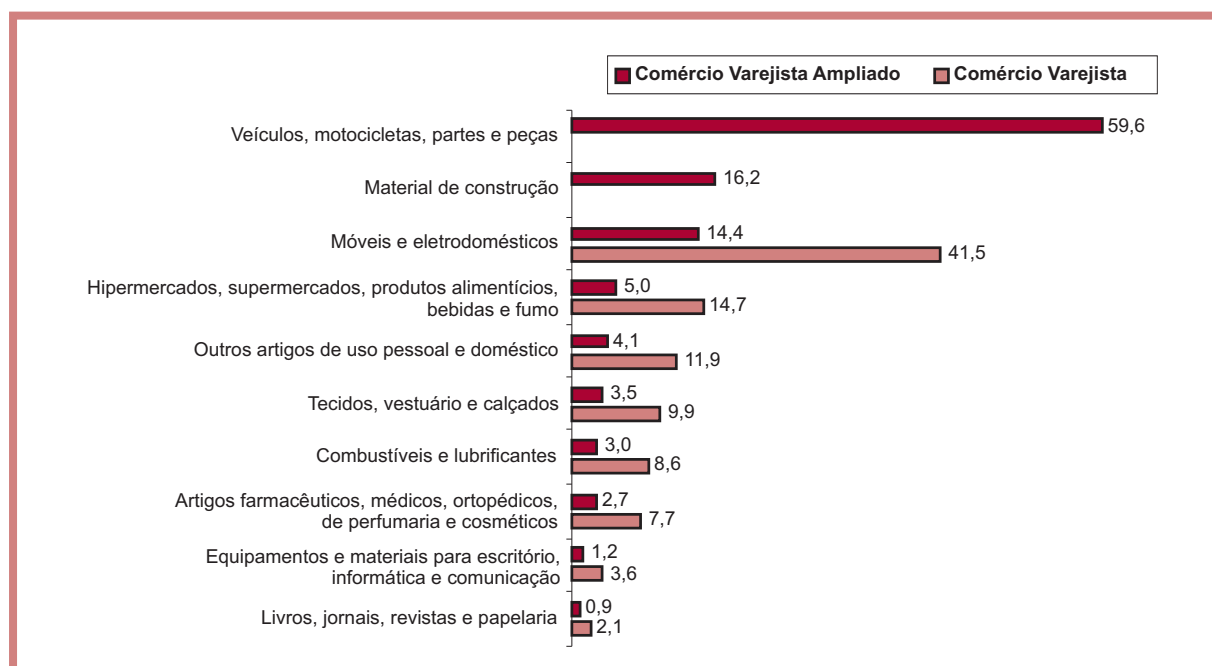


Gráfico 8 – Percentuais de Participação das Atividades na Formação da Taxa Global do Volume de Vendas do Comércio Varejista no Brasil em 2011 – Valor Acumulado até Fevereiro

Fonte: IBGE 2011c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Atividade	Comentário
1. Veículos, motocicletas, partes e peças	Apresenta resultado negativo pelo segundo mês consecutivo, como reflexo das medidas de governo implementadas em dezembro de 2010
2. Material de construção	Comparativamente ao ano anterior, os resultados mostram recuperação do setor, após a crise financeira global de 2008
3. Móveis e eletrodomésticos	Os bons resultados refletem ainda as condições favoráveis de crédito, crescimento do emprego e do rendimento e a estabilidade de preços
4. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	O baixo crescimento em relação a fevereiro reflete, provavelmente, uma retração de demanda provocada pelo aumento dos preços dos alimentos nos últimos 12 meses
5. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	Composto por lojas de departamentos, ótica, joalheria, artigos esportivos, brinquedos etc., seu bom desempenho vem sendo influenciado pelo quadro geral de crescimento da economia.
6. Tecidos, vestuário e calçados	Completa 17 meses consecutivos de taxas positivas, confirmando sua recuperação, após forte contração da atividade, provocada pela crise financeira iniciada no final de 2008
7. Combustíveis e lubrificantes	Embora tímido, o crescimento se deve à estabilidade de preços dos combustíveis e ao crescimento da frota de veículos
8. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	A expansão da massa de salários e a diversificação na linha de produtos comercializados são principais fatores que explicam o desempenho positivo no segmento
9. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	Dentre os fatores responsáveis por seu bom desempenho, destacam-se a redução de preços dos produtos do gênero (-11,7% nos últimos 12 meses para computadores no IPCA) e a crescente importância dos produtos de informática e comunicação nos hábitos de consumo das famílias
10. Livros, jornais, revistas e papelaria	De menor influência positiva no resultado global, mas com taxas de variação positivas e significativas em relação a fevereiro do ano anterior (18,4%) e aos últimos 12 meses (17,1%)

Quadro 1 – Comportamento das Atividades do Comércio Varejista e do Comércio Varejista Ampliado

Fonte: IBGE, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.2.2 - Desempenho do Comércio no Nordeste

O comércio varejista nordestino continua a apresentar desempenho superior à média nacional, resultado do comportamento de variáveis importantes para o crescimento do comércio varejista mais favorável ao Nordeste que ao Brasil, como, por exemplo, níveis de rendimento e de emprego e expansão do crédito.

De fato, o Gráfico 9 mostra seis estados nordestinos com desempenho superior ao do Brasil (12,8%), considerando as vendas do comércio varejista ampliado acumulado em 2011. Nessa comparação, os destaques são Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão, com taxas de variação acima de 15%. Quando se comparam os resultados de fevereiro de 2011 com os de fevereiro de 2010, apenas Piauí e Sergipe apresentaram expansão inferior ao índice do Brasil.

A PMC fornece as taxas de variação do comércio por atividade para Bahia, Ceará e Pernambuco (Tabela 4). O Ceará é o destaque dentre esses estados, tanto no caso do comércio varejista quanto do comércio varejista ampliado. As quatro atividades de melhor comportamento no Ceará e em Pernambuco foram: móveis e eletrodomésticos (também entre as quatro de melhores desempenhos na Bahia); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; livros, jornais, revistas e papelaria; e veículos e motos, partes e peças (também entre as

quatro de melhores desempenhos na Bahia). Na Bahia, sobressaíram-se, ainda, as áreas de tecidos, vestuário e calçados e material de construção.

Espera-se que, em 2011, o comércio varejista apresente resultados positivos. Entretanto, o crescimento deverá ser inferior aos 10,9% de 2010, cuja base de cálculo referiu-se a 2009, em que houve queda de vendas. Além desse aspecto, algumas previsões e sinais relativos a 2011 apontam para esta direção: crescimento menor do PIB, renda, emprego, crédito e gastos com máquina estatal; aumento de juros; aumento de inadimplência dos consumidores e das empresas em fevereiro, pelos sétimo e terceiro meses consecutivos, respectivamente (SERASA Experian, 2011), e queda, pelo segundo mês consecutivo, do índice de confiança dos consumidores, calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBRE; FGV, 2011).

As projeções sobre o comportamento das principais variáveis que influenciam o desempenho do comércio varejista indicam

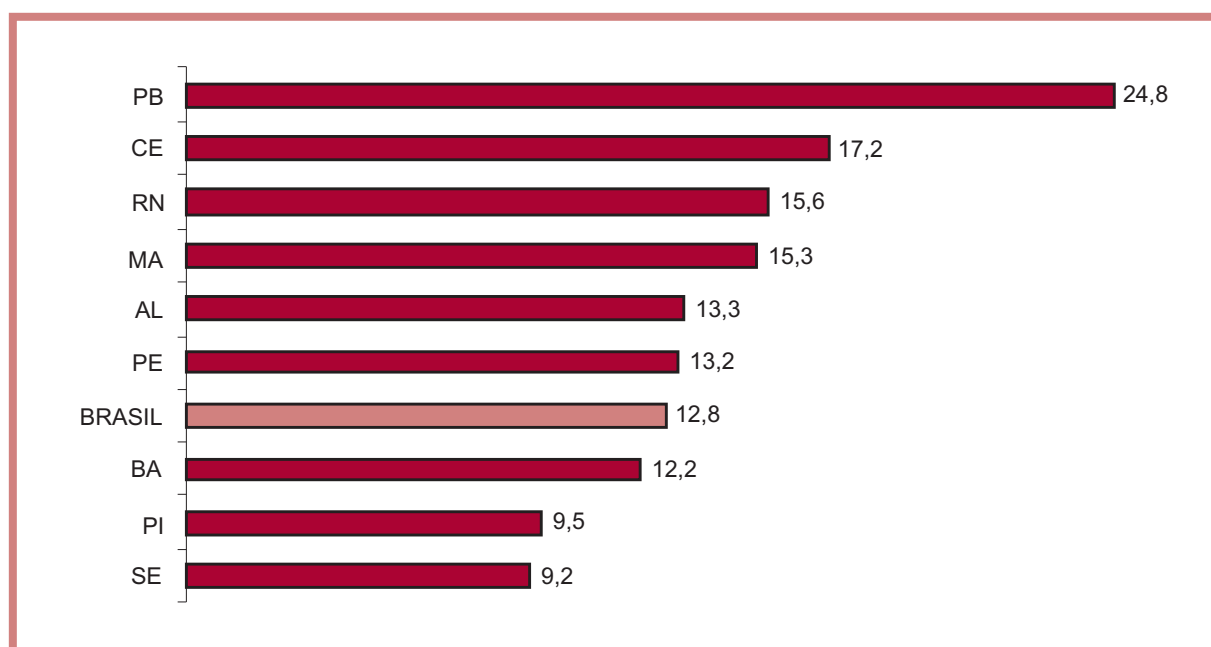


Gráfico 9 – Taxas (%) de Variação Acumulada do Volume de Vendas no Comércio Varejista Ampliado no Brasil e no Nordeste – Janeiro a Fevereiro de 2011

Fonte: IBGE, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Tabela 4 – Taxas (%) de Variação Acumulada do Volume de Vendas no Comércio por Atividade, na Bahia, no Ceará e em Pernambuco – Janeiro a Fevereiro de 2011 ⁽¹⁾

Atividade	Bahia	Ceará	Pernambuco
Comércio Varejista	9,9	12,6	8,0
Combustíveis e lubrificantes	10,1	-1,5	7,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,5	11,2	-5,0
Tecidos, vestuário e calçados	11,4	3,9	18,2
Móveis e eletrodomésticos	32,7	17,2	45,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	17,4	23,4	6,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-16,7	17,5	-8,0
Livros, jornais, revistas e papelaria	14,2	57,5	11,1
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	12,9	11,2	13,2
Comércio Varejista Ampliado	12,2	17,2	13,2
Veículos e motos, partes e peças	18,7	29,1	23,2
Material de construção	10,6	0,4	15,3

Fonte: IBGE, 2011c. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Base no ano: idêntico período do ano anterior = 100.

uma perspectiva de crescimento mais modesto em 2011. A Federação de Comércio do Estado de São Paulo (FECOMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2011) prevê que o varejo no Brasil crescerá 6% (cenário provável) em

2011. Para o Nordeste, onde se espera maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), do crédito e de investimentos em infraestrutura, o comércio varejista promete ser mais promissor que a média nacional.

3.3 - Produção Agropecuária

3.3.1 - Agronegócio

3.3.1.1 - Desempenho do Faturamento

O Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária brasileira deve alcançar a cifra de R\$ 296 bilhões em 2011, com crescimento de R\$ 22,3 bilhões em relação a 2010, o equivalente a 8,1%. A maior parte desse montante (64,2%) virá dos produtos agrícolas e o restante (35,8%) dos produtos pecuários, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2010 e 2011

R\$ Milhões de março/10

Produtos	2010	2011	Var. %	Var. Abs.
Agrícolas	180.152	190.031	5,48	9.879
- lavouras temporárias (1)	140.388	147.311	4,93	6.923
- lavouras permanentes (2)	39.764	42.720	7,43	2.956
grãos (3)	87.955	85.408	-2,90	-2.547
outras lavouras	92.197	104.623	13,48	12.426
Pecuários	93.604	106.013	13,26	12.410
- carnes (4)	71.762	80.797	12,59	9.035
- derivados (5)	21.842	25.217	15,45	3.375
Total	273.756	296.044	8,14	22.289

Fonte: IBGE, 2011d, 2011e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e tritcale.

(4) bovina, suína e de frango.

O faturamento dos produtos pecuários deverá crescer 13,3% e o dos produtos agrícolas diminuir 5,5% por causa do recuo de 2,9% no volume de grãos, especialmente de trigo (Tabela 5).

No caso do Nordeste, prevê-se uma recuperação das lavouras temporárias, com elevação de 17,2% (de R\$ 17,1 bilhões para R\$ 19,9 bilhões) no faturamento em relação ao de 2010, ano marcado por baixas precipitações pluviométricas. As lavouras permanentes apresentarão um crescimento relativamente menor (5,6%), passando de R\$ 10 bilhões para R\$ 10,5 bilhões. O faturamento com os produtos pecuários deverá saltar de R\$ 13,9 bilhões para R\$ 14,7 bilhões. Com isso, o VBP da agropecuária do Nordeste atingirá, em 2011, o montante de R\$ 45,2 bilhões, como mostrado na Tabela 6.

Em termos estaduais, não há evidências de mudanças estruturais significativas.

O conjunto formado por Bahia, Pernambuco, Maranhão e Ceará continuará respondendo por mais de 76% do VBP regional.

Bahia e Maranhão são os destaques nas lavouras temporárias (38,9% e 13,4%, respectivamente), devido à relevância das culturas introduzidas nas áreas de cerrado. Nesse sentido, ressalte-se que a presença da cana-de-açúcar em outros estados tem sido insuficiente para garantir-lhes destaque (ver tabela abaixo).

Nas lavouras permanentes, Bahia (58,8%), Pernambuco (12,8%) e Ceará (11,4%) são os estados mais importantes, em função das culturas implantadas nos perímetros irrigados.

Na pecuária há uma melhor distribuição do VBP, com quatro estados concentrando, juntos, 74% do valor: Bahia (31,9%), Maranhão (15,9%), Pernambuco (13,4%) e Ceará (12,8%), como visto na Tabela 7.

Tabela 6 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2010 e 2011

(continua)

Produtos		Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
	Unidade	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Lavoura Temporária (a)							
Brasil						140.387.759	147.310.644
Nordeste						17.019.907	19.946.706
Abacaxi	Mil frutos	639.521	580.559	1,12	1,12	717.676	651.508
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.065.699	1.547.363	0,98	0,98	1.043.088	1.514.533
Alho	Tonelada	5.547	6.106	2,79	2,79	15.491	17.052
Amendoim (em casca)	Tonelada	11.267	20.837	0,78	0,78	8.737	16.158
Arroz (em casca)	Tonelada	913.228	1.223.892	0,81	0,81	738.679	989.964
Batata-doce	Tonelada	187.611	203.309	0,53	0,53	99.301	107.610
Batata-inglesa	Tonelada	303.615	308.950	1,34	1,34	408.127	415.299
Cana-de-açúcar	Tonelada	72.594.189	68.528.797	0,05	0,05	3.450.969	3.678.653
Cebola	Tonelada	390.730	247.505	0,92	0,99	359.898	244.624
Fava (em grão)	Tonelada	17.078	19.053	2,02	2,02	34.447	38.431
Feijão (em grão)	Tonelada	637.737	1.089.859	2,12	2,21	1.350.301	2.412.423
Fumo (em folha)	Tonelada	29.766	25.249	3,17	3,17	94.482	80.144
Girassol	Tonelada	2.771	2.866	0,63	0,63	1.744	1.804
Mamona (baga)	Tonelada	83.322	133.224	0,86	0,86	71.619	114.512
Mandioca	Tonelada	8.075.129	8.649.199	0,19	0,18	1.551.517	1.554.854
Melancia	Tonelada	729.660	607.850	0,43	0,43	312.477	260.312
Melão	Tonelada	380.007	316.221	0,68	0,68	259.043	215.561
Milho (em grão)	Tonelada	4.182.533	5.475.797	0,45	0,47	1.899.202	2.593.283
Soja (em grão)	Tonelada	5.307.264	5.900.201	0,72	0,72	3.825.088	4.252.434
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	101.500	221.521	0,38	0,38	39.004	85.126
Tomate	Tonelada	626.320	583.130	1,18	1,20	739.018	702.419
Lavoura Permanente (b)							
Brasil						39.764.340	42.720.448
Nordeste						9.954.338	10.507.959
Abacate	Tonelada	9.187	15.403	1,46	1,46	13.428	22.514
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	309	180	1,05	1,05	325	189
Banana	Tonelada	2.671.374	2.929.992	1,20	1,17	3.210.583	3.438.872
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	32.648	30.649	1,93	1,93	63.149	59.283
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	149.303	139.448	6,06	6,13	904.527	855.095
Café (beneficiado)	Tonelada	190.817	183.170	3,11	4,68	592.726	858.046
Caqui	Tonelada	140	196	0,17	0,17	24	33
Castanha-de-caju	Tonelada	105.775	286.965	0,94	0,94	99.118	268.905
Coco-da-baía	Mil frutos	1.450.214	1.344.114	0,58	0,61	842.896	816.456
Dendê (coco)	Tonelada	205.553	194.629	0,21	0,21	43.725	41.402
Figo	Tonelada	0	15	7,91	7,91	0	119
Goiaba	Tonelada	137.841	135.016	0,75	0,75	103.111	100.998
Guaraná (semente)	Tonelada	2.688	2.265	9,68	9,68	26.010	21.917

Tabela 6 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2010 e 2011
(conclusão)

Produtos	Unidade	Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2010	2011	2010	2011	2010	2011
Laranja	Tonelada	1.879.759	1.926.708	0,30	0,34	572.161	646.323
Limão	Tonelada	83.097	73.141	0,91	0,91	75.243	66.228
Maçã	Tonelada	365	608	1,38	1,38	503	837
Mamão	Tonelada	1.168.174	1.179.101	0,88	0,88	1.022.473	1.032.037
Manga	Tonelada	879.283	816.862	0,89	0,89	785.350	729.597
Maracujá	Tonelada	523.822	465.925	1,38	1,38	723.962	643.944
Marmelo	Tonelada	250	175	2,68	2,68	669	468
Palmito	Tonelada	21.668	21.242	0,36	0,36	7.902	7.747
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.740	4.668	3,93	3,93	18.639	18.355
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	235.759	235.283	0,79	0,81	186.403	191.365
Tangerina	Tonelada	50.280	47.865	0,79	0,79	39.649	37.745
Urucum (semente)	Tonelada	2.187	2.426	2,28	2,28	4.984	5.529
Uva	Tonelada	251.576	262.661	2,45	2,45	616.778	643.954
Agricultura							
Brasil						180.152.099	190.031.092
Nordeste						26.974.246	30.454.664
Pecuária							
Brasil						93.603.580	106.013.251
Nordeste						13.893.089	14.737.010
Carne bovina	Tonelada	1.060.919	1.083.234	6,06	6,12	6.434.155	6.624.503
Frango	Tonelada	1.136.148	1.156.560	2,28	2,39	2.585.068	2.762.491
Leite	Milhões de litros	2.937	3.021	0,76	0,81	2.237.304	2.457.345
Ovos	Mil cx. de 30 dúzias	12.740	12.873	2,04	2,06	865.659	883.563
Suínos	Tonelada	651.548	663.761	2,72	3,03	1.770.904	2.009.109
Agropecuária							
Brasil						273.755.679	296.044.343
Nordeste						40.867.335	45.191.674
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						12,1	13,5
Lavoura permanente (b)						25,0	24,6
Agricultura (c)						15,0	16,0
Pecuária (d)						14,8	13,9
Agropecuária (c + d)						14,9	15,3

Fontes: IBGE, 2011d, 2011e; AGRAFPN, 2010.

Valores a preços de março/2010.

Tabela 7 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Seleccionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2011

R\$ milhões mar/2011

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.671	13,4	168	1,6	2.839	9,3	2.345	15,9	5.184	11,5
Piauí	1.902	9,5	122	1,2	2.024	6,6	1.230	8,3	3.254	7,2
Ceará	1.780	8,9	1.201	11,4	2.981	9,8	1.887	12,8	4.868	10,8
Rio Grande do Norte	578	2,9	377	3,6	955	3,1	611	4,1	1.566	3,5
Paraíba	1.081	5,4	370	3,5	1.451	4,8	748	5,1	2.199	4,9
Pernambuco	1.699	8,5	1.347	12,8	3.046	10,0	1.976	13,4	5.022	11,1
Alagoas	1.698	8,5	125	1,2	1.824	6,0	617	4,2	2.441	5,4
Sergipe	782	3,9	618	5,9	1.400	4,6	625	4,2	2.025	4,5
Bahia	7.755	38,9	6.179	58,8	13.935	45,8	4.698	31,9	18.633	41,2
BA+PE+CE+MA	13.905	69,7	8.896	84,7	22.801	74,9	10.906	74,0	33.707	74,6
Demais	6.042	30,3	1.612	15,3	7.654	25,1	3.831	26,0	11.485	25,4
Soma	19.947	100,0	10.508	100,0	30.455	100,0	14.737	100,0	45.192	100,0

Fontes: IBGE, 2011d, 2011e; AGRAFNP, 2010.

3.3.1.2 - Balança Comercial do Agronegócio

O Ministério da Agricultura consolidou os dados relativos à balança comercial do agronegócio brasileiro em 2010 após o fechamento da edição anterior de BNB Conjuntura Econômica. Conforme se pode visualizar na Tabela 8, comparando-se os números do agronegócio de 2010 com os de 2009, observa-se um avanço de 18% nas suas exportações e de 35% nas importações, implicando acréscimo de 15% no saldo comercial. Tais resultados continuam a refletir os efeitos da valorização do real frente ao dólar norte-americano. De positivo nesse cenário fica a constatação de que esses efeitos são menores sobre o agronegócio: no caso da balança comercial total, o saldo reduziu-se em praticamente 20%. As exportações do agronegócio brasileiro alcançaram US\$ 76,4 bilhões, enquanto as importações não passaram de US\$ 13,4 bilhões, resultando em superávit de US\$ 63 bilhões em 2010.

No caso do agronegócio nordestino, em 2010 as exportações cresceram proporcionalmente menos que as nacionais (17%), para o montante de US\$ 1 bilhão, enquanto as importações se expandiram mais (41%), no montante de US\$ 538 milhões, de maneira que o saldo comercial aumentou apenas 11% (US\$ 507 milhões).

Tanto no caso brasileiro quanto no nordestino, confirma-se a importância dos produtos do agronegócio para os saldos comerciais obtidos. Não fosse o agronegócio, a balança comercial total do Brasil teria apresentado déficit de US\$ 42,8 bilhões, ao invés de superávit, enquanto a nordestina teria ampliado o déficit para US\$ 6,9 bilhões.

Percebe-se, daí, que uma estratégia plausível para melhorar os resultados dessas balanças comerciais poderia ser a agregação de valor – por meio da agroindustrialização – aos produtos do agronegócio.

Bahia, Alagoas e Ceará foram os destaques do ano em termos de exportações do agronegócio, representando 76,8% do total exportado, cabendo destacar que a Bahia, sozinha, responde por mais da metade (52%) das exportações do agronegócio regional. Esses mesmos estados foram também (e nessa

mesma ordem) os principais geradores de saldo comercial na balança do agronegócio nordestino. Nas importações, a lista modifica-se com a saída de Alagoas e a entrada de Pernambuco na segunda posição. Muda, entretanto, a concentração, posto que esses três estados (BA, PE e CE) representaram 81% das importações do agronegócio do Nordeste.

A Paraíba foi o estado nordestino que mais aumentou as exportações do agronegócio em relação a 2009: 42,4%. O destaque negativo foi o Piauí, com -23,4%. Foi também o Piauí

Tabela 8 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2009 e 2010

US\$ milhões

Dados de janeiro a dezembro de cada ano

Região/Estado	2009			2010		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	152.994,7	127.722,3	25.272,4	201.915,3	181.679,5	20.235,8
Brasil – Agronegócio (b)	64.783,8	9.897,3	54.886,5	76.438,8	13.386,7	63.052,1
Nordeste – Total (c)	11.616,3	10.795,7	820,6	15.867,7	17.507,4	-1.639,7
Nordeste – Agronegócio (d)	6.108,4	1.323,2	4.785,2	7.153,8	1.861,1	5.292,7
Alagoas	785,5	31,1	754,4	928,3	63,7	864,6
Bahia	3.181,2	432,3	2.748,9	3.738,5	590,6	3.147,9
Ceará	721,0	236,7	484,3	828,7	334,6	494,1
Maranhão	431,8	59,0	372,8	441,2	92,7	348,5
Paraíba	84,9	54,9	30,0	120,9	105,5	15,4
Pernambuco	487,3	446,5	40,8	688,5	585,5	103,0
Piauí	160,0	0,9	159,1	122,5	2,8	119,7
Rio Grande do Norte	215,7	32,8	182,9	228,8	49,2	179,6
Sergipe	41,2	29,0	12,2	56,4	36,5	19,9
Variações % 2010/2009						
Brasil – Total				32,0	42,2	-19,9
Brasil – Agronegócio				18,0	35,3	14,9
Nordeste – Total				36,6	62,2	-299,8
Nordeste – Agronegócio				17,1	40,7	10,6
Alagoas				18,2	104,8	14,6
Bahia				17,5	36,6	14,5
Ceará				14,9	41,4	2,0
Maranhão				2,2	57,1	-6,5
Paraíba				42,4	92,2	-48,7
Pernambuco				41,3	31,1	152,5
Piauí				-23,4	211,1	-24,8
Rio Grande do Norte				6,1	50,0	-1,8
Sergipe				36,9	25,9	63,1
Relações (%)						
b/a	42,3	7,7	217,2	37,9	7,4	311,6
d/c	52,6	12,3	583,1	45,1	10,6	-322,8
d/b	9,4	13,4	8,7	9,4	13,9	8,4

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

que mais aumentou as importações de 2009 para 2010: 211,1%. Pernambuco destacou-se por aumentar o seu saldo comercial em 152,5% no período, enquanto a Paraíba foi o estado que mais perdeu saldo comercial relativamente a 2009: 48,7%. Em termos absolutos, entretanto, desponta o agronegócio baiano nas três variáveis, aumentando as exportações em US\$ 557 milhões; as importações em US\$ 158 milhões e o saldo comercial em US\$ 399 milhões.

Os principais itens exportados pelo agronegócio do Nordeste foram, pela ordem: produtos florestais, complexo sucroalcooleiro, complexo soja, frutas¹ e fibras e produtos têxteis, respondendo por mais de 81% do total do setor em 2010, correspondentes a US\$ 5,8 bilhões.

Apenas 5 dos 16 produtos listados na tabela seguinte sofreram redução nas exportações entre 2009 e 2010. Mas apenas um deles, o complexo soja, integra a lista dos principais produtos. Os demais têm pouco peso nas exportações. Cabe destacar ainda a participação de três itens novos (produtos florestais, soja e frutas) nesse grupo e de apenas dois dos chamados tradicionais (complexo sucroalcooleiro e têxteis). O produto de maior crescimento proporcional em relação a 2009 foi sucos de frutas, confirmando o destaque antecipado na revista BNB Conjuntura Econômica nº 27 (Tabela 9).

Os cinco principais produtos do agronegócio importados pelo Nordeste foram: cereais, farinhas e preparações; produtos florestais; cacau e seus produtos; fibras e produtos têx-

Tabela 9 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, Janeiro a Dezembro

Produtos	2009			2010			Variação	
	Valor (US\$ milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	Part. %
1 Produtos Florestais	1.290,9	21,1	21,1	1.680,2	23,5	23,5	389,3	30,2
2 Complexo Sucroalcooleiro	1.155,9	18,9	40,1	1.500,8	21,0	44,5	344,9	29,8
3 Complexo Soja	1.468,4	24,0	64,1	1.396,6	19,5	64,0	-71,8	-4,9
4 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	631,9	10,3	74,4	684,1	9,6	73,6	52,3	8,3
5 Fibras e Produtos Têxteis	448,3	7,3	81,8	545,6	7,6	81,2	97,3	21,7
6 Couros, Produtos de Couro e Peletería	355,8	5,8	87,6	460,4	6,4	87,6	104,6	29,4
7 Cacau e seus Produtos	234,4	3,8	91,4	296,2	4,1	91,8	61,9	26,4
8 Demais Produtos de Origem Vegetal	76,1	1,2	92,7	122,2	1,7	93,5	46,1	60,5
9 Café	98,1	1,6	94,3	118,6	1,7	95,1	20,5	20,9
10 Pescados	88,3	1,4	95,7	108,4	1,5	96,6	20,1	22,8
11 Sucos de Fruta	69,1	1,1	96,9	94,2	1,3	98,0	25,1	36,3
12 Fumo e seus Produtos	27,6	0,5	97,3	30,9	0,4	98,4	3,3	11,8
13 Produtos Alimentícios Diversos	31,8	0,5	97,8	27,5	0,4	98,8	-4,3	-13,6
14 Produtos Apícolas	25,7	0,4	98,3	21,8	0,3	99,1	-4,0	-15,4
15 Carnes	31,1	0,5	98,8	18,7	0,3	99,3	-12,4	-40,0
16 Outros	75,0	1,2	100,0	47,5	0,7	100,0	-27,5	-36,7
Total	6.108,4	100,0		7.153,8	100,0	1.344,8	1.045,4	17,1

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

1 Incluindo nozes e castanhas.

Tabela 10 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, Janeiro a Dezembro

Produtos	2009			2010			Variação	
	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Absoluta	%
1 Cereais, Farinhas e Preparações	637,3	48,2	48,2	853,9	48,2	48,2	216,7	34,0
2 Produtos Florestais	114,7	8,7	56,8	197,3	8,7	56,8	82,5	72,0
3 Cacau e seus Produtos	197,2	14,9	71,7	176,2	14,9	71,7	-21,0	-10,6
4 Fibras e Produtos Têxteis	73,2	5,5	77,3	150,1	5,5	77,3	76,9	105,0
5 Produtos Oleaginosos (Exclui Soja)	82,9	6,3	83,5	141,4	6,3	83,5	58,5	70,6
6 Pescados	51,2	3,9	87,4	86,6	3,9	87,4	35,4	69,1
7 Bebidas	53,2	4,0	91,4	81,7	4,0	91,4	28,5	53,4
8 Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	12,9	1,0	92,4	29,2	1,0	92,4	16,2	125,8
9 Carnes	22,2	1,7	94,1	28,3	1,7	94,1	6,1	27,4
10 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	11,4	0,9	94,9	19,4	0,9	94,9	8,0	70,3
11 Couros, Produtos de Couro e Peleteria	19,3	1,5	96,4	19,3	1,5	96,4	-0,1	-0,3
12 Complexo Sucroalcooleiro	0,0	0,0	96,4	18,6	0,0	96,4	18,6	
13 Produtos Alimentícios Diversos	12,8	1,0	97,4	13,0	1,0	97,4	0,1	1,1
14 Rações para Animais	6,3	0,5	97,9	8,8	0,5	97,9	2,5	40,0
15 Demais Produtos de Origem Animal	4,1	0,3	98,2	8,5	0,3	98,2	4,4	107,1
16 Outros	24,3	1,8	100,0	28,9	1,8	100,0	4,5	18,7
Total	1.323,2	100,0		1.861,1	100,0		537,9	40,7

Fonte: BRASIL, 2011.. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

teis; e produtos oleaginosos exceto a soja. Esse grupo totalizou US\$ 1,5 bilhão e representou 83,5% das compras do setor (Tabela 10). A influência da moeda nacional valorizada pode ser percebida aqui pelo fato de que apenas 2 dos 16 produtos listados na tabela tiveram diminuição no valor das importações, com destaque para cacau e seus produtos, com recuo de 11%.

Na Tabela 11 vê-se que, dos produtos do agronegócio presentes tanto na lista dos principais exportados quanto dos importados, apenas um (carne) teve saldo comercial negativo em 2010. Além disso, o saldo comercial de seis deles aumentou em relação a 2009, com destaque, em termos relativos, para cacau e seus produtos e, em termos

absolutos, para complexo sucroalcooleiro e produtos florestais.

Na Tabela 12 sobre balança comercial do agronegócio por Estado, observa-se que continuou, em 2011, a tendência de as importações do agronegócio crescer mais do que as exportações, tanto no âmbito nacional (32,1% x 23,6%) quanto regional (27% x 14%).

Os estados da Bahia, Alagoas, Ceará e Pernambuco permanecem, no período retratado de 2011, como os destaques. A Bahia foi o primeiro lugar em todos os indicadores (exportação, importação, saldo comercial); os demais estados se destacaram em dois desses indicadores.

Tabela 11 – Nordeste – Saldo Comercial dos Principais Produtos Exportados e Importados, Simultaneamente, do Agronegócio, Janeiro a Dezembro

Produtos	2009			2010			Variação	
	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Valor (US\$ milhões)	%	% Acumulado	Absoluta	%
1 Produtos Florestais	1.176,2	31,2	31,2	1.482,9	32,1	32,1	306,8	26,1
2 Complexo Sucroalcooleiro	1.155,9	30,7	61,9	1.482,2	32,1	64,3	326,4	28,2
3 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	620,5	16,5	78,4	664,8	14,4	78,7	44,3	7,1
4 Couros, Produtos de Couro e Peleterias	336,4	8,9	87,3	441,1	9,6	88,2	104,7	31,1
5 Fibras e Produtos Têxteis	375,1	10,0	97,3	395,5	8,6	96,8	20,5	5,5
6 Cacau e seus Produtos	37,1	1,0	98,3	120,0	2,6	99,4	82,9	223,1
7 Pescados	37,1	1,0	99,3	21,8	0,5	99,9	-15,3	-41,2
8 Produtos Alimentícios Diversos	19,0	0,5	99,8	14,5	0,3	100,2	-4,5	-23,6
9 Carnes	8,9	0,2	100,0	-9,6	-0,2	100,0	-18,5	-208,5
Total	3.766,2	100,0		4.613,3	100,0		847,1	22,5

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Tabela 12 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2010 e 2011

US\$ milhões

Dados de janeiro e fevereiro de cada ano

Região/Estado	2010			2011		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	23.502,3	23.292,4	209,9	31.946,8	30.325,9	1.620,9
Brasil – Agronegócio (b)	8.484,4	1.918,4	6.566,0	10.485,2	2.534,6	7.950,6
Nordeste – Total (c)	2.473,6	2.199,5	274,1	2.468,7	2.540,0	-71,3
Nordeste – Agronegócio (d)	1.044,9	292,3	752,6	1.190,8	371,2	819,6
Alagoas	265,2	9,6	255,6	303,4	16,0	287,4
Bahia	431,8	104,5	327,3	520,4	108,4	412,0
Ceara	123,1	52,9	70,2	144,7	78,3	66,4
Maranhão	3,0	11,5	-8,5	10,0	13,9	-3,9
Paraíba	15,2	12,3	2,9	17,2	49,1	-31,9
Pernambuco	149,8	86,4	63,4	147,8	91,7	56,1
Piauí	8,0	0,7	7,3	6,9	0,1	6,8
Rio Grande do Norte	40,5	7,3	33,2	25,6	5,0	20,6
Sergipe	8,3	7,1	1,2	14,8	8,7	6,1
Variações (%) 2011/2010						
Brasil – Total				35,9	30,2	672,2
Brasil – Agronegócio				23,6	32,1	21,1
Nordeste – Total				-0,2	15,5	-126,0
Nordeste – Agronegócio				14,0	27,0	8,9
Alagoas				14,4	66,7	12,4
Bahia				20,5	3,7	25,9
Ceara				17,5	48,0	-5,4
Maranhão				233,3	20,9	-54,1
Paraíba				13,2	299,2	-1.200,0
Pernambuco				-1,3	6,1	-11,5
Piauí				-13,8	-85,7	-6,8
Rio Grande do Norte				-36,8	-31,5	-38,0
Sergipe				78,3	22,5	408,3
RELAÇÕES (%)						
b/a	36,1	8,2	3128,2	32,8	8,4	490,5
d/c	42,2	13,3	274,6	48,2	14,6	-1.149,5
d/b	12,3	15,2	11,5	11,4	14,6	10,3

Fonte: BRASIL, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.3.2 - Agricultura

O sétimo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para a safra 2010/2011 aponta para um crescimento de 3,9% da área cultivada com grãos no país, a qual deverá chegar a 49,3 milhões de hectares, com destaque para o algodão (acréscimo de 525,5 mil hectares, ou 62,9%) e a soja (acréscimo de 697,1 mil hectares, ou 3%).

Quanto à produção, espera-se um aumento de 5,5% em relação à safra 2009/2010, totalizando a colheita de 157,4 milhões de toneladas de grãos. Apesar de as condições climáticas desfavoráveis haverem prejudicado a colheita e a qualidade da soja, a produção total de grãos foi favorecida. A produtividade da lavoura foi estimada em 3.196 kg/ha, assinalando alta de 1,5% em relação à safra anterior.

No contexto inter-regional, o Nordeste deverá apresentar o melhor desempenho em termos de área plantada, produção total de grãos e produtividade, com crescimento de 15,4%, 29,9% e 12,5%, respectivamente. Os maiores incrementos de produção e produtividade na região serão observados na Paraíba, no Ceará e no Rio Grande do Norte, que na safra anterior enfrentaram condições climáticas adversas (Tabela 13).

Tabela 13 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	1.647,4	1.704,1	3,4	2.511	2.550	1,6	4.137,3	4.345,1	5,0
Nordeste	7.579,3	8.749,6	15,4	1.580	1.778	12,5	11.973,5	15.559,3	29,9
Maranhão	1.450,8	1.504,7	3,7	1.697	1.964	15,7	2.461,7	2.955,2	20,0
Piauí	1.010,8	1.133,9	12,2	1.370	2.114	54,3	1.384,4	2.397,5	73,2
Ceará	1.059,6	1.462,4	38,0	318	904	184,3	336,6	1.321,5	292,6
Rio Grande do Norte	79,3	144,2	81,8	363	677	86,5	28,8	97,6	238,9
Paraíba	146,6	381,4	160,2	74	787	963,5	10,9	300,1	2.653,2
Pernambuco	557,2	593,8	6,6	436	554	27,1	243,1	329,0	35,3
Alagoas	125,2	125,2	0,0	750	700	-6,7	93,9	87,7	-6,6
Sergipe	232,6	232,6	0,0	3.484	3.260	-6,4	810,4	758,3	-6,4
Bahia	2.917,2	3.171,4	8,7	2.264	2.306	1,9	6.603,7	7.312,4	10,7
Centro-Oeste	15.936,8	16.493,0	3,5	3.289	3.277	-0,4	52.408,2	54.045,0	3,1
Sudeste	4.750,7	4.701,2	-1,0	3.646	3.632	-0,4	17.323,2	17.075,0	-1,4
Sul	17.501,5	17.609,5	0,6	3.623	3.770	4,1	63.412,7	66.390,6	4,7
Norte/Nordeste	9.226,7	10.453,7	13,3	1.746,0	1.904	9,0	16.110,8	19.904,4	23,5
Centro/Sul	38.189,0	38.803,7	1,6	3.486,0	3.544	1,7	133.144,1	137.510,6	3,3
Brasil	47.415,7	49.257,4	3,9	3.148,0	3.196	1,5	149.254,9	157.415,0	5,5

Fonte: CONAB, 2011c. (*) Produtos Seleccionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª, 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

Algodão

Para a safra 2010/11 estima-se avanço de 70,8% na produção brasileira de algodão em caroço, totalizando 5.188,3 mil toneladas, resultante do incremento de 62,9% na área plantada, que deverá passar de 835,7 mil para 1.361,2 mil hectares. O aumento do plantio foi estimulado pela significativa alta do preço da pluma, que tem se mantido em patamar elevado devido à expressiva redução dos estoques mundiais.

No Nordeste, que responde por 33% da área plantada no país, também se verifica expressivo crescimento da área (52,5%) e da produção (53,2%), relativamente à safra anterior. As áreas de cerrados do Piauí, do Maranhão e da Bahia deverão experimentar os maiores incrementos na produção: 184,8%,

54,1% e 50,5%, respectivamente. Espera-se que todos os estados nordestinos, exceto Pernambuco, apresentem crescimento da produção (Tabela 14).

No cenário internacional, a redução do estoque mundial, que segundo o Cepea/Esalq e a BM&FBovespa (2011c) atingiu a menor relação estoque/consumo dos últimos 15 anos, sustenta os preços em alta desde agosto de 2010. Além de estar atrasada a colheita da safra na Índia, segundo maior produtor mundial, espera-se diminuição da oferta na Austrália. Afora isso, conforme dados da Associação do Algodão da China, o governo da província de Xinjiang, a maior produtora do país, sinalizou que restringirá a área de cultivo. Em dezembro de 2010, as importações chinesas de algodão foram 113% superiores às de dezembro de 2009.

Tabela 14 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	4,0	5,2	30,0	3.450	3.643	5,6	13,8	18,9	37,0
Nordeste	288,3	439,7	52,5	3.767	3.785	0,5	1.086,2	1.664,6	53,2
Maranhão	11,3	17,6	55,8	3.810	3.770	-1,0	43,1	66,4	54,1
Piauí	5,9	15,5	162,7	3.450	3.750	8,7	20,4	58,1	184,8
Ceará	2,7	3,7	37,0	750	750	0,0	2,0	2,8	40,0
Rio Grande do Norte	3,0	3,9	30,0	500	665	33,0	1,5	2,6	73,3
Paraíba	0,5	3,4	580,0	183	640	249,7	0,1	2,2	2.100,0
Pernambuco	2,5	1,5	-40,0	600	720	20,0	1,5	1,1	-26,7
Alagoas	1,6	1,6	0,0	300	360	20,0	0,5	0,6	20,0
Bahia	260,8	392,5	50,5	3.900	3.900	0,0	1.017,1	1.530,8	50,5
Centro-Oeste	523,4	867,4	65,7	3.562	3.834	7,6	1.864,6	3.325,6	78,4
Sudeste	19,9	47,8	140,2	3.636	3.615	-0,6	72,4	176,1	143,2
Sul	0,1	1,1	1.000,0	2.051	2.859	39,4	0,2	3,1	1.450,0
Norte/nordeste	292,3	444,9	52,2	3.763	3.784	0,6	1.100,0	1.683,5	53,0
Centro/Sul	543,4	916,3	68,6	3.565	3.825	7,3	1.937,2	3.504,8	80,9
Brasil	835,7	1.361,2	62,9	3.634	3.812	4,9	3.037,2	5.188,3	70,8

Fonte: CONAB, 2011c.

No Brasil, o alto preço da pluma prejudica a cadeia têxtil, levando muitas empresas a reduzir as aquisições da matéria-prima em mais de 50%, enquanto outras suspenderam suas atividades, para retomá-las somente no período da safra, quando e se os preços recuarem. Há expectativa ainda de crescimento das importações de manufaturados.

No início de abril de 2011 a arroba da pluma de algodão foi cotada a R\$ 123,40 em São Paulo, alta de 131,7% em relação a idêntico período de 2010. Em Barreiras (BA), a arroba foi comercializada a R\$ 120,70 (alta de 138,5% em um ano), um pouco abaixo da cotação alcançada em Fortaleza - R\$ 124,00, alta de 131,5%². Para 2011, não há perspectiva de crescimento dos estoques, o que sustentará os preços mundiais. Entretanto, o expressivo crescimento da produção brasileira (70,8%) deverá pressionar as cotações da pluma no mercado interno.

Feijão

A área plantada com feijão (1ª, 2ª e 3ª safras) no Brasil foi estimada pela Conab (sétimo levantamento) em quatro milhões de hectares, acréscimo de 10,3% em relação à safra 2009/10. Esse resultado está associado, sobretudo, à valorização do cereal no final da safra passada.

Estima-se que a produção atinja 3,8 milhões de toneladas, com alta de 14,5% sobre a safra 2009/10. O aumento da área plantada e a melhoria das condições climáticas observadas na safra atual deverão resultar na elevação da produtividade, que poderá alcançar 955 kg/ha.

A região Nordeste também deverá apresentar expressivo incremento da área plantada (20,3%). As condições climáticas favoráveis à cultura deverão resultar na recuperação da produtividade média, estimada

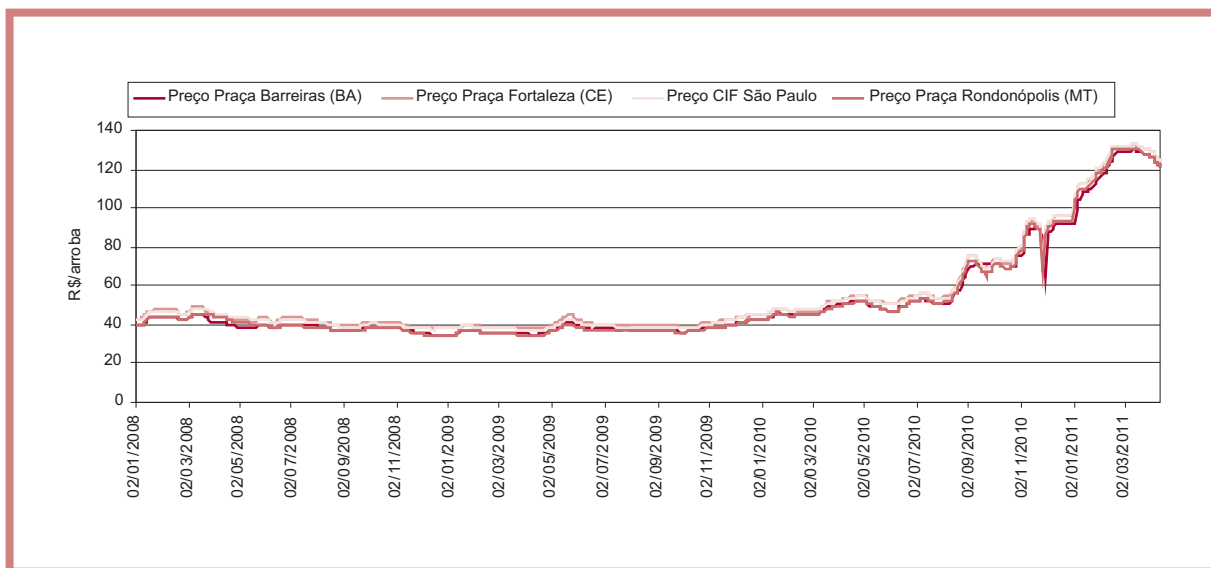


Gráfico 10 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2008 a Abril/2011

Fonte: CMA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

2 Valores referentes a 13/04/2011.

Tabela 15 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	143,0	159,3	11,4	573	758	32,3	81,9	120,8	47,5
Nordeste	1.843,6	2.218,4	20,3	379	526	38,8	698,1	1.166,0	67,0
Maranhão	85,0	85,0	0,0	329	456	38,6	28,0	38,8	38,6
Piauí	213,8	237,5	11,1	160	491	206,9	34,1	116,6	241,9
Ceará	458,2	613,1	33,8	184	474	157,6	84,5	290,7	244,0
Rio Grande do Norte	31,8	64,0	101,3	252	412	63,5	8,0	26,4	230,0
Paraíba	73,0	189,8	160,0	50	552	1.004,0	3,7	104,8	2.732,4
Pernambuco	264,6	306,7	15,9	334	423	26,6	88,5	129,7	46,6
Alagoas	62,6	62,6	0,0	540	510	-5,6	33,8	31,9	-5,6
Sergipe	42,6	42,6	0,0	635	595	-6,3	27,1	25,3	-6,6
Bahia	612,0	617,1	0,8	638	651	2,0	390,4	401,8	2,9
Centro-Oeste	257,7	283,3	9,9	1.914	1.793	-6,3	493,2	508,0	3,0
Sudeste	626,5	586,1	-6,4	1.552	1.580	1,8	972,1	925,8	-4,8
Sul	738,0	734,0	-0,5	1.460	1.475	1,0	1.077,2	1.082,6	0,5
Norte/Nordeste	1.986,6	2.377,7	19,7	393	541	37,7	780,0	1.286,8	65,0
Centro/Sul	1.622,2	1.603,4	-1,2	1.567	1.569	0,1	2.542,5	2.516,4	-1,0
Brasil	3.608,8	3.981,1	10,3	921	955	3,7	3.322,5	3.803,5	14,5

Fonte: CONAB, 2011c.

em 526 kg/ha, ou 38,8% superior à safra 2009/10. Nesse contexto, espera-se um incremento de 67% na produção nordestina de feijão, com destaque para Paraíba, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte (Tabela 15).

Em 2010, devido à redução da oferta de feijão, seus preços internos tiveram forte alta. Em 2011, a melhoria das condições climáticas favorece o desenvolvimento da cultura e a ampliação da oferta, ocasionando recuo nos preços nos últimos três meses. Em Barreiras (BA), a saca de 60 kg foi comercializada a R\$ 100,00³, redução de 9,1% em relação a 2010; em Irecê (BA) a saca foi cotada a R\$ 97,50, com desvalorização de 35% na mesma base de comparação. Em São Paulo, a saca do feijão carioca tipo 1 foi cotada a R\$ 107,50, enquanto a cotação do feijão preto

ficou em R\$ 92,50, com redução de 43,4% e 26%, respectivamente (Gráfico 11).

Milho

Para a safra 2010/11 espera-se um crescimento de 2,3% da área plantada com milho no Brasil, estimada em 13,3 milhões de hectares. Espera-se também uma produção de 55,6 milhões de toneladas, sendo 33,9 milhões de toneladas oriundos da primeira e 21,8 milhões provenientes da segunda safra.

O Nordeste será a única região do país a registrar incremento de área plantada com milho, que, aliado às condições climáticas favoráveis proporcionará rendimento 18,1% superior ao observado na safra anterior. A expectativa é de uma produtividade em torno de 1.905 kg/ha, o que resultará em uma pro-

3 Valores referentes a 13/04/2011.

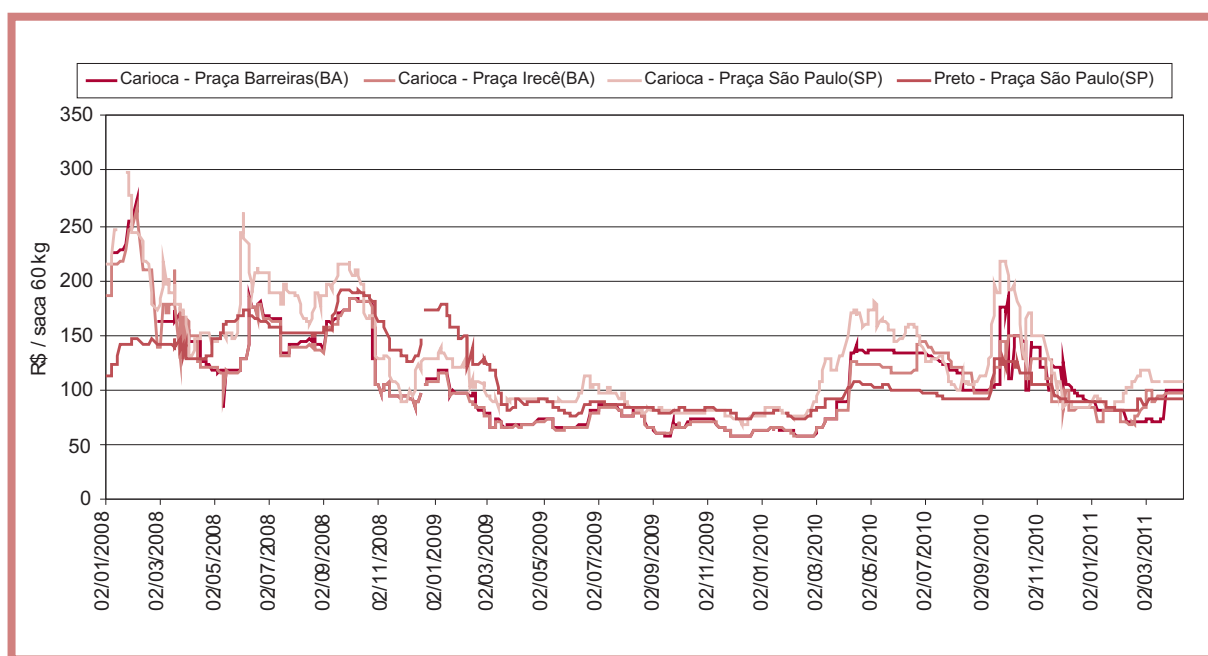


Gráfico 11 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Feijão Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2008 a Abril/2011

Fonte: CMA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

dução de 5,8 milhões de toneladas, 36,1% superior à da safra passada.

Os maiores incrementos na área plantada, na produtividade e, consequentemente, na produção deverão ocorrer na Paraíba, no Ceará, no Rio Grande do Norte e no Piauí, como consequência da recuperação do plantio e da produtividade em relação à safra 2009/10, que foi sobremaneira afetada pela irregularidade das chuvas.

Para a Bahia, o maior produtor nordestino, estima-se uma produção 8,2% maior, devendo alcançar 2,5 milhões de toneladas (Tabela 16).

A valorização do milho no mercado externo em 2010 é atribuída à redução dos estoques e ao aquecimento da demanda. No início de 2011, as cotações permaneceram elevadas, sustentadas pela queda de produção na Argentina e pelo crescimento do consumo nos EUA. Além disso, alguns países exportadores podem se tornar importadores líquidos, devido à queda de produção, como é o caso de China e Rússia.

Por outro lado, o trigo produzido na Austrália e no Canadá, que apresentou baixa qualidade, poderá substituir parte do milho na composição de ração, o que, aliado ao crescimento das exportações de milho de países como Ucrânia, Sérvia e África do Sul, poderá moderar as cotações do produto no mercado mundial (CEPEA; ESALQ, 2011e).

No Brasil, o preço do milho foi, ainda, sustentado pelo atraso na colheita de verão, que reduziu a oferta no mercado interno. Porém, com o avanço na colheita, a cotação tende a recuar. No início de abril de 2011, a saca de 60 kg foi comercializada em São Paulo (preço CIF) a R\$ 30,50, valor 76,3% superior ao do mesmo período de 2010. Em Cascavel (PR), o milho foi a R\$ 27,50 (77,4% acima da cotação de 2010); na praça de Barreiras (BA), foi transacionado a R\$ 28,50 (incremento de 83,9% em relação a 2010); e em Fortaleza (CE) a cotação chegou a R\$ 33,00, valorizando 43,5%.

Tabela 16 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	514,0	499,0	-2,9	2.503	2.581	3,1	1.286,5	1.288,0	0,1
Nordeste	2.648,7	3.054,2	15,3	1.613	1.905	18,1	4.273,6	5.817,5	36,1
Maranhão	382,4	384,4	0,5	1.470	1.610	9,5	562,1	618,9	10,1
Piauí	309,9	337,5	8,9	1.141	2.100	84,1	353,6	708,8	100,5
Ceará	535,6	746,1	39,3	327	1.218	272,5	175,1	908,7	419,0
Rio Grande do Norte	37,0	66,2	78,9	249	707	184,3	9,2	46,8	408,7
Paraíba	69,6	181,4	160,6	91	1.004	1.009,0	6,3	182,1	2.790,5
Pernambuco	272,5	273,9	0,5	461	640	38,9	125,6	175,3	39,6
Alagoas	58,0	58,0	0,0	721	655	-9,1	41,8	38,0	-9,1
Sergipe	176,8	176,8	0,0	4.088	3.820	-6,6	722,8	675,4	-6,6
Bahia	806,9	829,9	2,9	2.822	2.968	5,2	2.277,1	2.463,5	8,2
Centro-Oeste	3.723,3	3.658,2	-1,7	4.541	4.453	-1,9	16.906,8	16.291,2	-3,6
Sudeste	2.113,3	2.064,5	-2,3	5.071	5.065	-0,1	10.715,6	10.456,2	-2,4
Sul	3.994,6	4.013,0	0,5	5.717	5.423	-5,1	22.835,6	21.760,9	-4,7
Norte/Nordeste	3.162,7	3.553,2	12,3	1.758	2.000	13,7	5.560,1	7.105,5	27,8
Centro/Sul	9.831,2	9.735,7	-1,0	5.132	4.983	-2,9	50.458,0	48.508,3	-3,9
Brasil	12.993,9	13.288,9	2,3	4.311	4.185	-2,9	56.018,1	55.613,8	-0,7

Fonte: CONAB, 2011c.

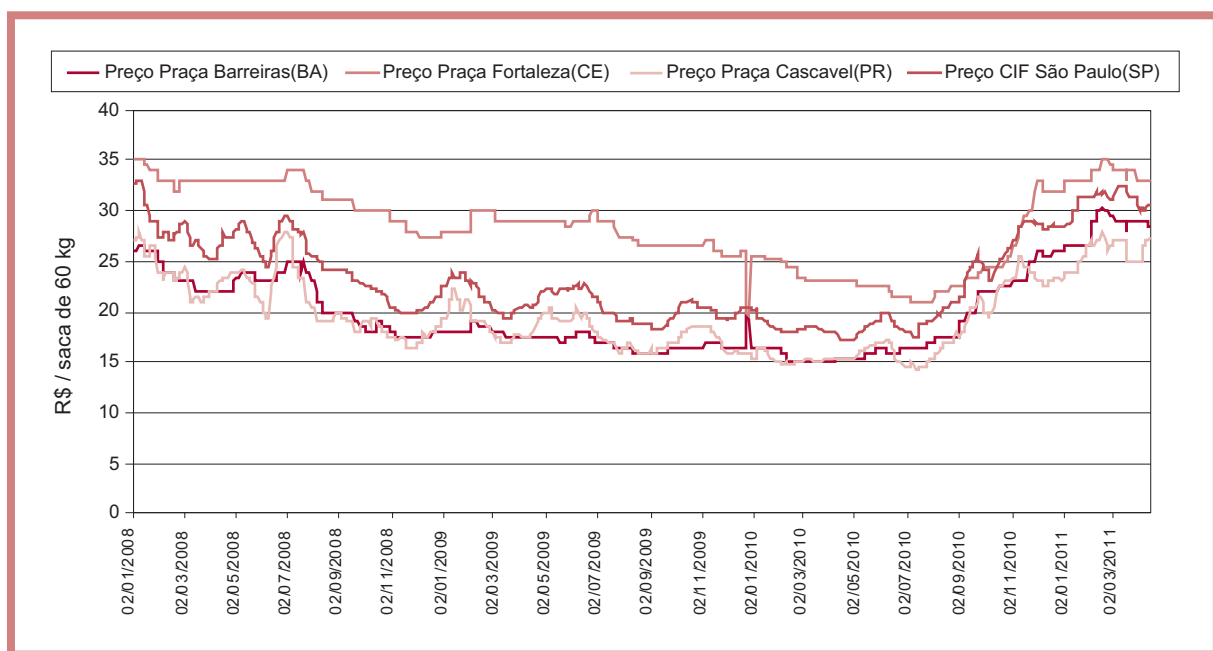


Gráfico 12 – Evolução dos Preços da Saca de 60kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de Janeiro/2008 a Abril/2011

Fonte: CMA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Soja

Para a safra 2010/11, a Conab indica uma safra recorde de soja no Brasil, alcançando 72,2 milhões de toneladas, superior em 5,2% à safra 2009/10. A área plantada avançou 3%, e as condições climáticas favoráveis possibilitaram o incremento de 2,1% na produtividade. No Centro-Oeste, responsável por 45,4% da produção nacional, o excesso de chuvas no primeiro trimestre do ano acarretou perda na qualidade do produto. Mesmo assim, a produção da região deverá ter acréscimo de quase 1,2 milhão de toneladas.

Em termos proporcionais, o Nordeste se destaca no país como a região com maior incremento (6,2%) de área plantada com soja em relação à safra 2009/10, totalizando quase dois milhões de hectares. As boas condições climáticas na região permitiram também ganhos de 6,8% na produtividade, que poderá

chegar a 3.047 kg/ha. Todos os polos nordestinos de sojicultura deverão aumentar a produção, com destaque para o sul do Maranhão (23,6%) e o sul do Piauí (41,1%). Estima-se que a produção nordestina de soja chegue a seis milhões de toneladas (Tabela 17).

Em 2011, os preços da soja no mercado externo seguiram em alta, devido ao aquecimento da demanda e à redução dos estoques. A demanda mundial por óleo vegetal nos mercados de alimentos e combustíveis é crescente. Em janeiro, o óleo de soja se valorizou mais do que o farelo de soja e o petróleo. No Brasil ocorreu um atraso no cultivo, com consequente retardamento da colheita. Além disso, há expectativas de redução da oferta da Argentina (CEPEA; ESALQ, 2011g).

No início de fevereiro, as expectativas de safra recorde no Brasil mantiveram o preço da soja mais estável no mercado interno. En-

Tabela 17 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

Região/UF	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	574,9	604,0	5,1	2.943	2.942	0,0	1.691,7	1.777,2	5,1
Nordeste	1.861,7	1.977,1	6,2	2.852	3.047	6,8	5.309,5	6.024,8	13,5
Maranhão	502,1	553,8	10,3	2.650	2.970	12,1	1.330,6	1.644,8	23,6
Piauí	343,1	389,1	13,4	2.531	3.150	24,5	868,4	1.225,7	41,1
Bahia	1.016,5	1.034,2	1,7	3.060	3.050	-0,3	3.110,5	3.154,3	1,4
Centro-Oeste	10.539,2	10.813,3	2,6	2.997	3.031	1,1	31.586,7	32.776,6	3,8
Sudeste	1.591,2	1.637,1	2,9	2.801	2.775	-0,9	4.457,6	4.543,7	1,9
Sul	8.900,9	9.133,5	2,6	2.881	2.968	3,0	25.642,7	27.105,5	5,7
Norte/Nordeste	2.436,6	2.581,1	5,9	2.873	3.023	5,2	7.001,2	7.802,0	11,4
Centro/Sul	21.031,3	21.583,9	2,6	2.933	2.985	1,8	61.687,0	64.425,8	4,4
Brasil	23.467,9	24.165,0	3,0	2.927	2.989	2,1	68.688,2	72.227,8	5,2

Fonte: CONAB, 2011.

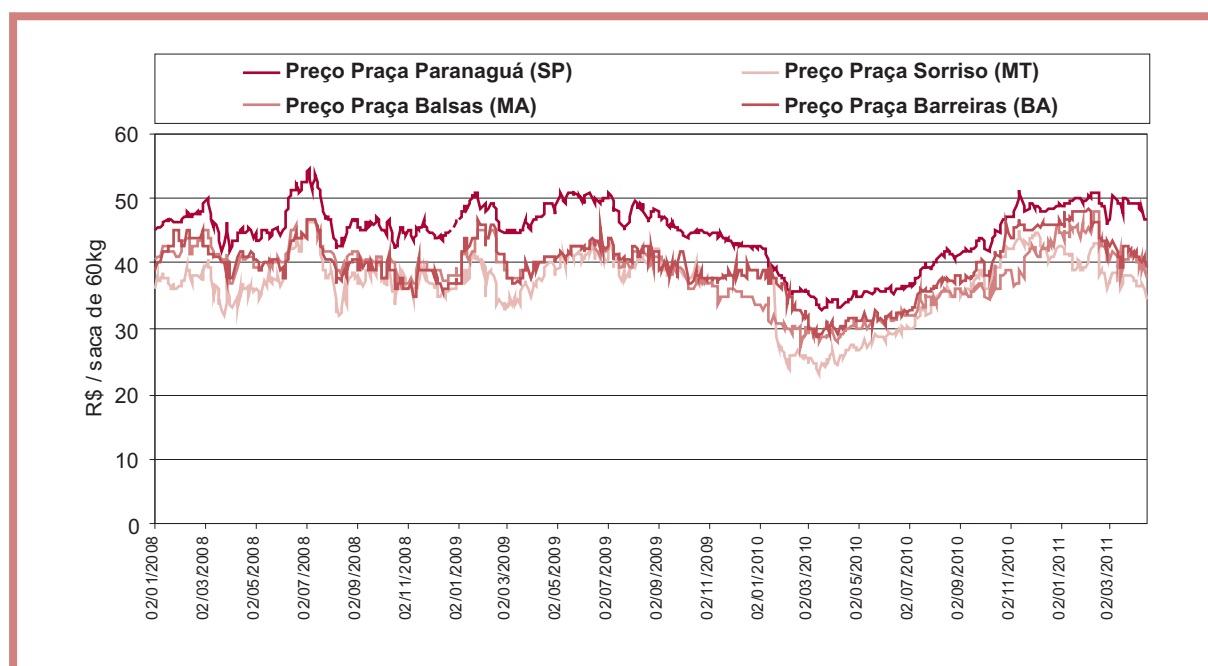


Gráfico 13 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg da Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Paranaguá (SP) pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Abril/2011

Fonte: CMA, 2010. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

tretanto, a instabilidade política no Oriente Médio e no norte da África e a redução dos estoques mundiais influenciaram positivamente os preços no mercado internacional e no Brasil.

No mercado interno os preços da soja tiveram alta no início de 2011 em relação a idêntico período de 2010. De acordo com o Indicador Cepea/Esalq, em abril a saca foi comercializada a R\$ 46,70⁴ em São Paulo, registrando alta de 37,6%; em Sorriso (MT), a saca foi cotada a R\$ 34,70, valorizando 35,5%. No Nordeste observou-se o mesmo comportamento dos preços: em Balsas (MA), a saca de 60 kg foi comercializada a R\$ 38,00 (30,1% superior), enquanto em Barreiras (BA) a cotação chegou a R\$ 39,50, valorização de 31,7%.

Café

Para a safra 2011, está prevista uma redução de quase 19 mil hectares na área plantada com café no Brasil, o que corresponde a 0,9%. A produção também deverá ser menor que a da safra anterior, pois, além da redução da área, 2011 é um ano de bidualidade negativa.

A primeira estimativa da Conab para a safra 2011 indica uma produção entre 41,9 milhões e 44,7 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, 7% inferior à da safra 2010. Essa redução se deve à queda de produção do arábica, de 36,8 milhões para 33,2 milhões de sacas. Na safra 2011 a produção do café arábica deverá corresponder a 74,6% do total de café produzido no país.

⁴ Valores referentes a 13/04/2011.

Na Bahia, principal produtor do Nordeste, estima-se um crescimento da ordem de 15,8% na produção de café beneficiado, que deverá passar de 2,3 milhões de sacas para 2,6 milhões (limite superior), graças às condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento das novas lavouras de café robusta e ao aumento da produção do café arábica na região do Planalto⁵ (Tabela 18).

Desde o segundo semestre de 2010, o preço do café vem apresentando expressivo crescimento, impulsionado pela redução dos estoques mundiais, pelo avanço do consu-

mo e pela retratação da produção em outros países produtores, devido a condições climáticas adversas, como é o caso de Colômbia e Uganda, assim como do Vietnã, maior produtor mundial de robusta (CEPEA; ESALQ 2011d).

Internamente, os preços foram influenciados pelas altas no mercado externo. Em abril de 2011, a cotação do café arábica em São Paulo valorizou-se 80,8% e a do conillon (robusta) 38,7%, pelo Índice Cepea/Esalq, em relação a idêntico período de 2010. Em Vitória da Conquista, o café Bica Rio T6/7 foi co-

Tabela 18 – Café Beneficiado Comparativo de Área e Produção. Safras 2010 e 2011(*)

UF/Região	Área (em ha)			Produção (em mil sacas beneficiadas)						
				Safr 2010			Safr 2011			Var. total %
	Safr 2010	Safr 2011	Var. %	Arábica	Robusta	Total	Arábica	Robusta	Total	
Minas Gerais	1.006.719	997.858	-0,9%	24.903	252	25.155	22.449	260	22.709	-9,7%
Sul e Centro-Oeste	509.687	505.097	-0,9%	12.616	-	12.616	10.661	-	10.661	-15,5%
Cerrado - Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	162.217	160.043	-1,3%	5.652	-	5.652	4.407	-	4.407	-22,0%
Zona da Mata, Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce Central e Norte	334.815	332.718	-0,6%	6.635	252	6.887	7.381	260	7.641	10,9%
Espírito Santo	460.193	455.777	-1,0%	2.792	7.355	10.147	2.991	7.857	10.848	6,9%
São Paulo	167.147	167.147	0,0%	4.662	-	4.662	3.564	-	3.564	-23,5%
Paraná	81.874	76.000	-7,2%	2.284	-	2.284	1.800	-	1.800	-21,2%
Bahia	139.550	139.725	0,1%	1.728	565	2.293	1.912	744	2.656	15,8%
Cerrado	12.273	12.448	1,4%	486	-	486	533	-	533	9,9%
Planalto	103.344	102.338	-1,0%	1.071	-	1.071	1.378	-	1.378	28,7%
Atlântico	23.933	24.939	4,2%	-	576	576	-	744	744	29,2%
Rondônia	154.879	154.879	-	-	2.369	2.369	-	1.972	1.972	-16,8%
Mato Grosso	15.186	15.186	0,0%	16	187	203	16	187	203	0,0%
Pará	13.500	13.500	0,0%	-	229	229	-	229	229	0,0%
Rio de Janeiro	13.100	13.100	0,0%	238	13	250	238	13	250	0,0%
Outros	24.477	24.477	0,0%	201	302	503	201	302	503	0,0%
BRASIL	2.076.625	2.057.649	-0,9%	36.824	11.271	48.095	33.172	11.562	44.734	-7,0%

Fonte: CONAB, 2011c.

5 Valores referentes a 13/04/2011.

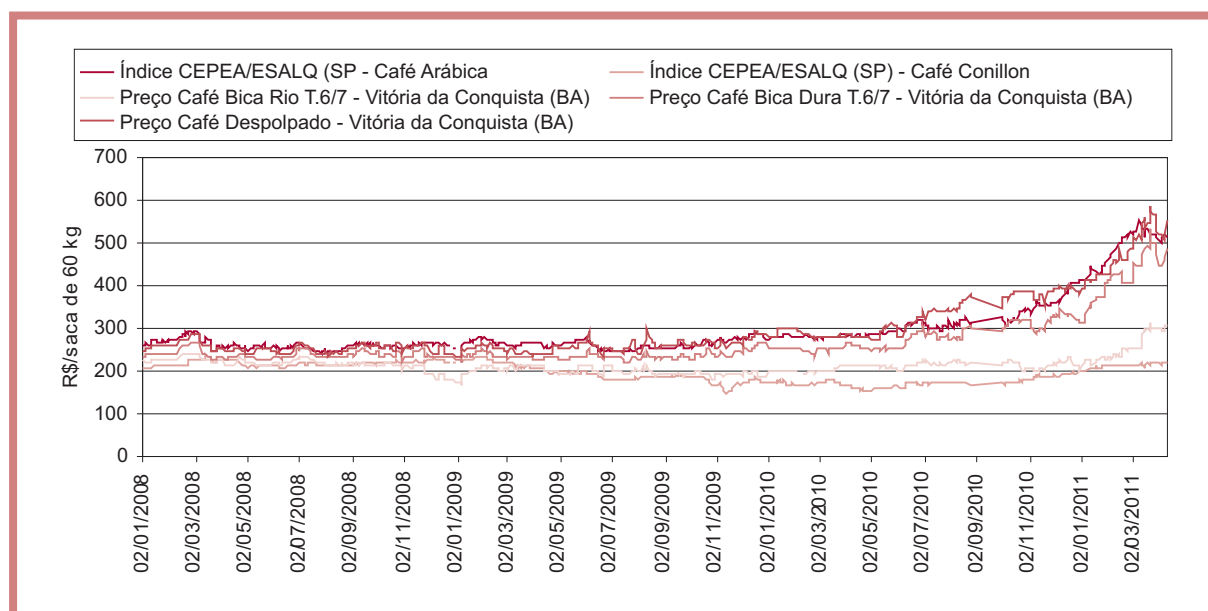


Gráfico 14 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e em São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de Janeiro/2008 a Abril/2011

Fonte: CMA, 2010; CEPEA; ESALQ, 2011d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

mercado a R\$ 30,50, aumentando 45,2% em relação à cotação de abril de 2010. Enquanto isso, o preço do Bica Dura T6/7 chegou a R\$ 485,00, registrando alta de 86,5%. O café despulpado foi cotado a R\$ 550,00, aumentando 96,4%.

Cana-de-açúcar

A atividade sucroalcooleira no Brasil continua em expansão. O terceiro levantamento da safra 2010/11 de cana-de-açúcar realizado pela Conab indica que o cultivo dessa lavoura ocupará área correspondente a 8.033,6 mil hectares, 8,4% superior à da safra 2009/10, devido ao acréscimo de novas áreas de plantio das usinas recém-instaladas no país.

Há previsão de incremento de 3,4% no volume de cana moída, em relação à safra 2009/2010, totalizando 625 milhões de toneladas. Esse crescimento decorrerá principalmente da expansão da área plantada, já que a ocorrência de chuvas abaixo da média

em 2010 deverá ocasionar queda na produtividade da safra 2010/11 nas principais regiões produtoras.

No Nordeste, está previsto um aumento de 3,7% na produção, decorrente, principalmente, do incremento de área plantada na Bahia (13,8%), em Pernambuco (7,9%) e no Maranhão (6,9%), como também da melhora na produtividade em Alagoas (11,5%) e no Maranhão (8,1%). Na safra 2010/11, a produção nordestina de cana-de-açúcar deverá totalizar quase 63 milhões de toneladas, sendo Alagoas responsável por 42,5% desse volume, enquanto Pernambuco produzirá outros 29,9% (Tabela 19).

Para a safra 2010/11 estima-se que 46,2% da cana esmagada no país sejam destinadas à produção de açúcar, enquanto os restantes 53,8% seriam direcionados para a produção de etanol, o que deverá gerar 38.675,5 mil toneladas de açúcar e 27.669,5 milhões de litros de álcool (CONAB, 2011b).

Tabela 19 – Cana-de-Açúcar Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2009/2010 e 2010/2011

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%	Safra 09/10	Safra 10/11	Var%
Norte	17,2	19,5	13,4	57.651	70.779	22,8	991,6	1.380,2	39,2
Nordeste	1.082,6	1.100,6	1,7	56.048	57.160	2,0	60.677,2	62.909,8	3,7
Maranhão	39,4	42,1	6,9	56.076	60.610	8,1	2.209,4	2.551,7	15,5
Piauí	13,6	13,3	(2,3)	74.559	62.972	(15,5)	1.014,0	836,9	(17,5)
Ceará	2,3	2,8	17,9	65.983	65.362	(0,9)	154,4	180,4	16,8
Rio Grande do Norte	67,0	65,7	(2,0)	51.800	45.560	(12,0)	3.472,5	2.994,2	(13,8)
Paraíba	115,5	111,8	(3,2)	54.700	47.852	(12,5)	6.320,0	5.349,9	(15,3)
Pernambuco	321,4	346,8	7,9	55.400	54.160	(2,2)	17.805,6	18.783,8	5,5
Alagoas	448,0	438,6	(2,1)	54.700	61.000	11,5	24.504,5	26.752,8	9,2
Sergipe	37,9	37,0	(2,4)	59.359	59.500	0,2	2.249,7	2.200,9	(2,2)
Bahia	37,4	42,6	13,8	78.799	76.561	(2,8)	2.947,1	3.259,2	10,6
Centro-Oeste	940,3	1.202,5	27,9	82.352	79.958	(2,9)	77.435,9	96.149,1	24,2
Sudeste	4.832,6	5.126,9	6,1	86.880	82.030	(5,6)	419.857,7	420.561,1	0,2
Sul	537,0	584,0	8,8	84.826	75.327	(11,2)	45.551,3	43.990,8	(3,4)
Norte/Nordeste	1.099,8	1.120,1	1,8	56.073	57.397	2,4	61.668,8	64.290,0	4,3
Centro/Sul	6.309,8	6.913,5	9,6	86.032	81.102	(5,7)	542.844,8	560.701,0	3,3
Brasil	7.409,6	8.033,6	8,4	81.585	77.797	(4,6)	604.513,6	624.991,0	3,4

Fonte: CONAB, 2011b.

Entre janeiro de 2008 e março de 2011, a cotação do açúcar experimentou significativo crescimento no mercado externo. A estabilidade do preço do açúcar deve-se, principalmente, ao aquecimento da demanda e à redução da oferta, ocasionada por quebra de safras nos principais produtores mundiais. Ressalte-se que, em 2010, efeitos climáticos adversos prejudicaram a produção de açúcar na Austrália, no Paquistão e na Indonésia, diminuindo a sua oferta mundial. A Organização Internacional do Açúcar (OIA) projetou para a safra 2010/11 uma oferta de 168 milhões de toneladas do produto e um consumo de 167,8 milhões.

No Brasil, o preço do açúcar permaneceu mais estável no último trimestre, devido ao avanço na safra. Em março de 2011, a saca

de 50 kg foi comercializada a R\$ 73,90 em Alagoas, R\$ 73,50 em Pernambuco e R\$ 70,60 em São Paulo. De acordo com o Indicador Mensal do Açúcar Cristal Cepea/Esalq, as altas foram de 55%, 62,9% e 45,8%, respectivamente, com relação a idêntico período de 2010 (Gráfico 15).

O preço do álcool também sofreu elevação no primeiro trimestre de 2011, por causa da entressafra. Além disso, devido ao receio de enfrentar novos aumentos de preços, as distribuidoras adquiriram expressivos volumes de álcool. No Nordeste, os preços do etanol subiram principalmente por força da demanda maior. Ainda de acordo com o Indicador Mensal Cepea/Esalq, em março de 2011 o preço do álcool anidro subiu 35,6% em Alagoas, 57,1% em Pernambuco e 62% em São Paulo, compa-

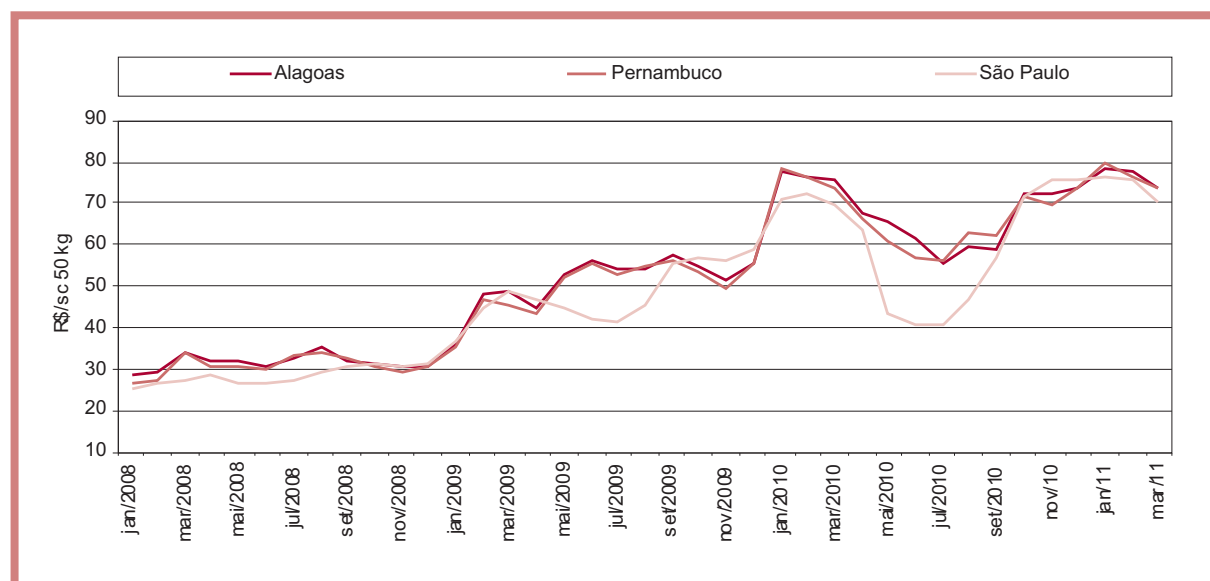


Gráfico 15 – Evolução dos Preços da Saca de 50kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Março/2011.

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

rativamente a idêntico período de 2010. O hidratado teve alta de 22,7% em Alagoas,

26,9% em Pernambuco e 70,6% em São Paulo (Gráfico 16).

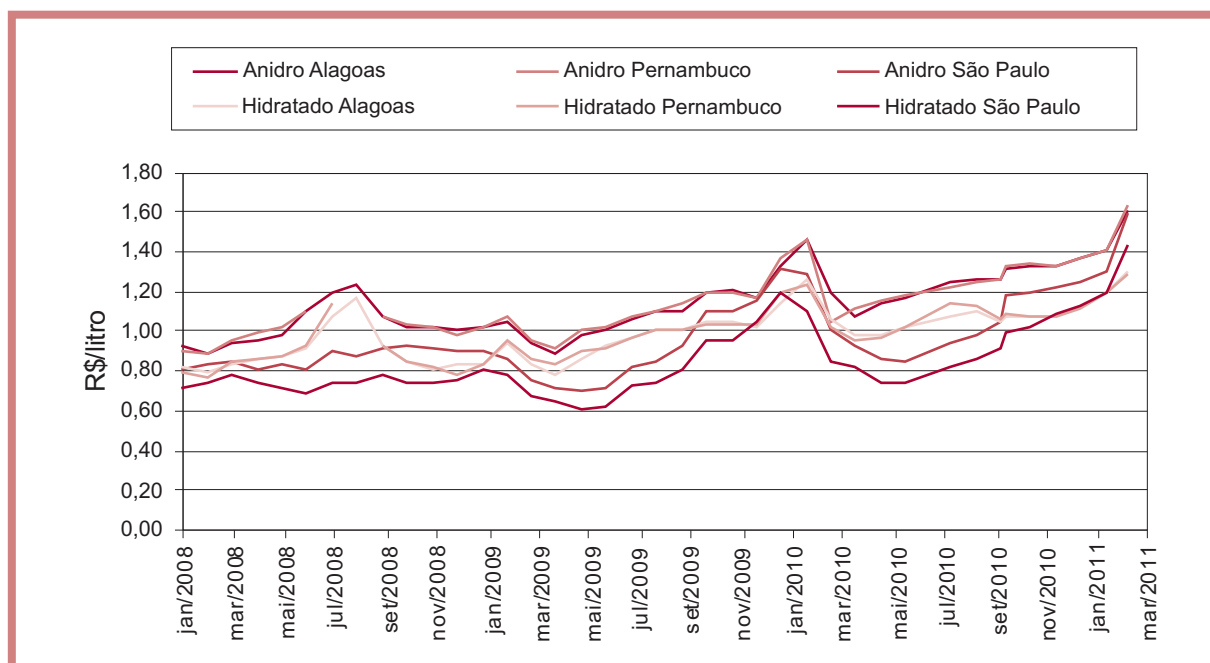


Gráfico 16 – Evolução dos Preços do Litro do Alcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Índice CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Março/2011

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.3.3 - Pecuária

No primeiro trimestre do ano, o mercado do boi gordo foi marcado por poucos negócios nos principais centros. Em janeiro, o indicador Esalq/BM&FBovespa fechou em R\$ 102,85 a arroba (@), caindo 1,8% em relação a dezembro, mas num patamar ainda não estimulante para negociação de lotes maiores por parte dos frigoríficos (CEPEA/BM&F, 2010a). Em fevereiro, a queda da oferta do boi continuou pressionando os preços para cima, elevando o indicador para R\$ 105,37, o que significa uma alta de 2,4% em relação a janeiro. A chegada da época de safra aumentou um pouco a oferta em março, reduzindo o indicador para R\$ 104,68, o que significa nova baixa de 0,6% (CEPEA/BM&F, 2010b; CEPEA/BM&F, 2010c).

Segundo informações das agências do BNB localizadas nas principais zonas produtoras de carne do Nordeste, em março o preço médio no Maranhão foi calculado em R\$ 95,85/@, chegando a R\$ 105,00/@ em alguns municípios. Há reclamações por parte dos compradores quanto ao preço bastante elevado. Na Bahia, registrou-se pequena queda em relação à sondagem anterior, frustrando expectativas de maiores preços por parte dos vendedores: o preço médio ficou em R\$ 92,83/@, chegando a R\$ 95,00/@ nos maiores municípios produtores.

A captação de leite sofreu redução em algumas regiões, devido às adversidades climáticas, o que contribuiu para elevar o preço do produto em janeiro, ficando a média na-

cional em R\$ 0,7294/l. Na Bahia, a cotação do leite alcançou R\$ 0,6373/l. Em fevereiro, o preço pago aos produtores recebeu novo reajuste, subindo para R\$ 0,7371/l (acréscimo real de 6% em relação a fevereiro de 2010), devido à retração da oferta e ao aumento da procura por parte das indústrias de laticínios, ao passo que na Bahia o preço caiu para R\$ 0,6312/l. Em março, o aumento no preço dos grãos, também ocasionado por problemas climáticos, elevou o preço do concentrado, o que levou a nova alta em âmbito nacional, desta feita para R\$ 0,7585/l, refletindo-se também no principal produtor nordestino, com elevação para R\$ 0,6516/l (CEPEA/BM&F, 2010d; CEPEA/BM&F, 2010e; CEPEA/BM&F, 2010f).

3.4 - Produção Industrial do Brasil

As informações da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), realizada pelo IBGE, revelam que a produção física industrial cresceu 1,9% em fevereiro de 2011, relativamente ao mês anterior. Vale mencionar que entre abril de 2010 e janeiro de 2011 a indústria brasileira alternou pequenos incrementos com recuos nesse indicador. O bom desempenho refletiu o aumento de 17 ramos, com ênfase para o segmento de alimentos (6,7%) e veículos automotores (4,7%) (Gráfico 17).

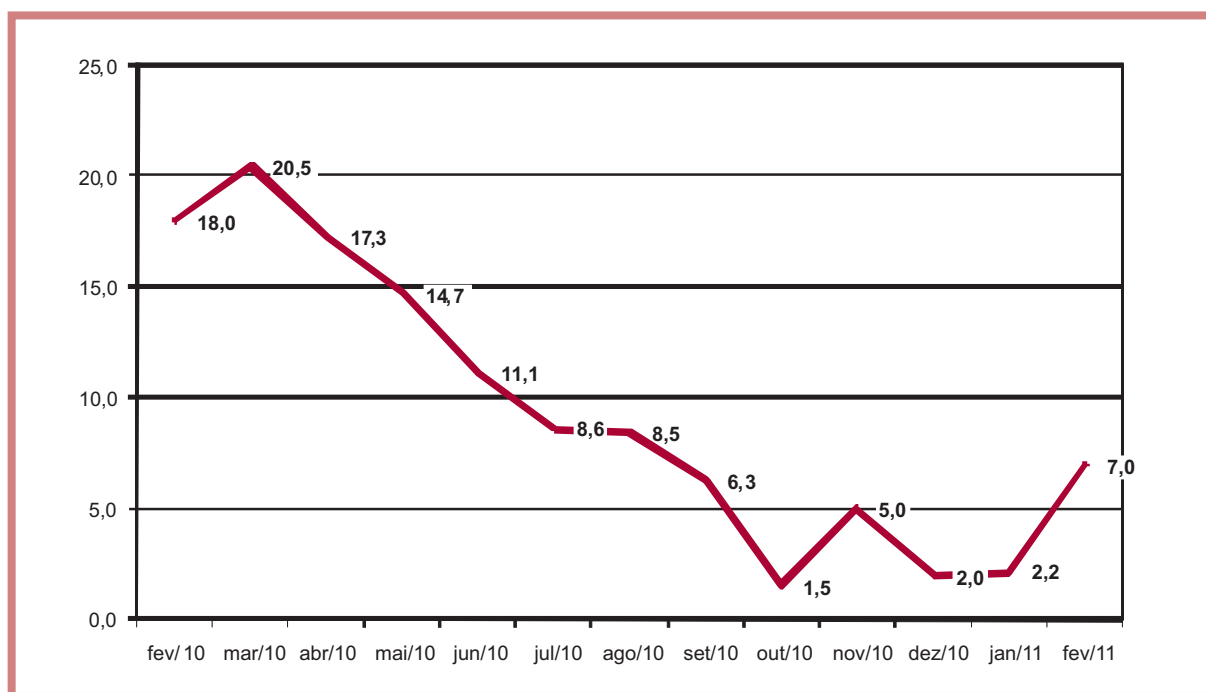


Gráfico 17 – Brasil. Produção Física Industrial. Fevereiro de 2010 a Fevereiro de 2011. Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior (%)

Fonte: IBGE, 20011b.

No acumulado do primeiro bimestre, a indústria avançou 4,6%, com 23 das 27 atividades pesquisadas registrando incremento. Por categoria de uso, todos os segmentos apresentaram variação positiva nessa base de comparação. A categoria de uso de maior desempenho foi de bens de capital (13,1%) seguida por bens de consumo duráveis (11,7%). Vale destacar que esse dois ramos cresceram acima da média da indústria. Em contrapartida, bens intermediários (2,4%) e bens de consumo semi e não duráveis (2,4%) apresentaram expansão mais modesta.

Entretanto, a continuidade do crescimento industrial à taxa observada em fevereiro pode não se confirmar nos próximos meses em função, principalmente, da queda do ritmo de atividade econômica decorrente das ações de política monetária e fiscal para conter a inflação.

Ademais, a apreciação cambial e o crescimento da demanda acima da produção do-

méstica implicarão a substituição da produção local por importações, assim como no baixo dinamismo das exportações de manufaturas.

De fato, uma publicação recente do Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2011) revela uma deterioração da balança comercial de bens manufaturados. No primeiro trimestre de 2011, o déficit da indústria de transformação atingiu US\$ 10 bilhões, contra US\$ 7,1 bilhões no mesmo período do ano anterior. Analisando por intensidade tecnológica, os maiores saldos negativos foram observados nos grupos de alta (US\$ 6,4 bilhões) e média alta intensidade (US\$ 11 bilhões).

Já o grupo de média-baixa intensidade tecnológica registrou um déficit de US\$ 707 milhões no referido trimestre, o segundo desempenho negativo para esse período específico desde o início da série em 1989. O segmento de baixa intensidade foi o único a apresentar superávit na balança comercial

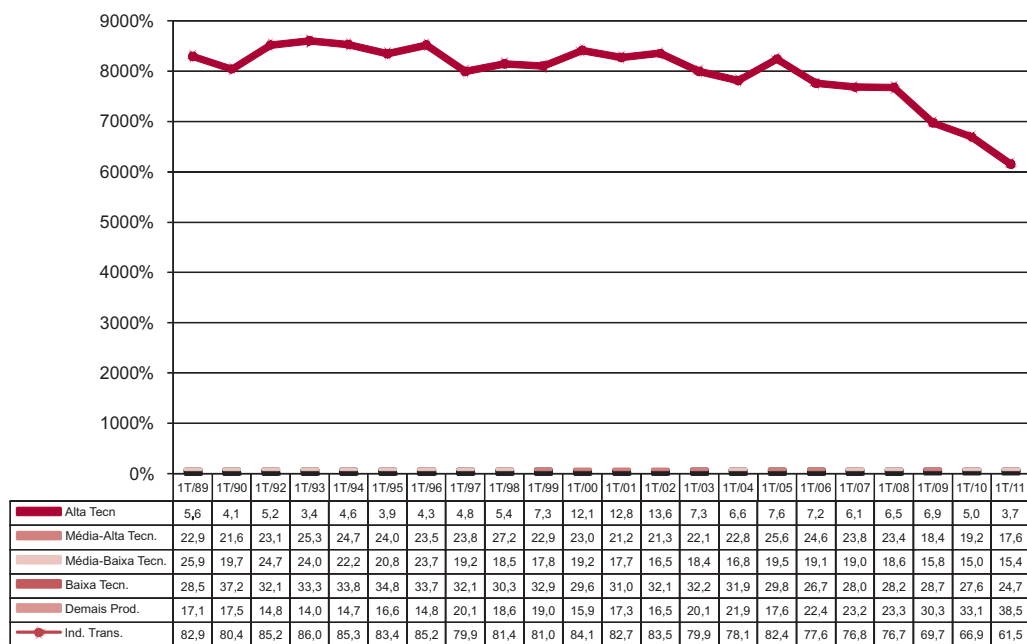


Gráfico 18 – Brasil. Produtos da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica e Demais Produtos Exportados. Participação no Total (%)

Fonte: IEDI, 2011.

(US\$ 8,5 bilhões), beneficiado pelo desempenho recorde das exportações do ramo de alimentos e bebidas (Gráfico 18)

O baixo dinamismo da produção industrial repercute no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Dados da Fundação Getúlio Vargas mostram uma trajetória decrescente do Nuci entre outubro de 2010 e março de 2011. Vale destacar que houve aumento da ociosidade em todas as categorias de uso nesse intervalo, com exceção do setor de bens de capital, refletindo o bom desempenho da produção de máquinas e equipamentos em 2010 e início de 2011 (Gráfico 19).

Em suma, o ritmo lento de crescimento da produção industrial combinado com o incremento importante do déficit da indústria manufatureira engendrou uma redução do nível de utilização da capacidade instalada nos últimos meses. O aumento da ociosidade para os próximos meses é bastante provável, dada a real possibilidade de redução do ritmo de crescimento da economia brasileira em função do ajuste fiscal, das medidas de contenção do crédito e do ciclo de alta da taxa básica de juros. A manutenção de saldos negativos na balança comercial da indústria manufatureira pode igualmente contribuir para a queda do Nuci.

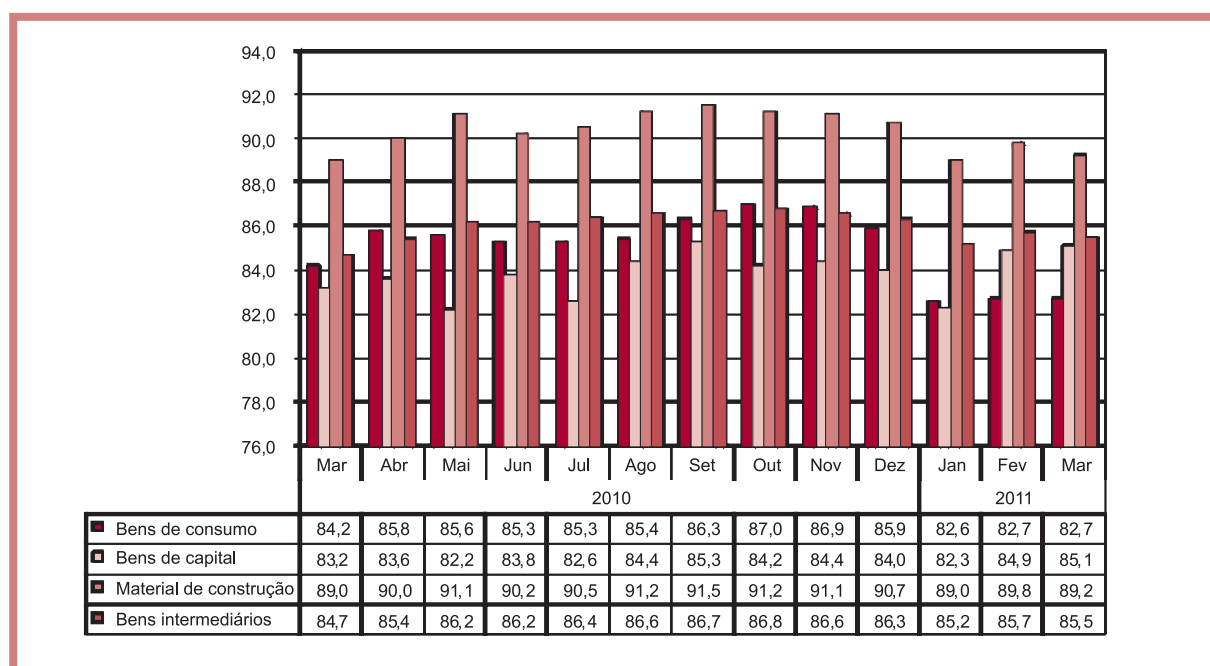


Gráfico 19 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal por Categoria de Uso. Março de 2010 a Março de 2011

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011a.

3.4.1 - Produção Industrial do Nordeste

De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física Regional (PIM-PF Regional), em fevereiro de 2011 a atividade industrial nordestina avançou 1,1% comparativamente ao mês anterior, após registrar estabilidade em janeiro e quedas em dezembro (-0,6%) e novembro (-5,4%). Nas comparações interanuais, os resultados foram negativos: queda de 9,1% no confronto entre fevereiro de 2011 e fevereiro de 2010 e de 7,5% no acumulado do ano 2010.

Com base nesses indicadores, constata-se que o desempenho da indústria nordestina foi proporcionalmente inferior à média nacional. Essa diferença deveu-se à menor participação dos setores de bens de consumo duráveis e de bens de capital na base produtiva nordestina. Os dois segmentos assinalaram os maiores incrementos no indicador mês/idêntico mês do ano anterior e acumulado do ano.

O recuo de 9,1% no indicador mensal foi a quarta taxa negativa consecutiva nessa base

de comparação. Seis dos onze ramos pesquisados registraram resultados negativos, com ênfase para produtos químicos (-42,7%), calçados e artigos de couro (-11,8%), refino de petróleo e produção de álcool (-10,6%) e têxtil (-3,6%).

Por outro lado, o destaque positivo foi o incremento de 4,1% do segmento de alimentos e bebidas, influenciado pela maior fabricação de biscoitos, bolachas, castanha de caju e açúcar. Indubitavelmente, grande parte desse desempenho deve-se à atuação

do grupo cearense M. Dias Branco na região, líder na fabricação e comercialização de biscoitos e massas alimentícias. Recentemente a empresa anunciou a aquisição da marca pernambucana Pilar, da NPAP Alimentos S. A., por R\$ 69,9 milhões. Além da fabricação de massas alimentícias, o grupo cearense pretende instalar uma unidade de moagem na fábrica da Pilar localizada ao lado do Porto de Recife. Com a aquisição, a expectativa é que a participação da M. Dias Branco no mercado de massas alimentícias eleve-se de 22,4% para 24,7% (TENDÊNCIAS E MERCADO, 2011).

O crescimento da indústria de alimentos e bebidas está associado à expansão da demanda doméstica na região. De fato, o comércio varejista nordestino continua crescendo, apesar das medidas recentes de contenção do crédito. No indicador mês/idêntico mês do ano anterior, sete dos nove estados nordestinos registraram aumento acima da média nacional em fevereiro de 2011. No acumulado do ano 2010, seis estados superaram a média do país (Tabela 20).

Além da expansão do crédito e dos programas de transferência de renda, o incremento do poder de compra da população nordestina está associado ao aumento da massa salarial, reflexo da política de valorização do salário mínimo e do aumento do emprego formal na última década. De fato, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011) revelou que a proporção de trabalhadores formalizados entre 2001 e 2009 no país saltou de 37,9% para 44,2%. No recorte regional, o maior avanço no trabalho formal ocorreu no Nordeste, com incremento de 27,4% nesse intervalo. Vale destacar que esse dinamismo se manteve em 2010 e início de 2011.

Em contrapartida, algumas atividades não vêm sendo beneficiadas pelo bom desempenho do mercado interno, principalmente em função da apreciação cambial, que engendra uma substituição da produção local por importações. No setor têxtil, por exemplo, desde o segundo semestre de 2010 constata-se uma nítida trajetória negativa (Gráfico 20).

Tabela 20 – Nordeste. Variação de Volume de Vendas no Comércio Varejista. Média Nacional e Estados Nordestinos. Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil e Unidade da Federação	Variação Mensal - Mês/ Mesmo mês do Ano Anterior		Variação acumulada no ano - Igual período do ano anterior)	
	fev/10	fev/11	fev/10	fev/11
Brasil	12,2	8,2	11,3	8,2
Maranhão	8,5	20,2	9,6	14,4
Piauí	11,7	7,6	10,0	6,2
Ceará	18,3	13,0	15,6	12,6
Rio Grande do Norte	11,2	13,4	9,0	11,7
Paraíba	13,6	30,6	11,5	24,7
Pernambuco	15,4	8,6	12,8	8,0
Alagoas	14,4	9,4	13,5	7,9
Sergipe	18,6	1,3	15,4	3,5
Bahia	12,9	12,2	12,9	9,9
Nordeste	13,9	12,9	12,2	11,0

Fonte: IBGE, 2011d.

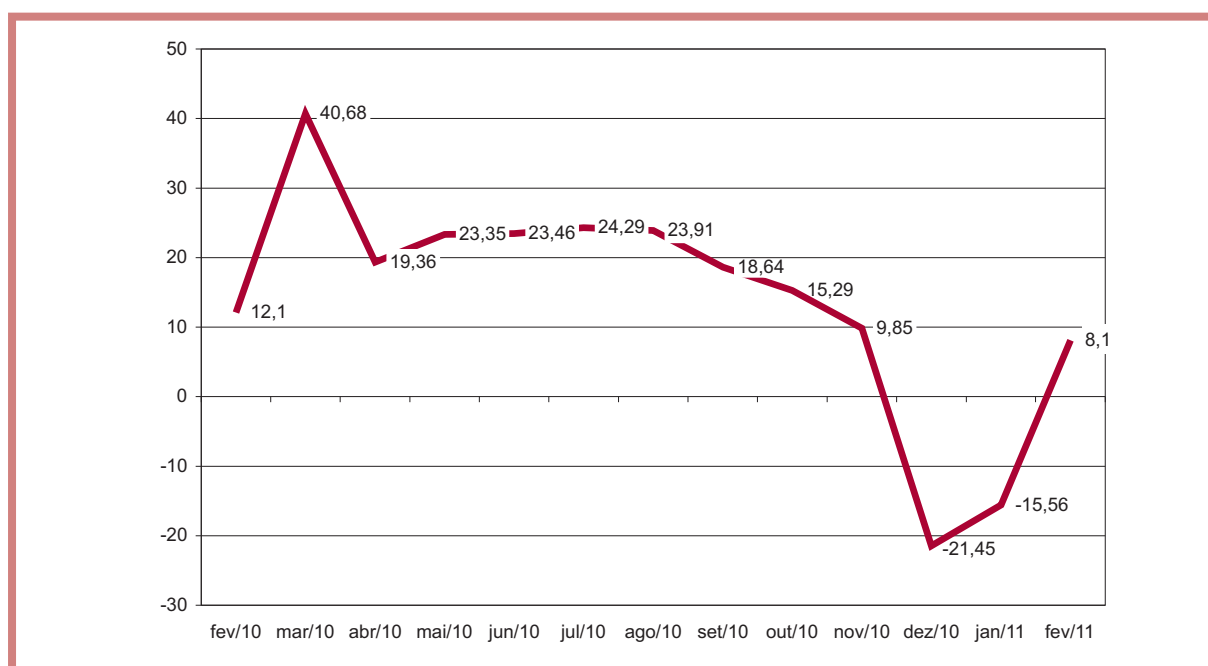


Gráfico 20 – Nordeste. Produção de Produtos Têxteis – Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2010 – Indicador Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2011b.

Na análise das principais economias nordestinas, constatou-se que o Ceará foi o único estado a registrar incremento positivo no indicador mês/mês imediatamente anterior, com expansão de 1,4% em fevereiro de 2011. Já nas comparações interanuais, os resultados permanecem negativos: recuo de 1,6% no indicador mensal, a quinta queda consecutiva nessa base de comparação, e de 6% no acumulado do ano 2010.

Sete dos onze ramos investigados apresentaram taxas negativas de crescimento no acumulado dos dois primeiros meses de 2011, com destaque para os segmentos calçados e artigos de couro (-26,6%) e têxtil (-13,8%). Vale destacar que essas duas atividades têm participação significativa no Valor de Transformação Industrial (VTI) do Estado. Em sentido oposto, os ramos alimentos e bebidas (6,8%) e máquinas, equipamentos e materiais elétricos (40,4%) exerceram as maiores influências positivas (Gráfico 21).

O recuo da produção industrial cearense no primeiro bimestre de 2011 foi acompanhado de resultados desfavoráveis em termos de pessoal empregado, massa salarial real e nível de utilização da capacidade instalada. Informações da pesquisa de indicadores industriais divulgada pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC; INDI, 2011), mostram que o Estado teve desempenho negativo em todas as variáveis investigadas no acumulado janeiro-fevereiro, com exceção das vendas totais.

Com relação ao pessoal empregado, o decréscimo foi de 3,2% no primeiro bimestre, com ênfase para a expressiva queda do emprego no ramo vestuário e acessórios (-15,9%). Por outro lado, os incrementos maiores foram observados nos segmentos minerais não metálicos (11,9%) e metalurgia básica (10,7%). Constata-se também que a variação da massa salarial real da indústria

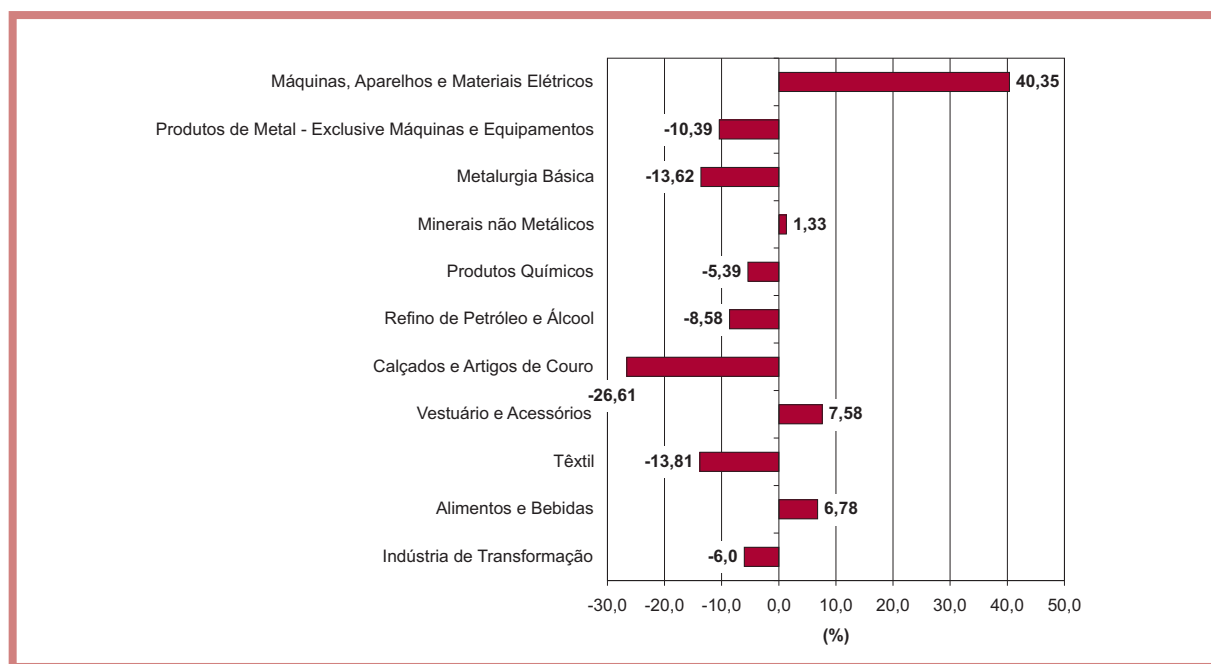


Gráfico 21 –Ceará. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: IBGE, 2011b.

cearense assinalou retração de 1,7% nessa base de comparação. Registraram recuos expressivos as atividades têxtil (-25,9%) e vestuário e acessórios (-23,2%) (Gráfico 22).

O ritmo mais lento da indústria cearense no início do ano se refletiu no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). De fato, o Nuci observado em fevereiro de 2011

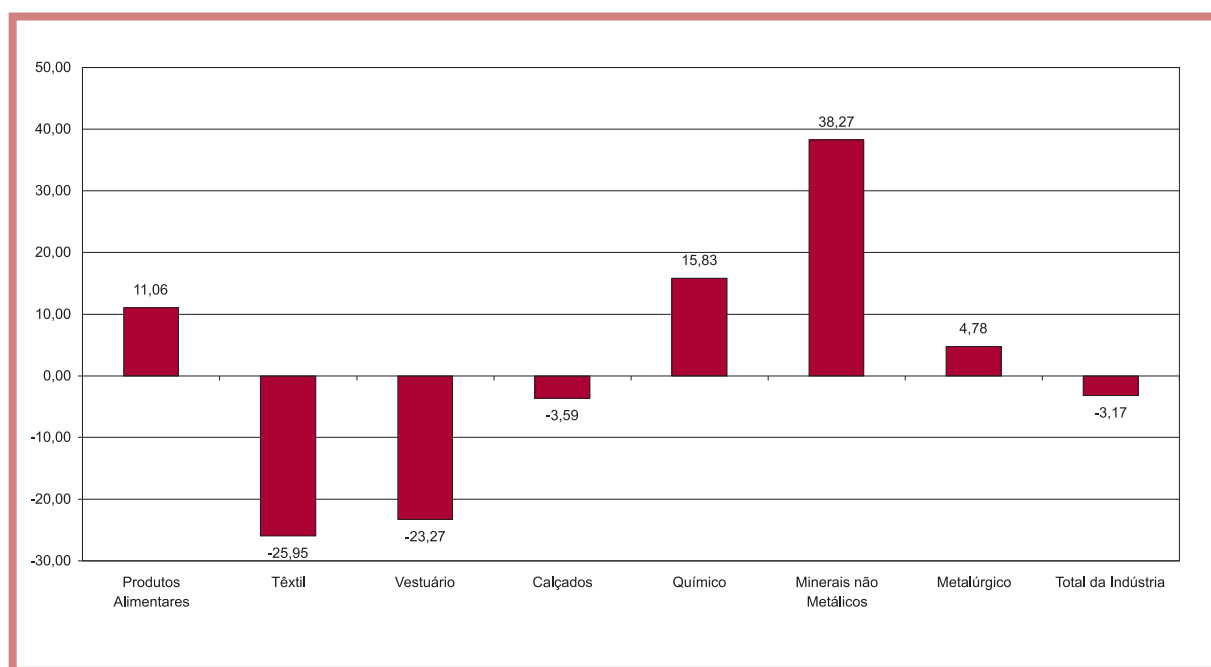


Gráfico 22 –Ceará. Massa Salarial da Indústria de Transformação. Acumulado do Primeiro Bimestre (%)

Fonte: FIEC; INDI, 2011.

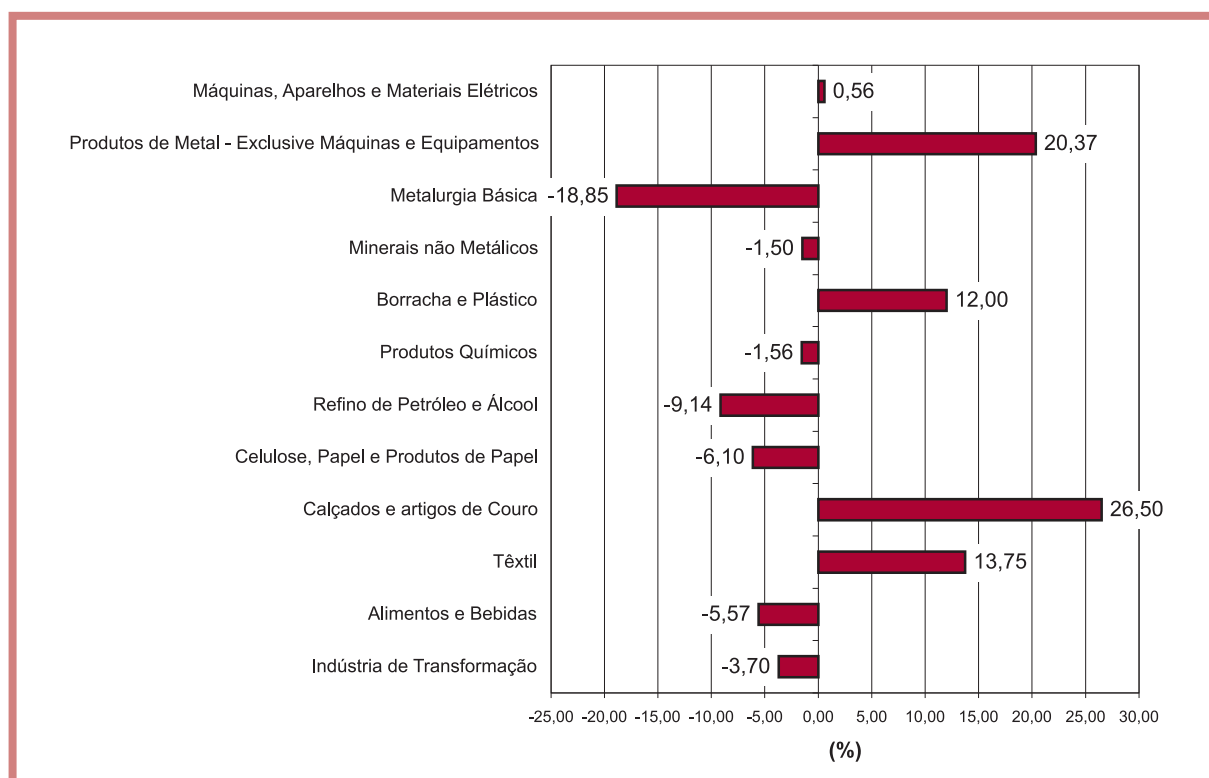


Gráfico 23– Pernambuco. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: IBGE, 2011b.

(82,18%) ficou um pouco abaixo do de fevereiro de 2010 (83,93%). Vale mencionar a expressiva queda da utilização da capacidade instalada no segmento calçados e artigos de couro nesse tipo de comparação.

A produção industrial de Pernambuco cresceu 8% em fevereiro de 2011 na comparação com o mês anterior, compensando a queda de 7,2% acumulada nos três meses antecedentes. Por outro lado, a indústria pernambucana registra retração de 3,4% na comparação de fevereiro de 2011 com fevereiro de 2010, indicando o segundo resultado negativo seguido nessa base de comparação.

Já no acumulado dos dois primeiros meses do ano, registrou-se recuo de 3,7%. As principais pressões negativas vieram de metalurgia básica (-18,9%) e alimentos e bebidas (-5,6%). Em contrapartida, os ramos produtos de metal – exclusive máquinas e equipamen-

tos (20,4%) e borracha e plástico (12%) registraram os maiores acréscimos (Gráfico 23).

A acomodação da atividade industrial pernambucana é confirmada pela pesquisa de indicadores industriais realizada pela Unidade de Pesquisas Técnicas (Uptec), da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (FIEPE, 2011). De acordo com o estudo, as vendas da Indústria de transformação caíram 17,7% no acumulado do ano, porém proporcionalmente menos que os ramos borracha e plástico (-26,7%) e alimentos e bebidas (-29,2%).

A queda nas vendas foi acompanhada do recuo de 11,2% no pessoal empregado, nesse mesmo período, com variação negativa em quatro dos onze segmentos analisados. Esse resultado foi influenciado pelo baixo desempenho do segmento alimentos e bebidas (-19,3%), atividade com forte participação no VTI do Estado (Gráfico 24).

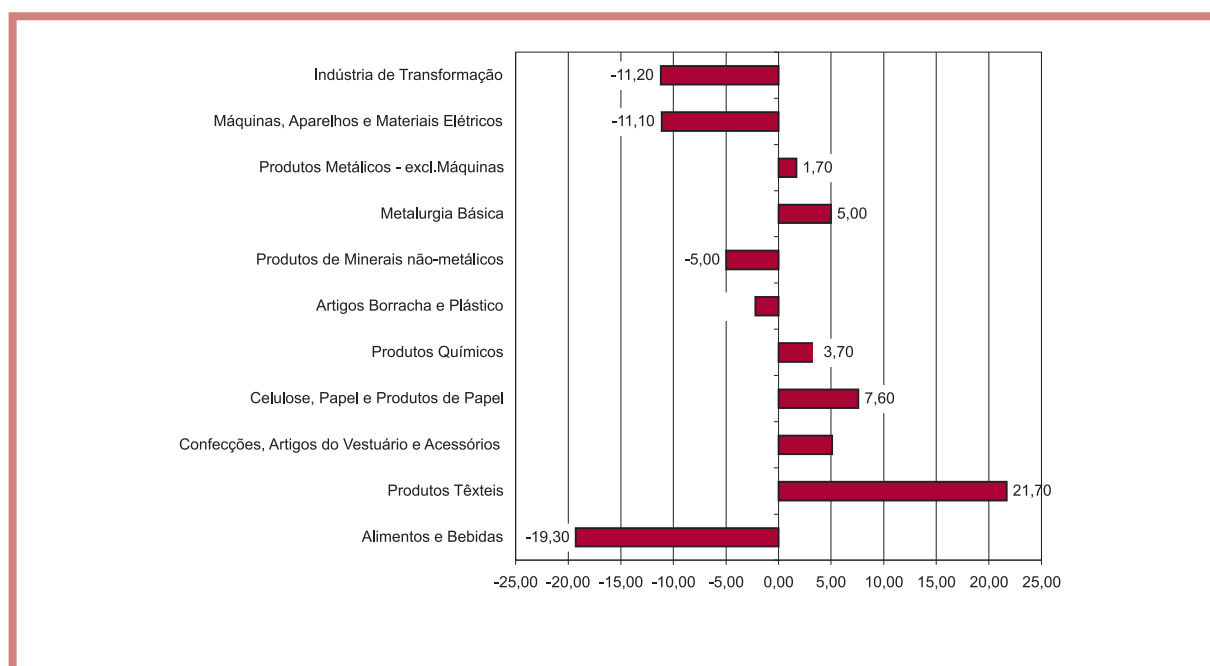


Gráfico 24 – Pernambuco. Pessoal Empregado da Indústria de Transformação. Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: FIEPE, 2011.

Na Bahia, constatou-se em fevereiro uma diminuição de 8,8% da produção industrial comparativamente a janeiro de 2011. No indicador mensal, o recuo de 15,6% refletiu principalmente a baixa performance do segmento produtos químicos (-48%), devido ao desligamento do sistema elétrico que atingiu oito estados da região Nordeste nos dias 3 e 4 de fevereiro. Vale mencionar que houve uma queda de 86% na produção dos produtos químicos pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC), da Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB, 2011), apesar de algumas empresas do Polo de Camaçari terem restabelecido suas operações no dia 4 de fevereiro, o fornecimento de matérias-primas vinculadas à indústria química/petroquímica somente viria a se normalizar no dia 13.

Esse fato foi decisivo para o registro de resultado negativo na indústria baiana no

acumulado janeiro-fevereiro (-12,1%). Vale mencionar que apenas quatro dos dez ramos investigados apresentaram crescimento negativo, com destaque para produtos químicos (-37,7%) (Gráfico 25).

Além do impacto da interrupção do fornecimento de energia no início de fevereiro, observa-se uma nítida desaceleração da geração de produtos químicos na Bahia, reflexo, sobretudo, do expressivo crescimento das importações. Essa configuração segue a trajetória nacional. De acordo com o Relatório de Acompanhamento Conjuntural (RAC), da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUM, 2011), o segmento vem apresentando redução do ritmo de atividade desde janeiro. Enquanto a produção assinalou um aumento de apenas 1,2% entre abril de 2010 e março de 2011, as vendas internas registraram elevação de 2,2%. Ou seja, grande parte do crescimento da demanda interna foi atendida pelas importações (Gráfico 26).

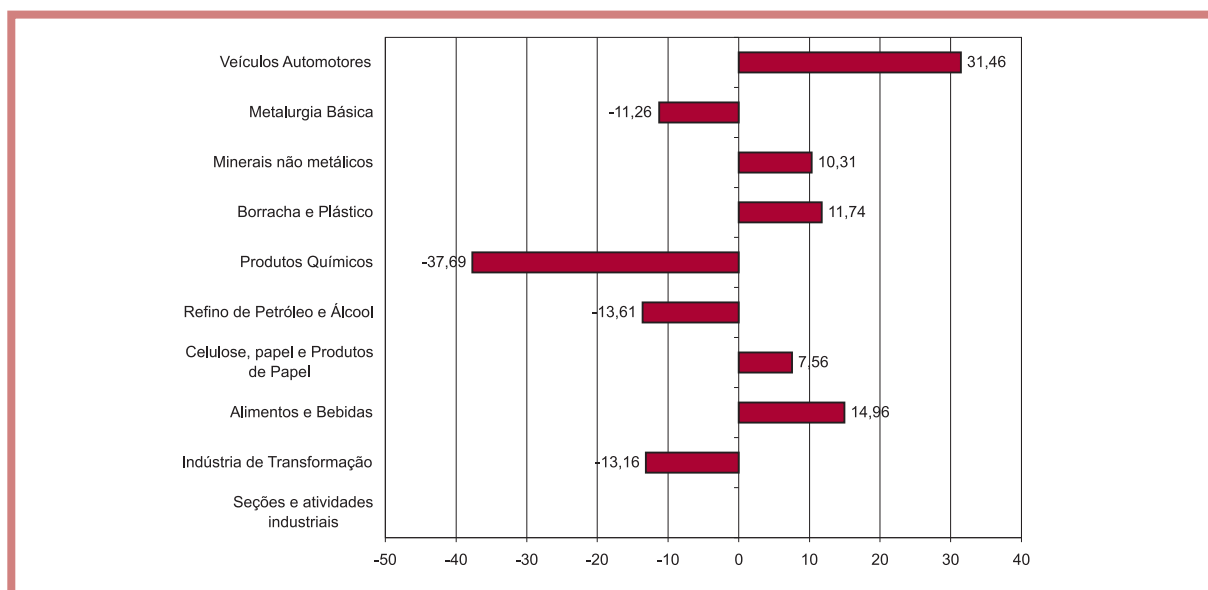


Gráfico 25 – Bahia. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: IBGE, 2011a.

Vale destacar que a participação dos importados sobre o consumo aparente nacional dos produtos amostrados no relatório da Abiquim saltou de 26,3%, em 2009, para 29,7%, em 2010. No primeiro trimestre de 2011, a proporção se mantém no mesmo patamar do ano anterior (29,6%), a despeito de investimentos substanciais de ampliação da capa-

cidade de geração de produtos químicos de uso industrial.

Em síntese, os primeiros meses de 2011 confirmam o processo de desaceleração da indústria nordestina iniciado no segundo semestre de 2010. Esse processo reflete, principalmente, a queda na produção industrial de setores afetados pela apreciação do

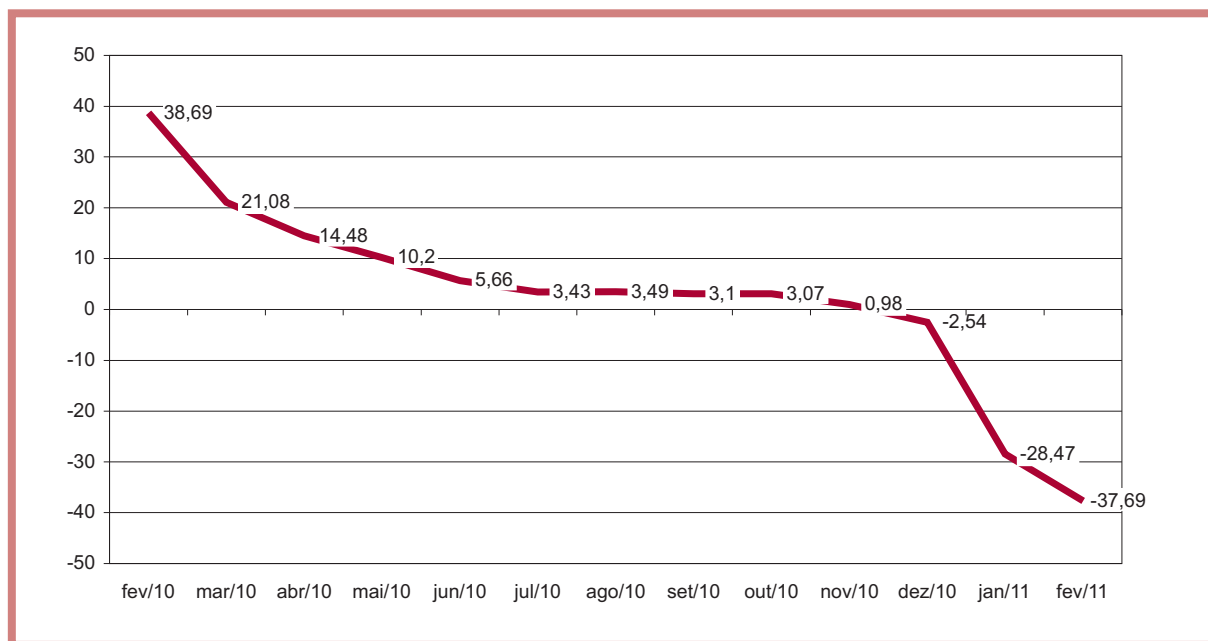


Gráfico 26 – Bahia. Produção de Produtos Químicos – Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2010 – Indicador Acumulado do Ano

Fonte: IBGE, 2011b.

câmbio. Por outro lado, as medidas fiscais e monetárias visando ao arrefecimento da demanda interna ainda não surtiram efeito na região. Na verdade, são justamente os segmentos voltados para o mercado interno,

assim como os produtores de básicos e semimanufaturados direcionados para a exportação, que evitam um maior recuo do setor industrial nordestino.

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. **Relatório de acompanhamento conjuntural**, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br>>. Acesso em: 17 jan. 2011.

AGRAFNP. **Anualpec**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo: AgraFNP, 2010.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2011a.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura – indicadores econômicos – moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011b.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 11 abr. 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2011b.

CAMBIO reduz índice de nacionalização. **Valor Econômico**, 11 abr. 2011.

CEPEA; ESALQ. **Agromensal**: indicadores de preços: boi, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/xls/SBOI.XLS>>. Acesso em: 11 abr. 2011a.

_____. **Agromensal**: informações de mercado. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>.

<http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/02_fevereiro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 11 abr. 2011b.

_____. **Agromensal**: informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/02_fevereiro/Algodao.htm>. Acesso em: 11 abr. 2011c.

_____. **Agromensal**: informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/02_fevereiro/Cafe.htm>. Acesso em: 12 abr. 2011d.

_____. **Agromensal**: informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/02_fevereiro/Milho.htm>. Acesso em: 12 abr. 2011 e.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, fev. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/02_fevereiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 11 abr. 2011f.

_____. **Agromensal**: informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/02_fevereiro/Soja.htm>. Acesso em: 13 abr. 2011g.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, fev. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea%20Leite%20Fevereiro_11.doc>. Acesso em: 11 abr. 2011h.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, mar. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Marco_11.doc>. Acesso em: 11 abr. 2011i.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, jan. 2011. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/01_janeiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 11 abr. 2011j.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/leite/?page=164>>. Acesso em: 11 abr. 2011k.

_____. **Indicadores de preços:** açúcar. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 13 abr. 2011l.

_____. **Indicadores de preços:** álcool. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/alcool/>>. Acesso em: 13 abr. 2011m.

CMA. **Trading analysis information.** São Paulo: CMA, 2010.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira:** café, primeira estimativa, jan. 2011. Brasília: CONAB, 2011a.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** cana de açúcar, terceiro levantamento, jan. 2011. Brasília: CONAB, 2011b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, sétimo levantamento, abr. 2011. Brasília: CONAB, 2011c.

DIEESE. **Balanço das negociações dos reajustes salariais em 2010.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

IEDI. O déficit de produtos industriais no início de 2011. Disponível em www.iedi.org.br. Acesso em: 20 abr. 2011.

FECOMERCIO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Desempenho 2010, perspectiva 2011.** Disponível em: <http://www.fecomerciosp.org.br/arquivos/arquivo/PPT_Jornalistas_Desempenho_Perspectiva_z82lzaacaa.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2011.

FIEB. **Relatório de acompanhamento conjuntural.** Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 28 maio 2011.

FIEC; INDI. **Indicadores industriais,** fev. 2011. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br>>. Acesso em: 30 maio 2011.

FIEPE. **Sondagem industrial mensal.** Disponível em: <<http://www.fiepe.org.br>>. Acesso em: 02 maio 2011.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais,** out – dez, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011a.

_____. **Pesquisa industrial mensal,** fev. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2011b.

_____. **Pesquisa mensal de comércio,** fev. 2011. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011c.

_____. **Pesquisa mensal de comércio,** fev. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 abr. 2011d.

_____. **Pesquisa mensal de emprego,** fev. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011e.

_____. **Produção industrial mensal:** produção física, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2011f.

IBGE; SIDRA. **Levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2010.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1>>

8u10=18u11=38u12=18u13=266748u14=18u15=1>. Acesso em: 28 mar. 2011a.

_____. **Produção agrícola municipal 2009**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 28 mar. 2011b.

IBRE; FGV. **Sondagens**. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

IPEA. Características da formalização do mercado de trabalho brasileiro entre 2001 e 2009. **Comunicados do IPEA**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2011.

PUGA, Fernando Pimentel; BORÇA JR., Gilberto. Perspectivas de investimentos em infraestrutura 2011-2014. **Visão de Desenvolvimento**, BNDES, 25 fev. 2011.

SERASA EXPERIAN. **Perspectiva da inadimplência**. Disponível em: <<http://www.serasa-experian.com.br>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

TENDÊNCIAS MERCADO. **Grupo M. Dias Branco compra a pernambucana Pilar**. Disponível em: <<http://www.tendenciasmercado.com.br>>. Acesso em: 29 abr. 2011.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o agregado das seis regiões metropolitanas¹, revelou que a taxa de desocupação² alcançou 6,5% em março, praticamente igual à de fevereiro (6,4%). Vale salientar que essa é a menor taxa observada para o mês de março desde o início da nova série de apuração iniciada em 2002. Comparativamente a março de 2010, a taxa de desocupação diminuiu 1,1 ponto percentual.

Os resultados para as duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas revelaram que, em março, Recife (7,6%) e Salvador (10,5%) registraram taxas de desemprego acima da média nacional (Gráfico 1).

Na comparação com março de 2010, Recife assinalou recuo de 0,5 ponto percentual, enquanto Salvador registrou decréscimo de 0,8 ponto percentual.

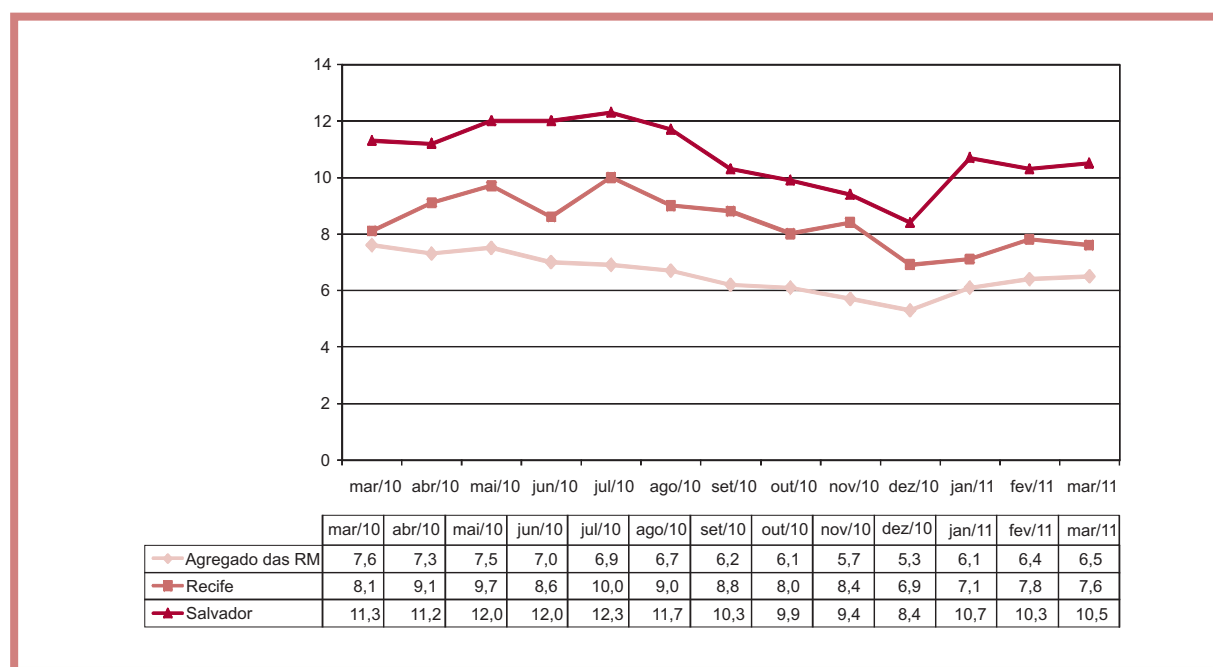


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE, 2011c.

- 1 A PME é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.
- 2 Percentual de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa.

Por outro lado, segundo estimativas apresentadas na PME, a população ocupada em março de 2011 nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE totalizou 22,3 milhões de pessoas, representando elevação de 2,4% comparativamente a março de 2010 e incremento de 531 mil postos de trabalho nesse período.

Na Região Metropolitana de Recife, a população ocupada em março de 2011 foi estimada em 1.498 mil pessoas (46,1% da população em idade ativa), ou seja, praticamente o mesmo contingente do mês anterior. Segundo a pesquisa, 55,7% das pessoas ocupadas pertencem ao sexo masculino, 65,5% têm entre 25 e 49 anos de idade e 57,6% possuem pelo menos 11 anos de estudo. Com

relação aos portes dos empreendimentos, 57,8% dos ocupados trabalhavam nos estabelecimentos com no mínimo 11 colaboradores e 66,5% estavam empregados havia pelo menos dois anos.

Na Região Metropolitana de Salvador, a população ocupada em março de 2011 foi estimada em 1.693 mil pessoas (50,2% da população em idade ativa). O sexo masculino predomina entre os ocupados (51,6%), bem como as pessoas entre 25 e 49 anos de idade (65,4%) e com pelo menos 11 anos de estudo (61,5%). A PME também revelou que 56,8% dos ocupados trabalhavam em empreendimentos com no mínimo 11 pessoas e que 66,2% já estavam empregados havia pelo menos dois anos (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição Proporcional (%) da População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador por Segmento. Março/2011

Segmento	População Ocupada (%)		
	Total 6 RM	Recife	Salvador
Sexo			
Masculino	54,6	55,7	51,6
Feminino	45,4	44,3	48,4
Faixa Etária (anos)			
10 a 14	0,2	0,1	0,3
15 a 17	1,5	0,9	1,0
18 a 24	14,1	12,7	13,2
25 a 49	62,4	65,5	65,4
Acima de 49	21,9	20,8	20,0
Tempo de Estudo Formal (anos)			
Menos de 1 ano	1,6	2,2	1,7
1 a 3	3,5	5,0	4,1
4 a 7	17,0	18,2	16,3
8 a 10	17,1	16,6	16,3
Acima de 10	60,8	58,0	61,6
Tamanho do Empreendimento (nº de empregados)			
1 a 5	32,1	36,4	37,2
6 a 10	6,0	5,8	6,0
Acima de 10	61,9	57,8	56,8

Fonte: IBGE, 2011a.

As atividades comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis formam o grupamento que registrou o maior número de pessoas ocupadas em março de 2011, absorvendo 18,7% da população ocupada nas seis regiões metropolitanas pesquisadas. Nas de Recife e Salvador o grupamento empregou 374 mil e 380 mil pessoas, respectivamente, o que corresponde a 25% do total dos postos de trabalho de Recife e 22,4% do de Salvador.

A atividade serviços prestados às empresas foi a que registrou, na posição de março, a maior variação no número de empregados das seis regiões metropolitanas pesquisadas (4,1%), comparativamente aos demais grupamentos. Por outro lado, tanto na Região Metropolitana de Recife como na de Salvador, o grupamento formado pelas atividades comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e comércio varejista de combustíveis foi o que mais contratou, com incrementos de 29 mil e 11 mil postos de trabalho, respectivamente.

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado nas seis regiões metropolitanas pesquisadas em março

de 2011 ocupou 10,7 milhões de postos de trabalho, correspondentes a 48,2% de toda a população ocupada (Tabela 2). Em relação a março do ano passado, registrou-se incremento de 739 mil postos de trabalho com carteira assinada, correspondente a 7,4%.

Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, os trabalhadores com carteira assinada corresponderam a 44,6% e 44,3% da população ocupada, respectivamente.

Em Recife, enquanto o emprego formal no setor privado experimentou acréscimo de 66 mil contratações com carteira assinada no comparativo março 2011 / março 2010, o mercado informal dispensou mil pessoas, assinalando queda de 0,7%.

Na Região Metropolitana de Salvador, a informalidade cresceu 2,2% nesse mesmo período, devido ao ingresso de quatro mil novos empregados. Do mesmo modo, o contingente dos empregados com carteira assinada assinalou aumento de 6,1%, ao incorporar 36 mil novos trabalhadores.

O aumento da formalidade no mercado de trabalho repercute positivamente no rendimento médio real. Em março de 2011, ob-

Tabela 2 – Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado (%). Março 2003/2011

Mês/ano	Todas 6 RM	RM Recife	RM Salvador
Março/2003	40,1	31,4	35,5
Março/2004	39,5	31,4	35,4
Março/2005	40,3	35,8	36,9
Março/2006	41,2	35,1	35,2
Março/2007	41,7	35,5	36,6
Março/2008	43,8	38,3	39,6
Março/2009	44,5	39,0	40,4
Março/2010	46,0	41,1	42,1
Março/2011	48,2	44,6	44,3

Fonte: IBGE, 2011a.

Tabela 3 – Rendimento Médio Real Domiciliar Per Capita (R\$) das Seis Regiões Metropolitanas Investigadas pelo IBGE em Março/2010, Fevereiro/2011 e Março/2011, por Região e Variação (%) Mensal e Anual

Regiões Metropolitanas	Março de 2010	Fevereiro de 2011	Março de 2011	Variação mensal	variação anual
Total	984,49	1.032,92	1.036,98	0,4	5,3
Recife	568,84	595,88	631,24	5,9	11,0
Salvador	760,36	763,03	765,69	0,3	0,7
Belo Horizonte	896,51	948,18	980,11	3,4	9,3
Rio de Janeiro	1.027,84	1.141,79	1.114,23	-2,4	8,4
São Paulo	1.097,99	1.113,06	1.130,86	1,6	3,0
Porto Alegre	971,70	1.052,60	1.027,00	-2,4	5,7

Fonte: IBGE, 2011c.

servou-se uma elevação de 3,8% em relação a idêntico mês de 2010. Entre as categorias profissionais de empregados, destaca-se o acréscimo de 7,9% no rendimento médio do grupamento formado por militares e funcionários públicos. Esse desempenho foi determinante para a elevação de 5,3% no rendimento médio real domiciliar *per capita* nessa base de comparação. Já a massa de rendimento real assinalou um aumento de 6,7%, devido ao incremento do número de trabalhadores com carteira assinada e à expansão do rendimento médio real.

A Região Metropolitana de Recife registra um aumento de 7,6% no indicador mês/idêntico mês do ano anterior, enquanto a de Salvador exibe um acréscimo de 2,7%. Já em termos de rendimento médio real domiciliar *per capita*, a de Recife avançou 11% nesse

tipo de comparação, tendo o maior resultado entre as seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE. Entretanto, cabe mencionar que Recife apresenta o menor rendimento *per capita* do grupo pesquisado (R\$ 631,24), correspondente a apenas 55,8% do observado na Região Metropolitana de São Paulo (R\$1.130,86). Já a de Salvador apresentou o pior desempenho nesse indicador, com aumento de apenas 0,7% (Tabela 3).

No caso da massa salarial, as regiões metropolitanas de Recife e Salvador exibem expansão de 13,2% e 1,6%, respectivamente. Além do aumento do número de trabalhadores com carteira, as duas citadas regiões são beneficiadas pela política de valorização do salário-mínimo, assim como pela considerável melhora do ambiente de negociação salarial.

4.1 - Considerações Adicionais Sobre Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (tem), apresentam um início de ano positivo na geração de emprego celetista. Entre janeiro e março de 2011, foram criados 583.886 novos postos

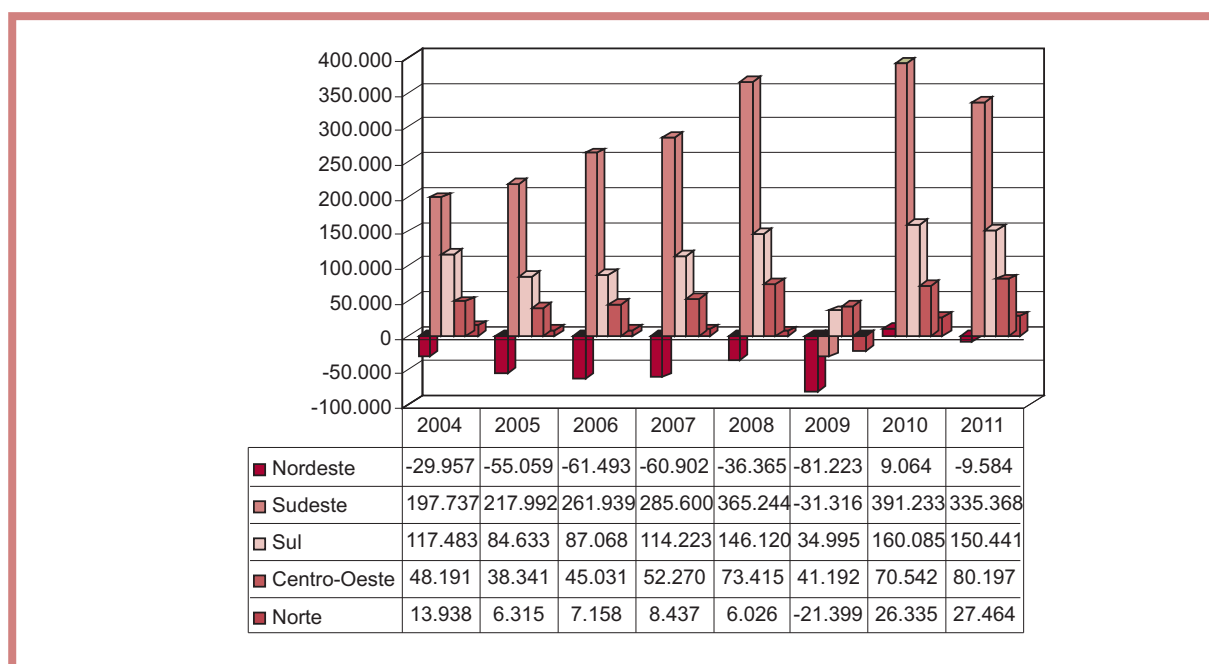


Gráfico 2 – Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Acumulado do Ano - Março de 2004 à Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011.

de trabalho, assinalando o segundo melhor resultado da série para esse período, sendo 92.675 apenas em março³ (Gráfico 2).

A Tabela 4 apresenta o acumulado janeiro-março, nacional e regional, discriminado setorialmente. No total nacional, o setor ser-

viços é responsável por 49,9% de todos os empregos gerados no período, seguido pela Indústria de transformação, com 23,1%, e pela construção civil, com 13,2%. Na comparação inter-regional, o Sudeste lidera com 57,4% do saldo nacional, enquanto o Nordeste apresenta o pior resultado, com a eli-

Tabela 4 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Janeiro a Março de 2011

	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	5.484	134.732	3.505	77.385	5.428	291.744	20.582	45.026	583.886
Nordeste	553	-40.128	897	6.316	-156	31.127	461	-8.654	-9.584
Norte	1.320	7.157	56	3.122	-611	14.848	429	1.143	27.464
Sudeste	2.638	86.720	2.614	44.602	-8.776	170.789	12.889	23.892	335.368
Sul	251	64.682	827	14.248	6.201	49.724	6.882	7626	150.441
Centro-Oeste	722	16.301	-889	9.097	8.770	25.256	-79	21.019	80.197

Fonte: BRASIL, 2011.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

3 O total obtido no acumulado de 2011 apresentou variação negativa na comparação com idêntico período de 2010 (-11,2%), o que já era esperado, pois, as expectativas para 2011 apontam crescimento da economia em escala inferior à registrada no ano anterior, que, por consequência, demandará menos postos de trabalho, em relação a 2010. Para maiores informações sobre a Evolução do Emprego Formal em 2010, ver em: www.bnb.gov.br/etene.

minação de 9.584 postos de trabalho no ano, sendo a Indústria de transformação a grande responsável por esse decréscimo. Ainda no Nordeste, contrastando com o resultado global, serviços e construção civil apresentaram saldos positivos de 31.127 e 6.316 novos postos de trabalho, respectivamente (Tabela 4).

O Gráfico 3 apresenta a tendência mensal na geração de empregos celetistas para a região Nordeste. O primeiro trimestre do ano obedece aos efeitos sazonais do período, quando, especialmente em março, sempre apresenta o pior resultado mensal da série. Em 2011, março registrou saldo negativo de 31.649 postos de trabalho, bem superior ao apresentado em 2010, quando a perda líquida de postos de trabalho foi da ordem de 11.479.

Numa análise da evolução nos últimos 12 meses, percebe-se uma significativa expansão a partir de março, obedecendo ao ciclo sazonal da cultura de cana-de-açúcar de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Essa expansão do saldo alcança seu ápice em setembro, devido à intensa contratação de setores como

o da indústria e a expectativas para as comemorações de final de ano. A partir de novembro a geração de emprego diminui, chegando a ficar negativa em dezembro, devido ao término de contratos temporários na indústria, no comércio e no setor serviços. A repetição desse ciclo é identificada na análise de anos anteriores.

Entre os estados nordestinos, a Bahia foi o único a apresentar saldo positivo em março, com 2.758 novos postos de trabalho. No acumulado do ano, apenas Bahia, Ceará e Sergipe apresentaram saldo positivo no trimestre. Na comparação acumulado no ano 2010/2011, apenas Bahia e Sergipe obtiveram resultados superiores ao do corrente ano. Nessa base de comparação, observa-se uma tendência de registro de variações negativas, significando que provavelmente o desempenho da região será mais modesto em 2011 do que foi em 2010 (Tabela 5).

Entre os setores de atividades do Nordeste, a análise do acumulado do ano revela uma expressiva queda na região, puxada pelo setor indústria de transformação, responsá-

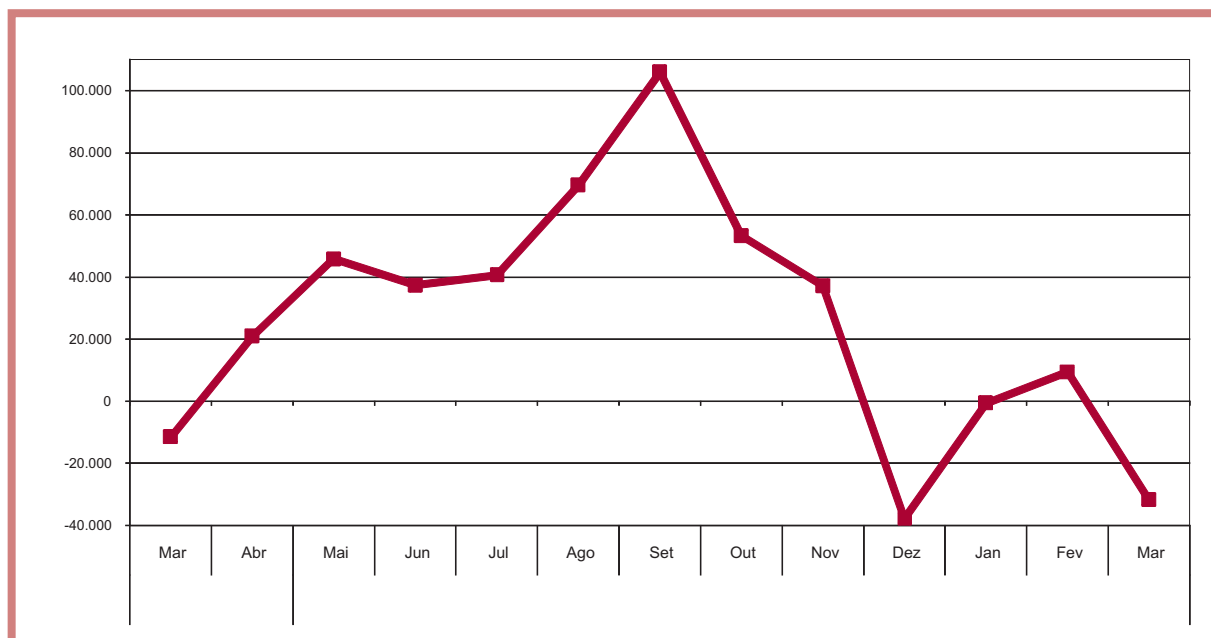


Gráfico 3 – Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal). Março 2010 – Março 2011 (Saldo)
Fonte: BRASIL, 2011. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 5 – Nordeste: Geração de Empregos Formais por Estado (Saldo) – 2010 e 2011

Estados	Resultado Mensal Março		Acumulado no Ano (Janeiro - Março)	
	2010	2011	2010	2011
Brasil	266.415	92.675	657.259	583.886
Nordeste	-11.479	-31.649	9.064	-9.584
Alagoas	-17.803	-15.786	-29.911	-13.249
Bahia	10.226	2.758	30.738	17.193
Ceará	6.450	-583	9.896	5.442
Maranhão	3.792	-3.816	6.868	-2.655
Paraíba	-4.017	-3.126	-4.250	-7.223
Pernambuco	-13.216	-7.205	-11.995	-8.340
Piauí	3.423	-2.114	5.475	-1.286
Rio Grande do Norte	1.200	-1.048	597	-2.843
Sergipe	-1.534	-729	1.646	3.377

Fonte: BRASIL, 2011.

vel pela redução de 40.128 postos de trabalho. Pernambuco e Alagoas se destacam na obtenção desse resultado negativo. Os dois estados estão concluindo o ciclo da colheita da cana-de-açúcar, devendo dar início ao processo de fabricação de etanol. Significa dizer que para os próximos meses a tendência será de regularização do ciclo de contratação de mão de obra, elevando, assim, o resultado nordestino.

Já o setor serviços, com 31.127 novos empregos celetistas, apresentou saldo positivo em oito dos nove estados da região (a exceção foi o Piauí), seguido por construção civil, com 6.316 novos postos de trabalho. A situação negativa nesse setor foi o Maranhão, que eliminou mais de 7 mil postos de trabalho entre janeiro e março. Esses dois setores continuam como principais demandantes de mão de obra na região (Tabela 6).

Tabela 6 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Março de 2011 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P*	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	-10	-17.587	205	3.693	-295	1.561	189	-1005	-13.249
Bahia	278	1.790	133	2.613	96	7.528	289	4.466	17.193
Ceará	143	358	27	939	-656	6.389	41	-1.799	5.442
Maranhão	95	965	53	-7.076	511	1.053	-25	1.769	-2.655
Paraíba	11	-5.649	-299	883	623	1.683	29	-4.504	-7.223
Pernambuco	83	-17.331	425	5.446	-1.408	9.441	-11	-4.985	-8.340
Piauí	-92	-248	96	-1.883	466	-198	9	564	-1.286
Rio Grande do Norte	9	-2.624	-53	76	132	2.179	29	-2.591	-2.843
Sergipe	36	198	310	1.625	375	1.491	-89	-569	3.377
Nordeste	553	-40.128	897	6.316	-156	31.127	461	-8.654	-9.584

Fonte: BRASIL, 2011.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011a.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 03 maio 2011b.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 maio 2011c.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011d.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Mensal de Emprego** (Mar. 2011). Disponível em: <[HTTP://www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acessos em: 19 abr. 2011 e 3 maio 2011.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Caged**. Disponível em: <[HTTP://www.caged.gov.br](http://www.caged.gov.br)>. Acesso em: 25 abr. 2010.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Cenário Internacional e Câmbio

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta para 2011 crescimento mundial da ordem de 4,4%, sendo maior em economias emergentes (6,5%) e não alcançando mais que 2,4% nos países avançados. Liderando o que o FMI denomina “recuperação da crise”, estão países do continente asiático, como a China, que deve atingir expansão real de 9,6% do PIB em 2011, e a Índia, que poderá crescer 8,2%.

No cenário internacional, a significativa expansão monetária implementada com o objetivo de socorrer o sistema financeiro levou à redução das taxas de juros. Esse fato, aliado à intensificação do crescimento das economias emergentes, gerou influxo de capital para essas nações.

No caso específico do Brasil, o influxo de capital tem, por um lado, compensado os seus saldos negativos em transações correntes que vêm ocorrendo desde 2008. Mas, por outro lado, tem acelerado a apreciação nominal da moeda brasileira. Outro fator que também tem favorecido o ingresso de capitais no país é o persistente e grande diferencial positivo entre as taxas de juros internas e as externas, inclusive com acentuação recente, devido as altas administradas da taxa Selic objetivando contrair a demanda e, consequentemente, reduzir as pressões inflacionárias.

Após o crescimento real de 7,5% do PIB, em 2010, a economia brasileira encontra-se aquecida, e a taxa de desemprego pairou no patamar de 6,5% em março de 2011 – a menor do mês de março desde o início da série de apuração, em 2002. Esses elementos alertaram o governo para a expansão da demanda, com a inflação voltando a ter maior

participação na pauta macroeconômica. Há segmentos do setor industrial em que o nível de utilização da capacidade instalada já se aproxima de 90%, alguns até chegando a ultrapassar esse patamar, como, por exemplo, o de minerais não metálicos (87,3%), o de material de transporte (90%) e o de celulose e papel (91,7%). Ressalte-se que a apreciação da moeda nacional gerou um efeito benéfico sobre a inflação: tornou mais barata a importação de insumos e produtos. Assim, a trajetória do câmbio tem compensado, ao menos parcialmente, o recente aumento das cotações em dólar de *commodities* no mercado internacional.

Frise-se ainda que sobrevalorização do real afeta a competitividade das exportações brasileiras, razão pela qual desde o ano passado o governo tem adotado medidas para que a cotação do dólar não fique muito abaixo de R\$1,65. Trata-se de um esforço para conciliar duas variáveis fundamentais para a economia: o nível de preços e a taxa de câmbio.

O Banco Central tem atuado no sentido de reduzir a exposição cambial, como forma de impossibilitar a apreciação ainda maior do real em relação ao dólar, estimada pela Fun-

cex¹ em 12,8% nos últimos 12 meses (até fevereiro de 2011).

Nesse sentido, ressaltou-se a Circular 3.520 de 06.01.2011, cuja ideia central consiste em reduzir a volatilidade cambial, ao estabelecer que as instituições financeiras com posições diárias vendidas líquidas superiores a US\$ 3 bilhões ou aos seus respectivos patrimônios de referência (o menor desses valores) devem recolher 60% desse excedente

como depósito compulsório². Recentemente, o Banco Central tentou reduzir a exposição das companhias brasileiras no mercado de câmbio. Ademais, para estancar o aumento de financiamentos externos, o governo elevou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas captações no exterior, medida que vigora desde 7 de abril. Esse aumento de IOF deve contribuir para reduzir a oferta de recursos para crédito no mercado interno e, consequentemente, conter a demanda.

5.2 - A Balança Comercial Nordestina

No primeiro trimestre de 2011, a balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 3.169,2 milhões, decorrente de exportações no valor de US\$ 51.232,8 milhões e importações totalizando US\$ 48.063,6 milhões. Tanto as exportações quanto as importações obtiveram crescimentos proporcionais expressivos, de 30,6% e 25,3%, respectivamente, comparativamente ao primeiro trimestre de 2010. O bom desempenho das exportações foi em grande parte favorecido pela alta de preços das *commodities*.

No período em análise o Nordeste participou com 7,7% das exportações e 9,1% do total importado. Ao final do trimestre, a balança comercial nordestina apresentou déficit de US\$ 426,6 milhões.

As exportações da região totalizaram US\$ 3.925 milhões, implicando declínio de 3%, comparativamente a idêntico período de 2010. Em cinco estados verificou-se queda no montante exportado no período: Bahia (1,2%), Maranhão (32,8%), Pernambuco (3,2%), Piauí (23,4%) e Rio Grande do Norte (18,7%).

Os dez principais capítulos exportados pela região responderam, conjuntamente, por mais de 70% do valor transacionado:

açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 720,9 milhões), pastas de madeira ou outras matérias fibrosas (US\$ 417,8 milhões), combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 374,5 milhões), produtos químicos orgânicos (US\$ 240,1 milhões), minérios, escórias e cinzas (US\$ 222,4 milhões), ferro fundido, ferro e aço (US\$ 176,8 milhões), produtos químicos inorgânicos – alumina calcinada (US\$ 169,8 milhões), cobre e suas obras (US\$ 149,2 milhões) – calçados, polainas e suas partes (US\$ 146,6 milhões), frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 128,9 milhões) e veículos automóveis, tratores, ciclos etc. (US\$ 124,7 milhões).

1 Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.

2 Essa circular foi devidamente comentada na última edição desta publicação.

O capítulo ferro fundido, ferro e aço apresentou a maior expansão proporcional em valor exportado, com alta de 115,8% no período. Esse extraordinário desempenho foi propiciado pelo crescimento do *quantum* exportado (67%), como também pela elevação dos preços dos produtos que compõem o capítulo, que aumentaram entre 24% e 38%.

Para 2011, é vista como provável a manutenção dos preços do minério de ferro em patamar elevado, inclusive devido à reconstrução das áreas afetadas pelos recentes terremotos e pelo tsunami no Japão.

O capítulo produtos químicos inorgânicos, representado tão-somente pela alumina calcinada, registrou o segundo maior crescimento proporcional no trimestre (53,9%), comparativamente aos três meses iniciais de 2010. A alumina calcinada teve como destino Argentina, Canadá e Islândia.

Ressalte-se que a alumina calcinada foi o produto químico mais exportado pelo Brasil

em 2010. No Nordeste, a matéria-prima é produzida pela Alumar Consórcio de Alumínio do Maranhão, considerada um dos maiores complexos de produção de alumina e alumínio primário do mundo. Formado pelas empresas Alcoa, BHP Billiton e Rio Tinto Alcan, o Consórcio Alumar desempenha importante papel na economia do Maranhão.

O capítulo açúcares e produtos de confeitaria registrou o terceiro maior incremento (39,2%) na receita de exportação no período de janeiro a março de 2011, relativamente a idêntico trimestre de 2010. Esse elevado crescimento deveu-se, principalmente, à significativa majoração do preço do açúcar em virtude de a safra brasileira de cana (ainda que superior à de 2009) não haver atendido às expectativas de 2010. Como o país é fornecedor de mais de 30% de todo o açúcar consumido no mundo, a retração da oferta ocasionou o incremento de preços.

As exportações do capítulo veículos automóveis, tratores, ciclos etc. assinalaram cres-

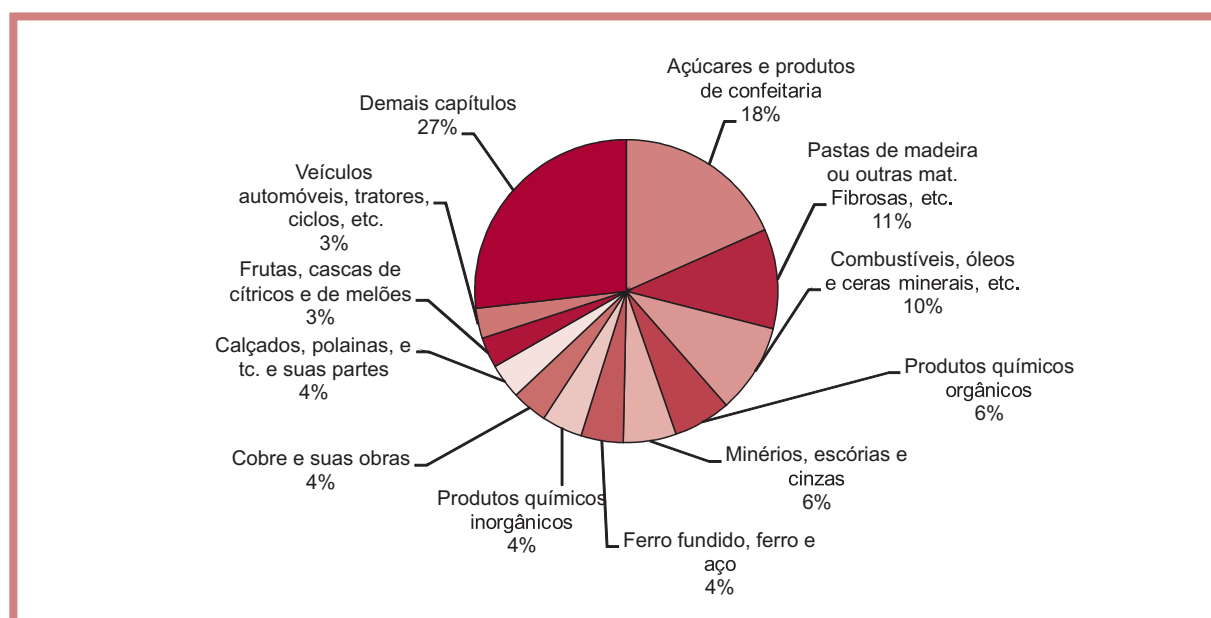


Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 1 – Nordeste – Exportações por Fator Agregado – Janeiro a Março de 2011 e 2010 (US\$ mil)

Janeiro a Março	Básicos	Industrializados	Semimanufaturados	Manufaturados	Operações Especiais	Total
2011	577.076	3.277.220	1.592.526	1.684.694	70.734	3.925.030
2010	974.432	3.009.017	1.249.627	1.759.390	63.102	4.046.550

Fonte: BRASIL, 2011b.

cimento de 32%, decorrente, em grande parte, do aumento do volume exportado. Esse capítulo chegou a amargar grandes perdas devido ao desaquecimento da demanda decorrente da crise mundial, particularmente em 2009, vindo a se recuperar somente em 2010. A Argentina, o México e a Venezuela foram os principais destinos dos automóveis nordestinos.

Quando se considera a classificação dos produtos exportados nas categorias básicos, manufaturados e semimanufaturados, constata-se que a queda das exportações no período em análise decorreu, principalmente, do declínio das vendas dos primeiros (40,7%) e dos produtos manufaturados (4,2%), conforme mostra a Tabela 1.

No que tange ao destino das exportações nordestinas, observa-se que dentre os dez maiores compradores, houve queda das vendas para EUA (15,5%), China (60,5%) e Holanda (12,6%). Por sua vez, os maiores aumentos foram registrados nos negócios com a Rússia (128,1%), grande compradora de açúcar; Cingapura (65,5%) e Antilhas Holandesas (58,6%), ambos consumidores de combustíveis; e Argentina (28,6%), cuja pauta é bem diversificada, abrangendo a compra, principalmente, de calçados, veículos e alumina.

As exportações do Nordeste para os principais blocos econômicos, tanto no primeiro trimestre de 2011 quanto em idêntico período de 2010, foram distribuídas conforme demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2 – Nordeste – Principais Blocos Econômicos de Destino das Exportações – Janeiro a Março de 2011 e 2010

Blocos Econômicos	2011 (janeiro/março)		2010 (janeiro/março)	
	US\$	Participação (%)	US\$	Participação (%)
União Européia	935.705.966	23,8	974.603.889	24,1
Ásia	617.252.569	15,7	1.019.824.098	25,2
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	564.069.760	14,4	667.895.089	16,5
Europa Oriental	367.714.114	9,4	170.486.683	4,2
Mercado Comum do Sul - Mercosul	362.962.655	9,3	289.407.120	7,2
Demais blocos	1.077.325.042	27,5	924.333.718	22,8

Fonte: BRASIL, 2011b.

5.2.1 - Panorama por Estado

O comportamento das exportações nordestinas não foi homogêneo em todo o território da região, conforme se pode deduzir da análise das vendas internacionais de cada Estado, a seguir.

Alagoas

As exportações alagoanas (US\$ 562,3 milhões) registraram crescimento de 50,4% no primeiro trimestre de 2011, frente ao mesmo intervalo do ano anterior. O Estado apresentou aumentos significativos das vendas para Rússia, Portugal, Tunísia e Japão. Mais da metade (52%) destinou-se à Rússia, hoje o principal parceiro comercial alagoano. No mesmo período de 2010, essa participação não passou de 33%.

Esse crescimento resultou da elevação de 58,6% do capítulo açúcares e produtos de confeitaria; e de 23% do capítulo bebi-

das, líquidos alcoólicos e vinagre; bem como da redução de 58,3% no capítulo produtos químicos orgânicos; e de 45,8% nos demais capítulos. As exportações do Estado concentraram-se em bens intermediários (85%) e combustíveis (9%), revelando a mesma configuração da pauta de todo o ano 2010.

A elevação das receitas estaduais com as exportações de açúcar em bruto, cujo faturamento alcançou US\$ 470,2 milhões no primeiro trimestre de 2011, superando em mais de 70% os US\$ 274 milhões exportados em idêntico período de 2010, deve-se a um redirecionamento da produção do setor sucroalcooleiro do Estado, iniciado em 2010,

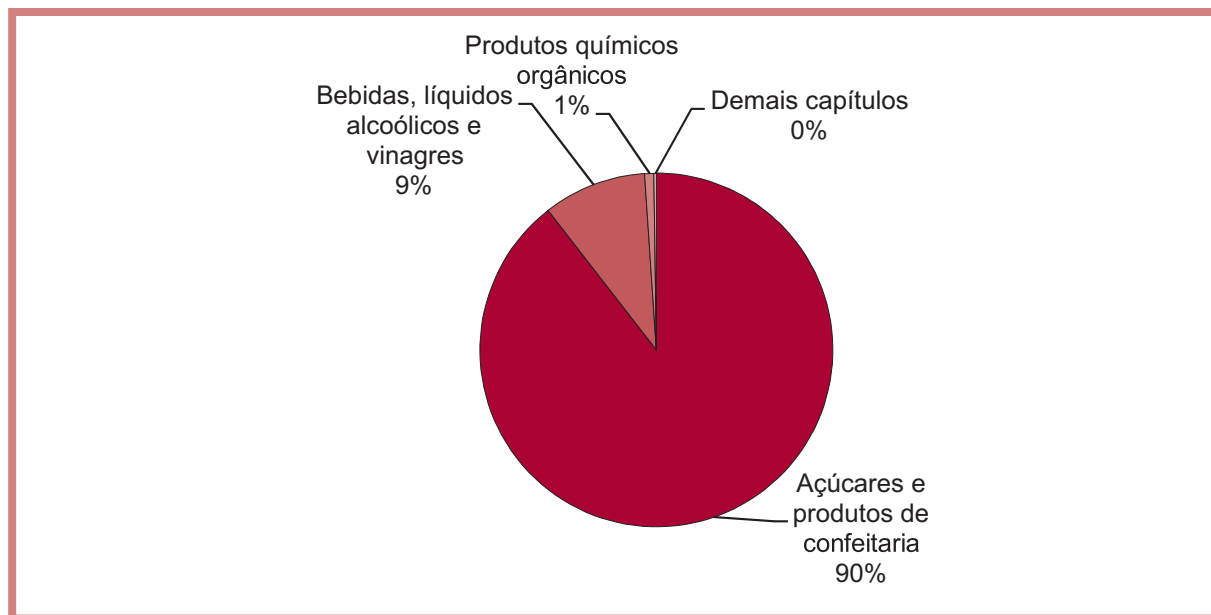


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

devido à queda da exportação açucareira da Índia³ e em decorrência da elevada cotação internacional do açúcar em bruto (28% em 2010), segundo a Bloomberg (2011), cuja remuneração acaba por ser maior do que a do açúcar refinado ou a do etanol.

De acordo com o Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool no Estado de Alagoas – Sindaçúcar (2011), a safra 2010/2011 de cana-de-açúcar no Estado, finalizada em abril de 2011, cresceu 16% em relação à anterior.

Bahia

No primeiro trimestre de 2011, a economia baiana exportou US\$ 2.040,9 milhões, o que equivale a 52% do total de todo o Nordeste. Registrou-se ligeira queda (1,2%) no faturamento, comparativamente aos três primeiros meses de 2010.

Com receita de US\$ 411,8 milhões, pasta de madeira e outras matérias fibrosas foi o principal capítulo exportado pela Bahia, alta de 10,5% em relação ao primeiro trimestre de 2010. No âmbito deste capítulo, o produto 'pasta química de madeira não conífera à soda' respondeu por 16,1% das exportações baianas.

Seguiram-se os capítulos combustíveis (US\$ 374,5 milhões), produtos químicos orgânicos (US\$ 233,8 milhões) e cobre e suas obras (US\$ 149,2 milhões), os quais, juntos, apresentaram declínio de receita superior a 16%.

Ainda assim, essa pauta de exportações levou a Petrobras (19,5%), a Bahia Sul Celulose (11,4%), a Paranapanema (8,4%) e a Braskem S/A (6,7%) a totalizar, juntas, 46% das exportações baianas, ou quase um quarto das vendas externas nordestinas.

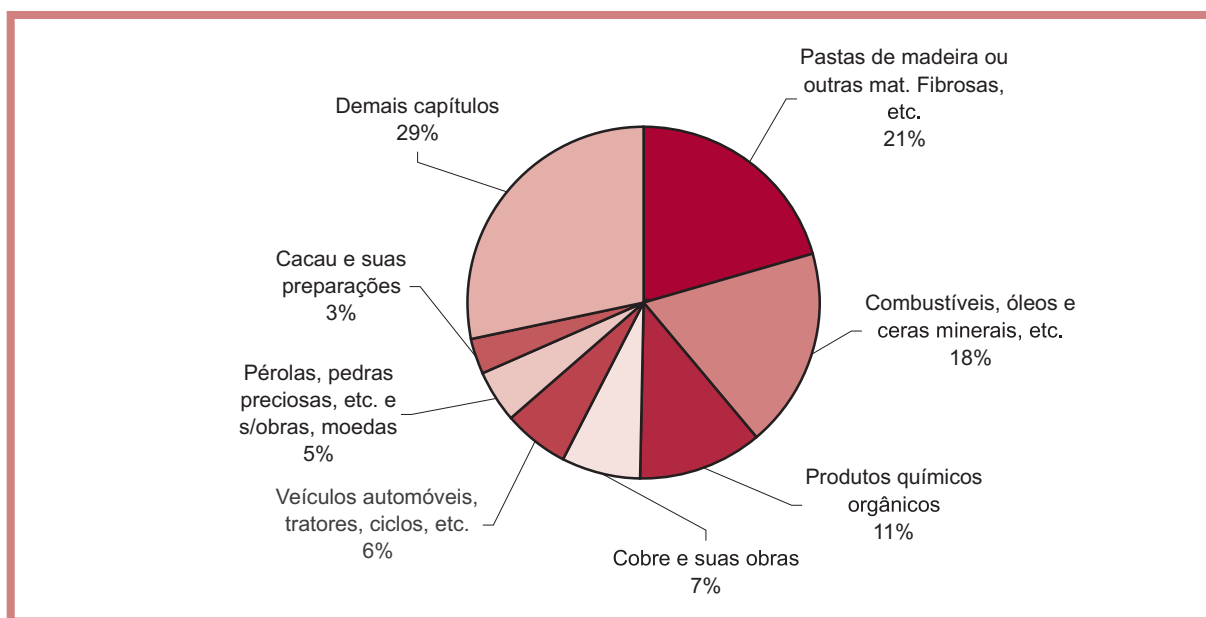


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3 De acordo com o Business Insider, embora as previsões apontem para uma produção de 25 milhões de toneladas de açúcar na Índia em 2011, o governo limitará as exportações em 500 mil toneladas, para que a demanda interna indiana venha a ser atendida. Considerando-se o comprometimento da produção de cana na Austrália e na Tailândia, apenas o Brasil deverá estar apto a suprir a demanda mundial por açúcar.

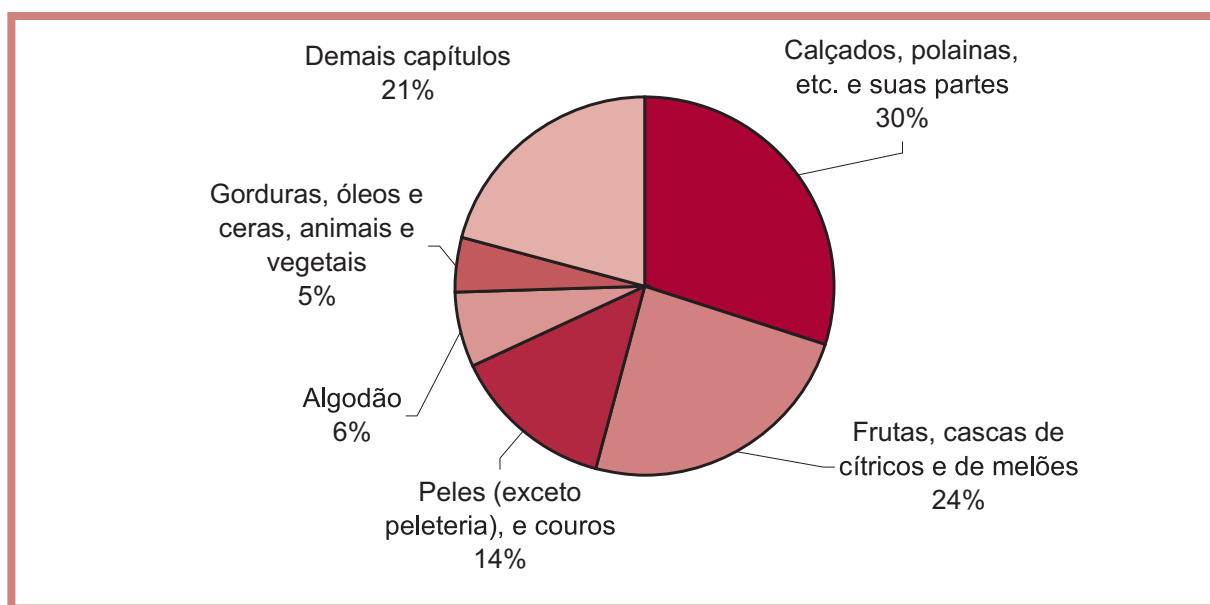


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Ceará

As exportações cearenses no primeiro trimestre de 2011 alcançaram US\$ 315,8 milhões, alta de apenas 0,8% sobre o mesmo período do ano passado. Desse total, US\$ 47,2 milhões correspondem à receita de exportação da Grendene, que levou o segmento de calçados a ganhar grande destaque na pauta total – US\$ 95 milhões de vendas, ainda que com declínio de 19,5%. Em seguida, ressalte-se o capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões, com vendas de US\$ 76,4 milhões e expansão de 6,3%.

Peles e couros (US\$ 43,5 milhões) apresentaram aumento de 6,6% nas exportações. A Cascavel Couros Ltda. foi a segunda maior empresa exportadora do Ceará no período, com US\$ 34 milhões.

O capítulo algodão, que abrange tecidos feitos com essa matéria-prima, totalizou US\$ 20,1 milhões em vendas externas, alta de 56,9%.

Maranhão

No período de janeiro a março de 2011, o Maranhão exportou US\$ 569 milhões, graças a uma pauta amplamente alicerçada na indústria de mineração. Dois dos três principais capítulos exportados pelo Estado registraram expressivos aumentos nas receitas: ferro fundido, ferro e aço (+97,6%) e produtos químicos inorgânicos (+64,5%).

Minérios, escórias e cinza (que se limita a um único produto – minérios de ferro aglomerados e seus concentrados) foi o principal capítulo exportado, com vendas externas de US\$ 204,8 milhões, significando um declínio de 63,3% no período em análise.

Paraíba

A Paraíba exportou o equivalente a US\$ 52,2 milhões no primeiro trimestre de 2011. O Estado também obteve um aumento das vendas externas de açúcar de cana em bruto, obtendo receita de US\$ 12,2 milhões com esse produto, ou seja, mais do dobro,

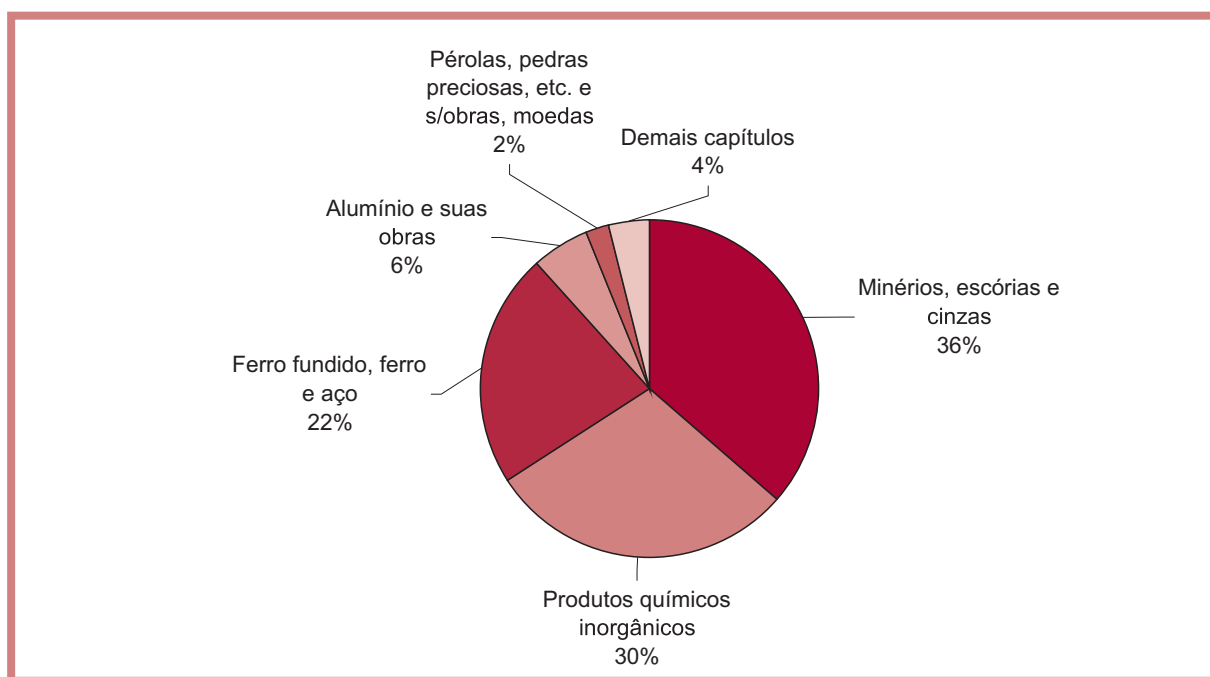


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

comparativamente ao primeiro trimestre de 2010. Desse total, US\$ 4,1 milhões foram exportados para a Espanha, US\$ 2,9 milhões se destinaram à Rússia e US\$ 2,3 milhões foram adquiridos pelo Reino Unido.

No primeiro trimestre de 2011, o açúcar foi o principal produto de exportação nordestino, totalizando US\$ 599 milhões (15% do valor de toda a pauta regional), distribuídos por Alagoas (78%), Pernambuco (19%),

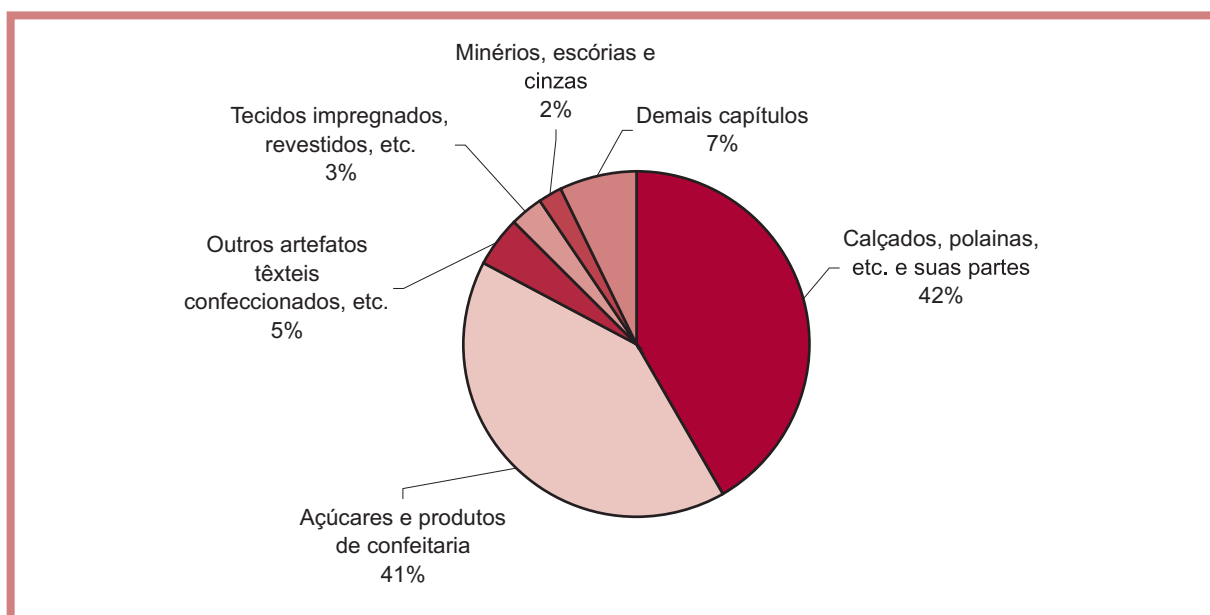


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Paraíba – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Paraíba (2%) e Sergipe (1%). A Rússia⁴ foi o principal destino, adquirindo 60% desse total, seguida por Portugal, com 10%. Esse resultado foi influenciado também pelo corte de dois terços na tarifa de importação sobre o açúcar em bruto na Rússia, com o objetivo de controlar a inflação do país.

Pernambuco

Pernambuco registrou, no primeiro trimestre de 2011, vendas externas no valor de US\$ 295,8 milhões, assinalando declínio de 3,2% relativamente a idêntico período do ano anterior.

Totalizando US\$ 185,2 milhões e concentrando 63% das exportações de Pernambuco, o capítulo açúcares e produtos de confeitaria teve incremento de apenas 2,3% em sua receita de vendas externas, em decorrência da conjunção simultânea de dois principais fatores: aumento do preço do açúcar no merca-

do internacional e decréscimo da quantidade exportada.

O capítulo plásticos e suas obras (US\$ 38,2 milhões) foi o segundo maior destaque do Estado, mesmo com queda de 5,9% nas receitas decorrente de queda nas quantidades exportadas.

Piauí

No Piauí, as vendas externas sofreram redução de 23,4% no primeiro trimestre de 2011, em comparação com idêntico período de 2010.

O desempenho negativo se deve à redução tanto dos preços médios quanto das quantidades exportadas. A queda poderia ter sido ainda maior, não fosse o significativo aumento das receitas provenientes da exportação dos seguintes capítulos: granitos cortados em blocos ou placas (800,2%), outros

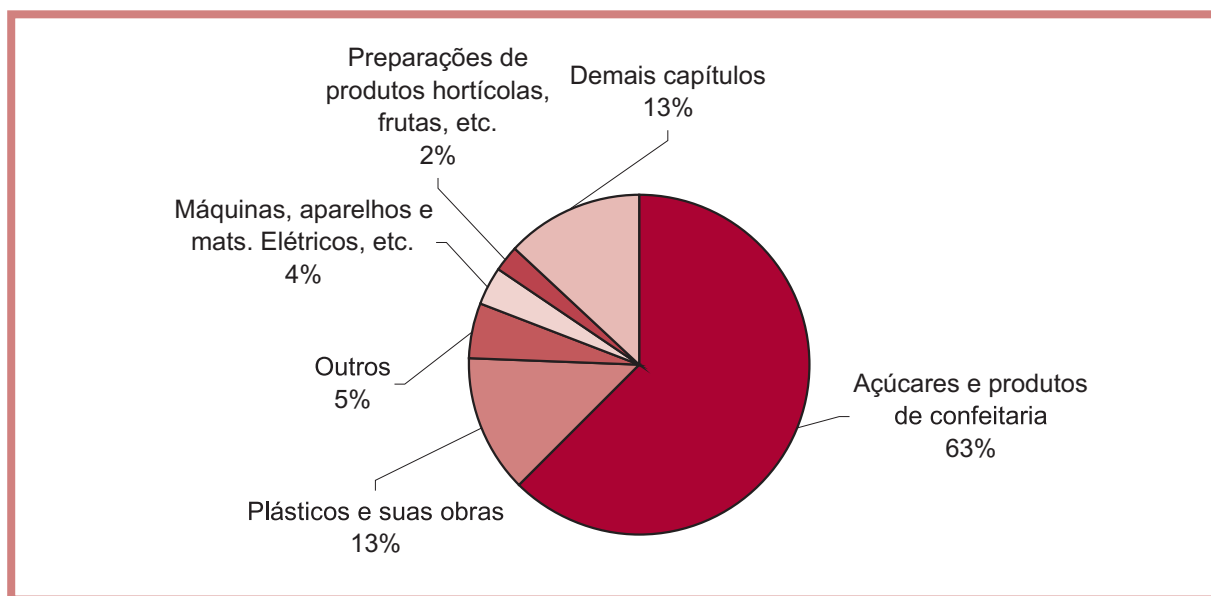


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Pernambuco – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

4 A Rússia é um dos maiores importadores mundiais de açúcar. O país importa o açúcar em bruto, processa e comercializa.

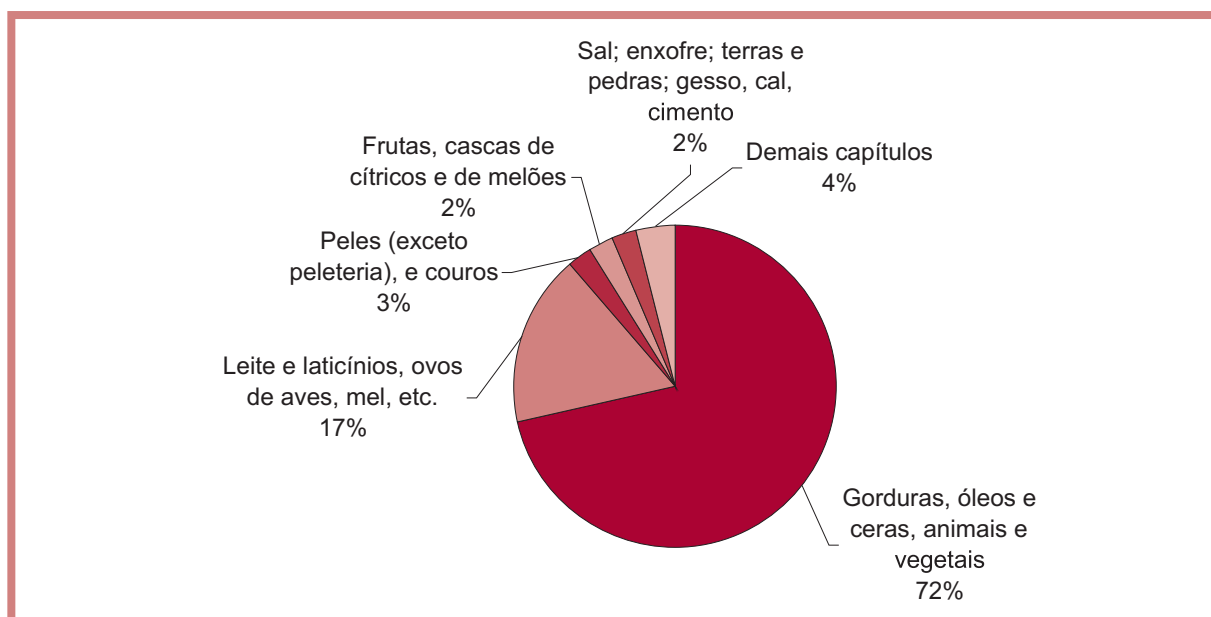


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

couros/peles, bovinos (incluídos búfalos) (273,7%) e mel natural (37,1%).

Rio Grande do Norte

O Rio Grande do Norte exportou US\$ 55,1 milhões, registrando-se uma concentração

de 53% no capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões, em que se destacam a castanha de caju (41%) e melões frescos (35%).

Essa concentração levou a Usibras – Usina Brasileira de Óleos e Castanha Ltda. a se tornar a maior empresa exportadora do Estado,

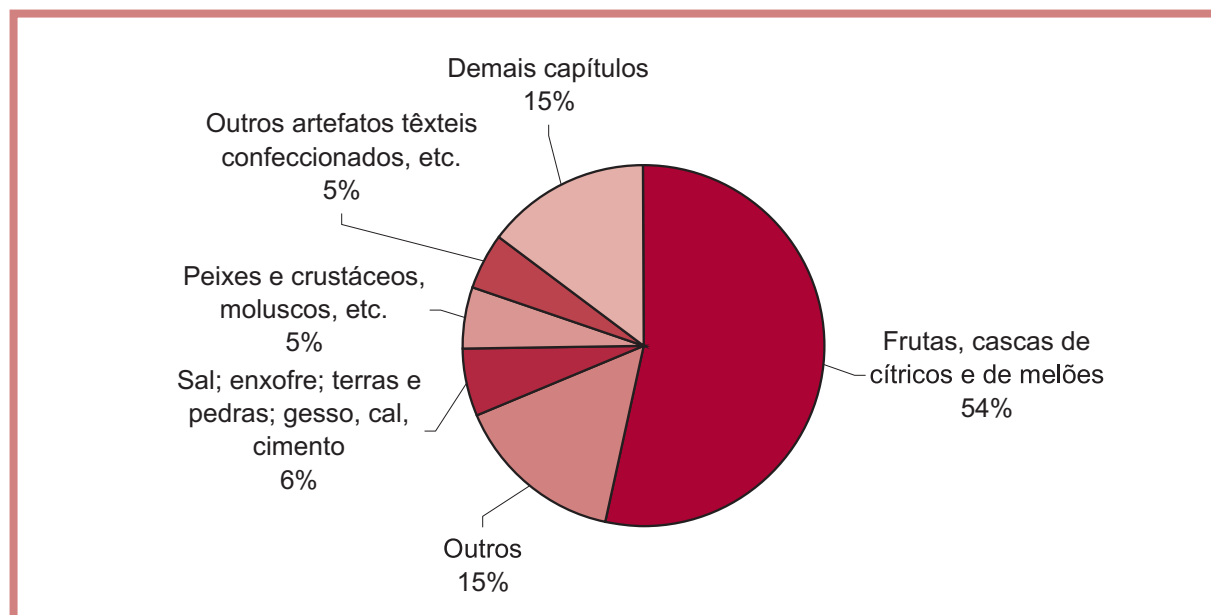


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

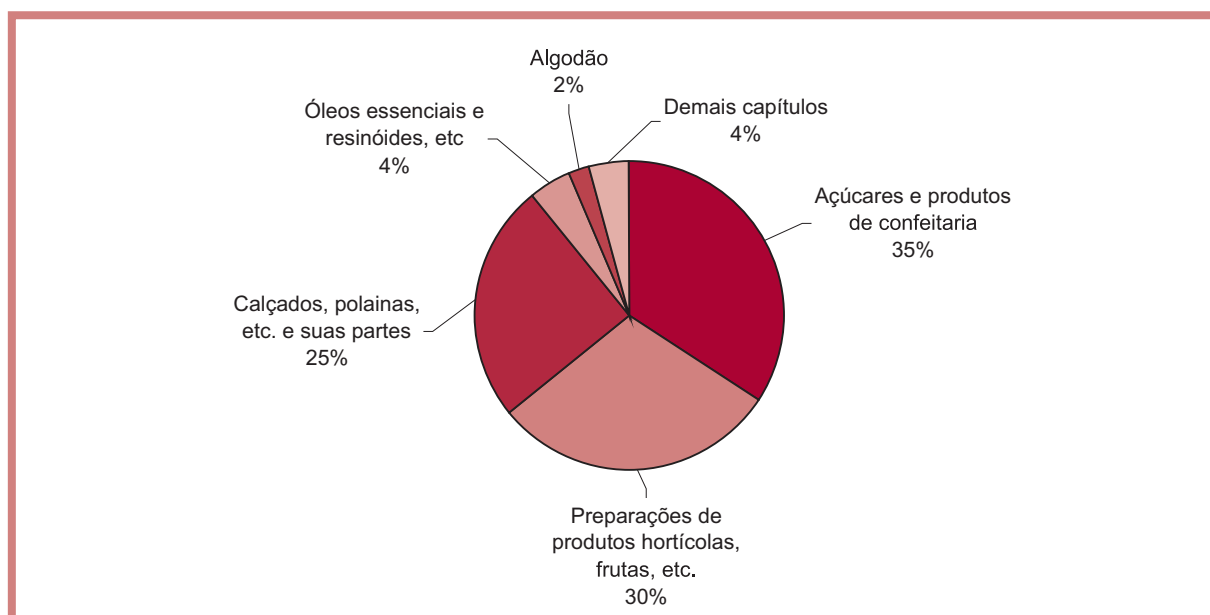


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Sergipe – Janeiro/Março de 2011

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

com participação em 15,7% da pauta. No ano anterior, esse posto era ocupado pela Cote Minas, exportadora de produtos têxteis, que possui como empresas controladas a Spring Global (EUA) e a Santanense.

Sergipe

As exportações de Sergipe atingiram a cifra de US\$ 26,8 milhões no período de janeiro a março de 2011, alta de 60% sobre o

mesmo período do ano passado. Destacou-se o aumento de 149,5% nas receitas do capítulo açúcares e produtos de confeitaria, o mais representativo na pauta exportadora do Estado. Sergipe também se beneficiou do aumento da demanda mundial pelo açúcar em bruto brasileiro, registrando vendas de US\$ 5 milhões. Em anos anteriores esse produto não vinha se destacando na pauta exportadora estadual.

5.2.2 - Quadro das Importações

As importações nordestinas somaram US\$ 4,3 bilhões, sendo US\$ 3,5 bilhões referentes a produtos manufaturados. De fato, a maior parte dos bens importados pelo Nordeste são insumos industriais (37,7%), seguidos de combustíveis e lubrificantes (24,6%).

As importações nordestinas têm apresentado significativas taxas de crescimento desde 2005. Todos os anos, à exceção de 2009 (fortemente influenciado pelo baixo desempenho da economia nacional), registraram expansão superior a 30%.

Assim, a expansão de 18% no primeiro trimestre de 2011, comparativamente a idêntico período de 2010, pode ser considerada abaixo da média dos últimos anos. Ressalte-se que em 2010 as exportações do Nordeste corresponderam a 7,9% das exportações brasileiras,

enquanto as importações da região representaram 9,6% das importações do país.

Em relação à origem das importações, 17,7% do total procederam dos EUA, 9,5% da China, 9% da Argentina, 7,4% da Índia 6,1% do Chile e 4,9% da Coreia do Sul, que, juntos, forneceram mais da metade dos produtos estrangeiros adquiridos pelo Nordeste.

Saliente-se que as taxas de crescimento das exportações e importações nordestinas apontam para previsões de déficit comercial no Nordeste em 2011. Estima-se que as

exportações nordestinas devem atingir US\$ 19,4 bilhões, enquanto as importações totalizariam US\$ 21,3 bilhões.

Colaboram para essas previsões a queda da rentabilidade das exportações, devido à apreciação da moeda nacional, e o aquecimento da demanda interna, dois importantes estimuladores das importações. Essas projeções foram realizadas considerando-se estimativas de exportações para o Brasil em 2011 da ordem de US\$ 246 bilhões, de importações em torno de US\$ 229 bilhões e projeção de taxa de câmbio média de R\$1,62/US\$.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Focus:** relatório de mercado, 20 abr. 2011. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/re-adout/R20110420.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

BLOOMBERG. **Sugar extends rally to 30-year high as worldwide demand outpaces supplies.** Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2010-12-28/sugar-futures-rally-reaching-30-year-high-as-global-use-outpaces-supply.html>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

BRASIL deve ditar ritmo de alta dos preços do açúcar em 2011. Disponível em: <http://www.faeg.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7831:brasil-deve-ditar-ritmo-de-alta-dos-precos-do-acucar-em-2011&catid=14:ultimas-noticias>. Acesso em: 24 abr. 2011a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2011b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2011c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011d.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2011e.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb.** Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2011f.

BUSINESS INSIDER. **The world craves sugar but India says no to exporting its surplus.** Disponível em: <<http://www.businessinsider.com/india-sugar-supply-exports-2011-1#ixzz1KjEnyAE>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

FUNCEX. **Boletim de Comércio Exterior**, ano XV, n. 03, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.funcex.com.br/material/boletins/bolcomex/BCE11.03.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

IMF. **World Economic Outlook**, abril 2011. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2011/01/index.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2011.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL DO ESTADO DE ALAGOAS (SINDIACÚCAR-AL). **Safra 10/11**: 20 dias para fim da moagem. Disponível em: <<http://www.sindicucar-al.com.br/historico.htm>>. Acesso em: 27 abr. 2011.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Arrecadação de ICMS

A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), no Brasil, cresceu 13,3% em 2010, quando comparada aos valores de 2009, conforme visualizado na Tabela 1. O crescimento real¹ foi da ordem de 7,5%, igual ao do PIB, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu, no mesmo período, 14,4% em termos reais ou 20,6% nominais.

Tomando-se por base a arrecadação de ICMS como uma “proxy” para a atividade de comércio e serviços, espera-se um crescimento do PIB nordestino, nesse setor, acima da média nacional.

Caso não ocorram diferenças negativas relevantes na agropecuária e na indústria da região, os dados reforçam as previsões do BNB/Etene de que o PIB do Nordeste ficará em torno dos 8,3%². A equipe de conjuntura

prevê para 2011 uma arrecadação de ICMS na região em volta dos R\$ 44 bilhões.

No período 2004-2009, a arrecadação de ICMS no Nordeste correspondeu a 14,7% do total do país. Apenas em 2006, a proporção chegou a 15,1%. Em 2010, a relação aumentou para 15,7%, em função da diferença de crescimento das arrecadações.

O setor terciário, que responde por quase metade da arrecadação do ICMS (47%), assi-

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS

Estados/ Região	Janeiro - Dezembro			Participação % em 2010
	2009	2010	Var. %	
Alagoas	1.697	2.080	22,6	0,8
Bahia	10.143	12.143	19,7	4,7
Ceará	5.134	6.149	19,8	2,4
Maranhão	2.515	2.948	17,2	1,1
Paraíba	2.101	2.526	20,2	1,0
Pernambuco	6.866	8.411	22,5	3,2
Piauí	1.587	1.920	20,9	0,7
Rio Grande do Norte	2.417	2.842	17,6	1,1
Sergipe	1.432	1.852	29,3	0,7
Nordeste	33.893	40.870	20,6	15,7
Brasil	229.381	259.857	13,3	100,0

Fonte: BRASIL, 2011a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

1 O índice utilizado foi o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas (índices médios de 2010 e 2009).

2 A previsão do BNB/Etene, para o crescimento do PIB brasileiro, em 2010, de 7,5%, se confirmou plenamente.

nalou incremento de 20,9% no período, sendo o principal fator do crescimento de 20,6% da arrecadação total do tributo. No âmbito do setor terciário, observam-se evoluções substanciais das arrecadações do comércio varejista (26,4%) e do comércio atacadista (23,9%). O comércio responde por 69% da arrecadação do setor terciário.

Dos três setores econômicos, o primário foi o que registrou o maior crescimento proporcional de ICMS, da ordem de 25,4%, porém com pouca representatividade, devido à sua tímida participação na arrecadação total do tributo (2%).

Cabe ressaltar o expressivo incremento observado em dois itens da arrecadação: Dívida Ativa (163%) e Outras Fontes de Receita. Apesar da inexpressiva participação do primeiro item na arrecadação total do ICMS

(1%), o significativo crescimento proporcional da arrecadação relacionada à rubrica indica o grande esforço de recuperação de dívidas por parte dos estados.

Em 2010, Sergipe foi o estado que registrou o maior avanço proporcional da arrecadação de ICMS, da ordem de 29,3%. A arrecadação do seu setor varejista cresceu 48,5%, enquanto as da Dívida Ativa e de Outras Fontes de Receita se expandiram em 1.202% e 463%, respectivamente. O montante propiciado por esses dois segmentos juntos corresponde a 28% do total de ICMS arrecadado em Sergipe.

O Maranhão apresentou o menor crescimento proporcional na arrecadação do ICMS. A principal causa disso foi o baixo desempenho (4,5%) do setor secundário, que representa 17% da arrecadação total do ICMS no Estado.

6.2 - Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação.³ A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os valores das transferências constitucionais (FPE e FPM) distribuídos no país neste primeiro trimestre foram, nominalmente, 34% superiores aos de idêntico período de 2010. O crescimento real⁴ foi de 20,5%.

O crescimento da arrecadação da União, especificamente do IR e do IPI, nos três primeiros meses de 2011, explica o aumento

das transferências. A expansão da arrecadação do IR e do IPI está diretamente relacionada ao nível de atividade econômica, que se manteve aquecida durante todo o ano passado e no começo deste.

Na conjuntura atual, as pressões inflacionárias já foram assimiladas pelas instituições pertinentes do Governo Federal, que,

3 Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

4 Foi utilizado o IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas (índices médios dos 1^{os} trimestres de 2010 e 2011).

Tabela 2 – Fundo de Participação dos Estados – Nordeste

R\$ Milhões

Estado/Região	1º Trimestre		Previsão 2011
	2010	2011	
Alagoas	377	505	2.102
Bahia	851	1.140	4.748
Ceará	664	890	3.707
Maranhão	654	876	3.647
Paraíba	434	581	2.420
Pernambuco	625	837	3.486
Piauí	391	524	2.183
Rio Grande do Norte	378	507	2.111
Sergipe	376	504	2.100
Nordeste	4.750	6.364	26.504
Brasil	9.054	12.136	50.526

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etене de Conjuntura Econômica.

no âmbito das medidas de controle, utilizaram políticas fiscais restritivas em grande escala, entre elas o fim das desonerações concedidas como medida anticíclica, o que também reflete no crescimento da arrecadação do IPI.

Segundo o Banco Central (BACEN, 2011), até março deste ano as arrecadações de IR e IPI apresentaram crescimento real de 14% e 20,3%, respectivamente, na comparação com o primeiro trimestre de 2010.

Os recursos do FPE transferidos aos estados do Nordeste somaram R\$ 6,4 bilhões no

primeiro trimestre de 2011, valor que corresponde a 24% do montante previsto para todo o ano, como mostra a Tabela 2.

As transferências do FPM para os estados nordestinos no primeiro trimestre de 2011 totalizaram R\$ 4,5 bilhões, o que equivale a 22,8% do montante previsto para todo o ano. Esse valor é 33,8% superior ao transferido no primeiro trimestre de 2010, conforme ilustrado na Tabela 3.

Como se pode visualizar na Tabela 3, as transferências do FPM para os municípios do Piauí no primeiro trimestre de 2011 cresce-

Tabela 3 – Fundo de Participação dos Municípios – Nordeste

R\$ Milhões

Estado/Região	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	Previsão 2011	Variação 2011/2010 (%)	Realização em 2011 (%)
Alagoas	226	302	1.321	33,6	22,8
Bahia	860	1.164	5.078	35,3	22,9
Ceará	495	661	2.901	33,5	22,8
Maranhão	395	528	2.322	33,5	22,7
Paraíba	306	410	1.798	34,0	22,8
Pernambuco	476	637	2.803	33,8	22,7
Piauí	251	323	1.472	28,7	21,9
Rio Grande do Norte	239	320	1.404	33,9	22,8
Sergipe	138	184	808	33,3	22,8
Nordeste	3.385	4.529	19.907	33,3	22,8
Brasil	9.475	12.700	55.926	34,0	22,7

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etене de Conjuntura Econômica.

ram 28,7% quando comparadas às de idêntico período de 2010, proporcionalmente menos, portanto, que os 34% da média do Brasil como um todo. A participação dos municípios desse estado no total de transferências do FPM previsto para 2011, correspondente a 2,63%, não chegou a se concretizar no primeiro trimestre, deixando-se de repassar aproximadamente R\$ 11 milhões.

Contraopondo-se às dificuldades registradas no Piauí, os municípios baianos apresentaram participação 0,1% superior à prevista, o que fez o FPM da Bahia registrar o maior crescimento proporcional da região (35,3%). Esses movimentos ficam ainda mais claros, quando se observam os valores do FPM transferidos para Salvador e Teresina, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – PMC – Fundo de Participação dos Municípios – Capitais do Nordeste

R\$ Milhões

Estado/Região	1º Trimestre 2010	1º Trimestre 2011	Previsão 2011	Variação 2011/2010 (%)	Realização em 2011 (%)
Maceió	50	66	283	32,0	23,3
Salvador	71	106	407	49,3	26,0
Fortaleza	99	132	566	33,3	23,3
São Luís	50	66	283	32,0	23,3
João Pessoa	40	53	226	32,5	23,5
Recife	56	74	317	32,1	23,3
Teresina	50	53	283	6,0	18,7
Natal	32	42	181	31,2	23,2
Aracaju	25	34	145	36,0	23,4
Nordeste	472	626	2691	32,6	23,3
Brasil	948	1270	5581	34,0	22,8

Fonte: BRASIL, 2011b. Elaboração: Equipe BNB/Etене de Conjuntura Econômica.

6.3 - Transferências Voluntárias

Em 2010, o Governo Federal realizou transferências voluntárias no montante de R\$ 13,9 bilhões, alta de 60,4% comparativamente a 2009. Do valor total voluntariamente transferido, 57,1% beneficiaram diretamente os municípios, enquanto a outra parte (42,9%) foi alocada nos estados e no Distrito Federal.

De todo o montante de transferências voluntárias da União, R\$ 6,3 bilhões destinaram-se aos estados e aos municípios do Nordeste, valor equivalente a 45,3%. O total recebido pela região em 2010 foi 76,6% maior que o de 2009. Todas as regiões brasileiras obtiveram crescimento relevante nas transferências voluntárias em 2010 quando

comparadas às de 2009. Cabe ainda destacar o significativo crescimento das transferências para o Sudeste, da ordem de 74,3% na mesma base de comparação.

A Tabela 5 mostra a evolução do fluxo de transferências voluntárias de 2009 para 2010 para as Unidades da Federação e municípios.

Tabela 5 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União em 2010

R\$ mil

Região	Município/Ano/Valor		UF/Ano/Valor		Total				
	2009 (A)	2010 (A)	2009 (B)	2010 (B)	2009 (A+B)	part %	2010 (A+B)	Part Variação 2010/2009 (%)	10/09 Variação 2010/2009 (%)
Norte	554.665	743.691	450.367	663.739	1.005.032	11,6	1.407.430	10,1	40,0
Nordeste	2.282.163	3.186.763	1.310.186	3.158.902	3.592.349	41,3	6.345.665	45,5	76,6
Alagoas	137.113	189.102	68.862	628.512	205.975	5,7	817.614	12,9	296,9
Bahia	627.032	926.645	205.541	446.917	832.573	23,2	1.373.562	21,6	65,0
Ceará	374.693	531.231	169.498	374.638	544.191	15,1	905.869	14,3	66,5
Maranhão	263.756	381.239	175.007	180.201	438.763	12,2	561.440	8,8	28,0
Paraíba	187.186	239.409	89.634	159.032	276.820	7,7	398.441	6,3	43,9
Pernambuco	330.660	446.630	242.389	876.579	573.049	16,0	1.323.209	20,9	130,9
Piauí	134.993	186.265	189.988	226.543	324.981	9,0	412.808	6,5	27,0
Rio Grande do Norte	147.888	184.227	98.966	148.230	246.854	6,9	332.457	5,2	34,7
Sergipe	78.841	102.015	70.300	118.251	149.141	4,2	220.266	3,5	47,7
Sudeste	1.363.398	2.359.206	752.111	1.327.133	2.115.509	24,3	3.686.339	26,4	74,3
Sul	634.256	1.201.808	697.967	459.081	1.332.223	15,3	1.660.889	11,9	24,7
Centro-Oeste	337.057	476.192	314.682	372.316	651.739	7,5	848.508	6,1	30,2
Total	5.171.539	7.967.660	3.525.313	5.981.171	8.696.852	100,0	13.948.831	100,0	60,4

Fonte: BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

O expressivo crescimento das transferências voluntárias da União para Alagoas (296,9%) e Pernambuco (130,9%), na comparação de 2010 com 2009, deve-se ao aporte de R\$ 833 milhões pelo Ministério da Integração Nacional, devido às inundações que atingiram fortemente esses dois estados. Cabe salientar, também, que em 2010 a região recebeu 50% das transferências voluntárias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o que representou crescimento proporcional de 23,3% em relação a 2009.

O Ministério da Educação (MEC) foi o principal responsável pelo aumento da injeção de recursos nas regiões, via transferências

voluntárias, respondendo por 62% do valor total transferido em 2010, o que significou crescimento de 108% em relação às transferências de 2009. O Brasil Escolarizado destacou-se como o principal programa em aporte de recursos.

A Tabela 6 acrescenta informações acerca do fluxo de transferências voluntárias de órgãos expedidores selecionados. Cabe explicar que o desempenho abaixo da média, apresentado por Maranhão e Piauí, deve-se à interrupção das transferências provenientes do Ministério da Integração Nacional, que, em 2009, foi responsável pelo repasse de valores substanciais.

Tabela 6 – Variação (%) dos Fluxos de Transferências Voluntárias de Órgãos Selecionados para o Nordeste em 2010

Região	Ministério da Educação		Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome		Ministério da Integração Nacional		Total de Transferências Voluntárias
	Variação (%) 2010/2009	Participação Relativa (%)	Variação (%) 2010/2009	Participação Relativa (%)	Variação (%) 2010/2009	Participação Relativa %	Variação (%) 2010/2009
Nordeste	108,0	61,7	23,3	15,6	127,8	13,1	76,6
Alagoas	190,7	39,6	33,9	9,3	6530,7	40,5	296,9
Bahia	100,6	71,8	17,2	14,3	16,3	9,9	65,0
Ceará	123,7	72,2	25,1	18,4	-66,2	1,5	66,5
Maranhão	77,0	72,4	16,4	21,5	-95,4	0,7	28,0
Paraíba	86,5	60,7	35,3	32,9	-59,5	0,6	43,9
Pernambuco ¹	144,0	54,1	24,7	13,6	-	24,7	130,9
Piauí	105,2	67,7	21,6	17,0	-55,0	10,6	27,0
Rio Grande do Norte	62,4	63,4	24,8	23,6	-82,1	1,4	34,7
Sergipe	53,2	55,7	11,6	19,5	81,8	9,1	47,7

Fonte: BRASIL, 2011c. Elaboração: Equipe BNB/Etене de Conjuntura Econômica.

¹ O Ministério da Integração Nacional informou valor transferido para Pernambuco igual a zero em 2009, o que impossibilita o cálculo da variação.

6.4 - Aplicação dos Bancos Federais no Nordeste no Período 2009-2011

As aplicações previstas pelos agentes oficiais de fomento, para 2011, foram definidas em consonância com as prioridades e metas da administração federal e com as disposições da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO de 2011)⁵.

A Tabela 7 apresenta as aplicações de 2010 e a programação para 2011. Verificando-se a programação para o Brasil, constata-se que a meta de aplicação está compatível com a política monetária executada pelo Governo Federal, principalmente em suas medidas macroprudenciais. Há a expectativa de que o crédito total, abrangendo recursos livres e direcionados, cresça entre 13% e 15%. A intenção é reduzir a demanda agre-

gada associada ao consumidor, de forma a manter a projeção do PIB por volta dos 4,5%. As aplicações previstas para 2011 superam em 10,5% as aplicações realizadas em 2010.

O prazo médio de recebimento de empréstimos (Pmr) – que mede o número de dias necessários para o recebimento do saldo médio aplicado – do Nordeste é superior ao das demais regiões, devido às operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econô-

⁵ Os valores de fluxo das aplicações foram apurados pelas agências financeiras segundo o critério de variação de saldo dos empréstimos e financiamentos, consideradas as apropriações de juros e outros encargos não liquidados, deduzidas as amortizações.

Tabela 7 – Aplicações em Operações de Crédito por Região – R\$ Milhões

Região	Saldo em 31.12.2009	2010					2011			
		Concedidas	Recebidas	Saldo em 31/12	Var. % ¹	Pmr	Programação ²	1º Bimestre	Pr (%)	Var. % ³
Norte	44.481	37.895	24.033	58.343	31,2	488	47.723	5.851	12,3	25,9
Nordeste	120.757	87.675	66.100	142.332	17,9	540	130.771	18.324	14,0	49,2
Sudeste	395.184	362.360	223.246	534.298	35,2	462	353.129	69.529	19,7	-2,5
Sul	128.472	118.162	89.119	157.515	22,6	436	133.484	19.854	14,9	13,0
Centro-Oeste	76.165	61.504	47.483	90.186	18,4	487	72.701	11.743	16,2	18,2
Brasil	765.059	667.596	449.981	982.674	28,4	471	737.808	125.301	17,0	10,5

Fonte: BRASIL, 2011a.. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Pmr = estimativa do número de dias em que o saldo médio será recebido.

1. Variação percentual entre os saldos de 2009 e 2010.

2. Programação do ano.

3. Variação percentual entre a programação de 2011 e as operações de crédito realizadas em 2010.

mico e Social (BNDES) e, principalmente, às do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), ambos voltados para o financiamento de operações de longo prazo. O BNDES registra, na região Nordeste, Pmr de 793 dias, enquanto o do BNB chega a 1.340 dias. O Pmr do Banco do Brasil (BB) e o da Caixa Econômica Federal (CEF) são calculados em aproximadamente 300 dias.

As aplicações do BNB, em 2010, representam 28% do saldo das operações de crédito da região nordestina. É a instituição de fomento oficial com o segundo maior saldo em aplicações, atrás somente do BNDES (incluindo as operações da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame), que detém 33% do saldo das operações.

Quando se analisa o destino das aplicações, no mesmo ano em referência, nota-se que as aplicações do BNB estão diretamente associadas às atividades produtivas, incluindo-se os segmentos rural, industrial e comercial. Os saldos do banco nos três setores, com relação ao saldo total, no final de 2010, foram de 43%, 29% e 13%, respec-

tivamente. Cabe ainda salientar que o BNB concentra aproximadamente 82% do saldo das aplicações no setor rural no Nordeste em 2010. O restante cabe ao Banco do Brasil.

O BNDES e o BNB detêm proporções relevantes do saldo das aplicações no setor industrial, chegando a 54% e 34%, respectivamente. No tocante ao financiamento do setor comercial, 41% do saldo das operações são oriundos do BNB, enquanto o BB responde por 42%.

Quanto ao porte do tomador do financiamento, na região Nordeste observa-se que 45% do saldo ao final de 2010 eram destinados a grandes empreendimentos, enquanto 39% beneficiavam os microempreendimentos⁶. O BNDES aporta recursos essencialmente para grandes projetos, uma vez que 83% do seu saldo no Nordeste, no final de 2010, encontravam-se alocado nesse segmento. O BNB, por sua vez, tinha 51% do seu saldo alocados para os grandes empreendimentos ao final de 2010. Por outro lado, 54% do saldo das aplicações para os médios empreendimentos são provenientes de recursos do BNB.

6 Onde são alocados os empréstimos de curto prazo das agências oficiais de fomento, principalmente BB e CEF, que, geralmente, não estão associadas a atividades produtivas.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: abr. 2011a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso: Abr. 2011b.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp>. Acesso: Abr. 2011c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento de Investimento 2010 e 2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: abr. 2011d.

7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 - Panorama Geral

Ultimamente o cenário econômico nacional vem sendo marcado por duas questões fundamentais. A primeira, certa pressão inflacionária, derivada das variações de preços dos alimentos e de *commodities*, pela expansão do crédito e pelo aquecimento da economia. A segunda, a permanência de valorização do real frente ao dólar norte-americano, motivada pelo afluxo crescente de moeda estrangeira. Para tentar frear esse ingresso de dólares, o Ministério da Fazenda acaba de elevar, de 1,5% para 3%, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente sobre operações de crédito para pessoas físicas (exceto empréstimo imobiliário), objetivando conter a expansão do crédito e do consumo.

A equipe econômica também está preocupada com a enxurrada de dólares que inundou o país nos primeiros três meses, cujo volume ultrapassou em quase 50% o saldo observado ao longo de 2010. Para combater seus efeitos sobre a valorização da taxa de câmbio, os empréstimos tomados no exterior, agora com prazos de pagamento de até dois anos, passaram a ser taxados com IOF (alíquota atual 6%). Entretanto, a gênese do problema continua inalterada: a grande diferença entre os juros internos e os externos, o que tem estimulado fortemente as empresas e bancos, nacionais e estrangeiros, a trazer recursos do exterior para aplicar internamente, obtendo grande lucratividade em suas operações.

Diante desses sinais de alerta, outras medidas macroprudenciais também vêm sendo adotadas. A taxa básica de juros (Selic) já foi aumentada duas vezes neste ano, assim como

foram ampliados os recolhimentos compulsórios e os encaixes obrigatórios, de maneira que o saldo do volume recolhido ao Banco Central, que no final de novembro de 2010 havia alcançado R\$ 315,5 bilhões, aumentou para R\$ 400,9 bilhões no final de março último, significando que R\$ 85,4 bilhões foram retirados de circulação no intervalo de apenas quatro meses.

Essas medidas objetivam conter a expansão do crédito, que no período de 2004 a 2010 cresceu a uma taxa média de 22,6% ao ano. Por outro lado, há a expectativa de que as medidas de política monetária apresentem maior eficiência, devido à proporção razoável já apresentada pelo estoque de crédito em relação ao Produto Interno Bruto – PIB (46,5%). Nesse contexto, o Banco Central admite como resultado satisfatório um crescimento de 15% no saldo das operações de crédito no corrente ano.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

Nos dois primeiros meses do corrente ano, a evolução do crédito foi condicionada, em certa medida, por fatores sazonais e pelos efeitos das medidas macroprudenciais implementadas em dezembro de 2010. De acordo com o Relatório de Inflação do Banco Central do Brasil (2011e), segundo a referida fonte, no segmento de pessoas jurídicas prevaleceu o aspecto sazonal, expresso em expansão do crédito nos últimos meses de 2010, seguida de arrefecimento em janeiro e fevereiro. No segmento de pessoas físicas, o aumento das taxas de juros incidentes sobre as contratações de prazos mais longos resultou em significativa contenção das concessões a partir de dezembro, notadamente nos financiamentos de veículos e no crédito consignado.

No final de fevereiro, as operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹ registraram saldo de R\$ 1.738,1 bilhões, consideradas as operações financiadas com recursos livres e direcionados, representando um aumento de 1,3% sobre o mês anterior e de 21% no período de 12 meses, segundo informações fornecidas pelo Banco Central (BACEN, 2011a). Em função desse desempenho, a proporção do estoque do crédito em relação ao PIB, que em fevereiro de 2010 era de 44,1%, elevou-se para 46,5% em fevereiro de 2011.

O estoque de crédito financiado com recursos livres, que corresponde a cerca de dois terços do total, alcançou R\$ 1.135,5 bilhões no final de fevereiro, registrando-se um aumento de 17,8% no período de 12 meses. Por outro lado, as operações lastreadas em recursos direcionados (baseadas em recursos compulsórios ou governamentais)

alcançaram R\$ 602,6 bilhões, exibindo uma expansão de 27,5% no período considerado, impulsionadas pelo significativo crescimento dos empréstimos habitacionais (50,9%), tendo como pano de fundo o comportamento do programa *Minha Casa Minha Vida*, e pelo incremento das operações financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (25,4%).

Nesse contexto de expansão do crédito, vale mencionar o comportamento exibido pela banca privada, que começa a apresentar um ritmo de crescimento parecido com aquele da situação pré-crise de 2008. Dessa forma, nos 12 meses terminados em fevereiro último, a expansão das operações de crédito dos bancos privados alcançou 20,6%, um pouco inferior à taxa de expansão registrada pelos bancos públicos (21,6%). Como se recorda, durante a crise financeira inter-

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento formado pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. Em janeiro de 2011, as operações de crédito do Sistema Bancário correspondiam a 87,9% do total do Sistema Financeiro Nacional.

Tabela 1 – BRASIL – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – Fevereiro de 2010 e 2011

R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Fevereiro		Variação	Participação	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2010	2011	Nominal	Fev/11, %	fev/10	fev/10
1. Usos dos Recursos	1.436.262	1.738.119	21,0	100,0	44,1	46,5
1.1. Setor Público	60.740	68.186	12,3	3,9	1,9	1,8
Governo Federal	34.831	34.620	-0,6	2,0	1,1	0,9
Governo Est. e Mun.	25.909	33.566	29,6	1,9	0,8	0,9
1.2. Setor Privado	1.375.522	1.669.933	21,4	96,1	42,2	44,7
Indústria	306.552	366.263	19,5	21,1	9,4	9,8
Habitação	97.001	146.369	50,9	8,4	3,0	3,9
Rural	114.088	125.614	10,1	7,2	3,5	3,4
Comércio	137.364	174.020	26,7	10,0	4,2	4,7
Pessoas Físicas	470.587	561.231	19,3	32,3	14,4	15,0
Outros Serviços	249.930	296.436	18,6	17,1	7,7	7,9
2. Fontes dos Recursos	1.436.262	1.738.119	21,0	100,0	44,1	46,5
2.1. Livres	963.566	1.135.508	17,8	65,3	29,6	30,4
2.2. Direcionados ⁽²⁾	472.696	602.611	27,5	34,7	14,5	16,1
BNDES	289.493	363.035	25,4	20,9	8,9	9,7
Outros	183.203	239.576	30,8	13,8	5,6	6,4
3. Controle de Capital	1.436.262	1.738.119	21,0	100,0	44,1	46,5
3.1. Instituições Privadas	837.341	1.009.847	20,6	58,1	25,7	27,0
3.2. Instituições Públicas	598.921	728.272	21,6	41,9	18,4	19,5

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011a.

(1) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

(2) Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

nacional, os empréstimos concedidos pelos bancos oficiais experimentaram grande expansão, como estratégia governamental anticíclica e também para compensar o menor crescimento das operações dos bancos privados, que naquela ocasião exibiam considerável aversão ao risco.

No final de fevereiro, o saldo das operações de crédito destinadas ao setor privado havia atingido o montante de R\$ 1.670 bilhões, correspondente a 96,1% do total, exibindo uma expansão de 21,4%, no período de 12 meses. Nesse grupo, destacaram-se os aumentos dos empréstimos concedidos ao comércio (26,7%), sobressaindo-se as concessões para os setores de automóveis, produtos agropecuários, lojas de departamentos; e a indústria (19,5%), com relevância

para os ramos de energia, química, metalurgia e siderurgia. E, também, o aumento registrado pelas operações contratadas pelas pessoas físicas (19,3%), refletindo em grande medida o comportamento dos empréstimos concedidos para aquisição de veículos e do crédito consignado. O saldo das operações de crédito destinadas ao setor público alcançou R\$ 68,2 bilhões, apresentando um incremento de 12,3%, no período analisado.

Vale destacar, ainda, que a expansão dos empréstimos foi também acompanhada por uma melhora na qualidade do crédito. Assim, a taxa de inadimplência, definida pela proporção das operações com atraso superior a 90 dias sobre o valor total do crédito, caiu de 4,2%, em fevereiro de 2010, para 3,2%, em fevereiro último. Da mesma forma, também

se registrou uma queda no volume total de provisões para créditos duvidosos constituídas pelo sistema financeiro (de R\$ 97,7 bilhões, para R\$ 95,9 bilhões), que, em relação ao estoque total de crédito, caiu de 6,8% para 5,5% entre os dois momentos considerados.

Nas operações referenciais para taxas de juros com recursos livres, o custo do dinheiro para empréstimos a pessoas jurídicas apresentou maior elevação, passando de 25,9% a.a., em fevereiro de 2010, para 30,7% a.a., em fevereiro do corrente ano. No mesmo período, a taxa de juros cobrada nas operações de crédito para pessoas físicas elevou-se de 42% a.a., para 43,8% a.a. Na verda-

de, a maior elevação dos juros, para as duas modalidades de crédito, aconteceu nos dois primeiros meses de 2011. A taxa de *spread* (diferença entre os juros de aplicação e os de captação de recursos) acompanhou a subida dos juros e também foi elevada no período, passando de 24,4 pontos percentuais (p.p.) para 26,1 p.p., na média, para as operações destinadas às pessoas físicas e jurídicas. Esses movimentos para cima refletiram os impactos das medidas macroprudenciais dos aumentos dos recolhimentos compulsórios e do requerimento de capital em operações de longo prazo com pessoas físicas, bem como as duas elevações na taxa Selic ocorridas no primeiro trimestre do corrente ano.

7.3 - Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

O estoque de crédito do sistema financeiro nordestino² no final de janeiro de 2011 atingiu R\$ 193,4 bilhões, registrando-se um crescimento de 2% na margem (sobre o mês imediatamente anterior) e de 31,4% no período de 12 meses, segundo informações fornecidas pelo Bacen (2011b). Convém salientar que o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste exibiu a maior taxa de expansão no país, nessa última base de confronto, superando os índices apresentados pelas regiões Norte (31%), Sul (23%), Sudeste (21,3%) e Centro-Oeste (20,3%), resultado que há mais de um ano vem se repetindo mensalmente.

Em decorrência desse resultado, a participação das operações de crédito no total do PIB da região, que em janeiro de 2010 havia totalizado a marca de 35,7%, subiu para 40,5%, segundo estimativa da equipe de conjuntura do BNB/Etene. Entretanto, essa participação nordestina continua um pouco abaixo do índice nacional (46,5%), pondo em

destaque pelo menos duas leituras. Uma delas revela que a intermediação financeira tem espaço para avançar ainda mais no contexto da economia nordestina. A outra sugere que esse espaço pode ser preenchido pela banca privada, que responde por cerca de um terço das operações de crédito da região, e ainda não recuperou suas taxas de crescimento

2 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro ¹ e Qualidade do Crédito

Posições em Final de Janeiro de 2010 e 2011

Estados/Regiões	Saldo Operações R\$ milhões		Varia. Nomi. (b) / (a) em %	Partic. %	Índice de Inadimplência ² - Jan/11 (%)		
	Janeiro 2010 (a)	Janeiro 2011 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	11.578	16.271	40,5	8,4	5,8	3,3	4,7
Piauí	6.065	7.931	30,8	4,1	4,7	2,9	3,9
Ceará	20.519	28.506	38,9	14,7	4,6	1,9	3,0
Rio Grande Norte	8.881	12.225	37,7	6,3	4,6	2,6	3,7
Paraíba	8.135	10.914	34,2	5,6	4,2	3,9	4,1
Pernambuco	36.653	45.658	24,6	23,6	4,8	1,2	2,4
Alagoas	7.472	9.980	33,6	5,2	4,7	3,2	4,0
Sergipe	5.890	8.413	42,8	4,3	3,5	2,4	3,0
Bahia	42.294	53.536	26,6	27,7	4,9	1,9	3,2
NORDESTE	147.205	193.432	31,4	12,4	4,8	2,0	3,2
NORTE	45.473	59.572	31,0	3,8	5,0	3,1	4,0
CENTRO-OESTE	118.351	142.379	20,3	9,1	3,9	2,1	3,1
SUDESTE	725.940	880.811	21,3	56,4	3,9	1,6	2,4
SUL	233.001	286.694	23,0	18,3	3,1	2,0	2,5
TOTAL REGIÕES ³	1.269.970	1.562.888	23,1	100,0	3,9	1,8	2,6

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011b.

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de janeiro/2011, a 91,1% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

anteriores à eclosão da crise financeira internacional de 2008. Os bancos públicos, que respondem por dois terços dos empréstimos, expandiram mais fortemente suas operações de crédito durante a crise financeira, como estratégia governamental anticíclica.

No final de janeiro último, um pouco mais da metade do saldo das operações de crédito (53,2%) do Nordeste foi destinada às empresas, sendo a parcela restante (46,8%) orientada para pessoas físicas. No contexto inter-regional, a maior parcela do crédito para pessoas jurídicas ocorreu no Sudeste (63,3%), enquanto o crédito para pessoas físicas teve uma participação maior no Centro-Oeste (57%).

No Nordeste, o maior incremento no saldo das operações de crédito, nos 12 meses

terminados em janeiro do corrente ano, ocorreu em Sergipe (42,8%), seguido por Maranhão (40,5%), Ceará (38,9%) e Rio Grande do Norte (37,7%). No que respeita ao tomador, houve predominância para os créditos destinados às empresas em Pernambuco (65,8%), no Ceará (57,2%) e na Bahia (55,3%). De outra parte, preponderaram os créditos tomados por pessoas físicas na Paraíba (66,1%), no Maranhão (60,1%), no Rio Grande do Norte (58,8%), no Piauí (57,0%), em Sergipe (55,5%) e em Alagoas (54,1%). Essa distribuição sugere que, para o primeiro grupo de estados, o crédito foi mais orientado para a produção, enquanto para o segundo os volumes de empréstimos foram canalizados mais para o consumo.

Mantendo-se em linha com os resultados nacionais, o aumento dos empréstimos no Nordeste foi também acompanhado por uma melhora na qualidade do crédito concedido. Dessa forma, o índice de inadimplência da região, que havia atingido 4,2%, em janeiro de 2010, caiu para 3,2%, em janeiro último, va-

lendo informar que a maior queda foi registrada nas operações de crédito para pessoas físicas, de 6,2% para 4,8%, enquanto para pessoas jurídicas caiu de 2,6% para 2%. Entre os estados, a maior taxa de inadimplência foi registrada no Maranhão (4,7%), enquanto a menor registrou-se em Pernambuco (2,4%).

7.3.1 - Desembolsos Realizados pelo BNDES

No primeiro bimestre de 2011, os desembolsos do BNDES realizados no Nordeste totalizaram R\$ 2,1 bilhões, significando um incremento de 36,2% sobre igual período do ano anterior, e bem acima da expansão verificada em âmbito nacional (7,3%). No período analisado, as liberações ocorridas na região corresponderam a 12% do total nacional, índice muito próximo da meta estabelecida pelo BNDES (13%), correspondente à participação nordestina no PIB brasileiro entre 1985 e 2007.

Na região, as liberações continuam com forte predominância para os setores de

transporte terrestre, administração pública, eletricidade, produtos químicos e comércio.

Tabela 3 – BNDES – Desembolsos Efetuados nas Regiões Brasileiras

Janeiro a Fevereiro de 2011

Estados/Regiões	Valores R\$ milhões	Variação % (a)	Participação % (b)
Maranhão	234,5	137,0	11,4
Piauí	53,3	40,8	2,6
Ceará	310,3	-24,2	15,1
Rio Grande do Norte	120,1	-18,0	5,8
Paraíba	58,6	15,1	2,8
Pernambuco	530,4	129,4	25,8
Alagoas	69,2	73,2	3,4
Sergipe	66,6	79,5	3,2
Bahia	616,8	33,9	29,9
NORDESTE	2.059,8	36,2	12,0
NORTE	1.650,7	135,4	9,6
CENTRO-OESTE	2.053,8	28,6	12,0
SUDESTE	7.313,1	-16,4	42,6
SUL	4.102,9	18,6	23,9
BRASIL	17.180,3	7,3	100,0

Fonte: BNDES, 2011.

(a) Variação observada no período jan-fev/11, em relação ao mesmo período de 2010.

(b) Participação no período jan-fev/11.

Na análise da distribuição por porte, observa-se que as grandes empresas absorveram dois terços dos financiamentos, ficando o terço restante para as e pequenas microempresas. Na distribuição interestadual, Bahia, Pernambuco e Ceará, juntos, absorveram 70,8% do total dos desembolsos, índice um pouco acima da participação dos referidos estados na economia regional (63,4%).

Em termos de evolução, os maiores aumentos nos desembolsos do BNDES na região ocorreram no Maranhão (137%), em Pernambuco (129,4%), em Sergipe (79,5%) e em Alagoas (73,2%), dentro do período analisado. Entretanto, ocorreram reduções nas liberações para o Ceará (- 24,2%) e Rio Grande do Norte (-18%).

7.4 - Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No final de janeiro, o saldo dos depósitos captados pelo sistema bancário nordestino³ alcançou R\$ 135 bilhões, correspondendo a uma expansão de apenas 6,3% sobre igual posição do ano passado, situando-se um pouco abaixo do índice verificado em âmbito nacional (16,7%), segundo informações fornecidas pelo Bacen (2011g).

Esse resultado deveu-se exclusivamente à expansão dos depósitos registrada pelos bancos públicos (16,4%), que respondem por quase dois terços do total, uma vez que os bancos privados apresentaram uma redução na captação de seus depósitos (- 8,1%). Entre os bancos oficiais, o maior incremento na captação de depósitos ocorreu no BNB (49,2%), seguido pela Caixa Econômica Federal (19,6%), Banco do Brasil (10,3%) e bancos estaduais (8,9%). Aliás, há mais de um ano o BNB vem liderando o aumento na captação de depósitos entre os bancos que atuam no Nordeste.

Na comparação entre os estados, observa-se que os maiores incrementos na obtenção de depósitos ocorreram em Alagoas (25,6%), Ceará (22,6%), Paraíba (16,1%) e Piauí (15,2%). Apenas Pernambuco registrou resultado negativo na captação de depósitos (-10,4%) no período analisado. A maior parcela dos depósitos captados na região ficou com a Bahia (25,3%), seguida por Pernambuco (24,5%), Ceará (22,2%) e Maranhão (5,4%).

Por outro lado, o estoque de crédito do sistema bancário nordestino⁴ atingiu o montante de R\$ 106,4 bilhões no final de janeiro

3 O sistema bancário nordestino aqui considerado é constituído pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, e representa um subconjunto do sistema financeiro nordestino, comentado no tópico anterior.

4 Na referida posição, o saldo das operações de crédito do sistema bancário nordestino representava 55% do total do sistema financeiro regional, enquanto em âmbito nacional registrava-se uma proporção de 87,9%. Essa diferença de participação pode ser explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito do Nordeste, e que, por definição, não são agrupadas no sistema bancário nordestino, embora figurem no sistema financeiro regional. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do sistema bancário nordestino no sistema financeiro do Nordeste elevar-se-ia para 85,9%.

Tabela 4 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a)

Janeiro de 2010 e 2011

R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos. Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Janeiro de 2010	39.082	28.223	4.939	5.428	1.982	74.715	52.259	126.974
Janeiro de 2011	43.093	33.747	7.369	7.988	2.158	86.986	48.041	135.027
Variação nominal, em %	10,3	19,6	49,2	47,2	8,9	16,4	-8,1	6,3
Participação Jan/11, em %	31,9	25,0	5,5	5,9	1,6	64,4	35,6	100,0
Operações de Crédito								
Janeiro de 2010	27.748	19.524	6.056	8.046	1.038	56.356	28.072	84.428
Janeiro de 2011	31.638	28.184	7.744	9.398	1.383	70.603	35.795	106.398
Variação nominal, em %	14,0	44,4	27,9	16,8	33,2	25,3	27,5	26,0
Participação Jan/11, em %	29,7	26,5	7,3	8,8	1,3	66,4	33,6	100,0

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011f.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos Públicos + Bancos Privados.

último, correspondendo a uma expansão de 26% sobre igual posição de 2010.

Os bancos privados voltaram a liderar o aumento das operações de crédito na região

Tabela 5 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados

Posição em Final de Janeiro de 2011

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Variação Jan-11/Jan-10	Participação Est/NE, Jan/11	Variação Jan-11/Jan-10	Participação Est/NE, Jan/11
Maranhão	8,0	5,4	21,8	6,6
Piauí	15,2	3,3	28,7	4,5
Ceará	22,6	22,2	23,0	13,5
Rio Grande do Norte	13,1	5,0	34,9	6,3
Paraíba	16,1	5,3	29,0	5,9
Pernambuco	-10,4	24,5	33,4	24,5
Alagoas	25,6	4,2	26,4	4,5
Sergipe	10,9	4,8	36,3	4,7
Bahia	5,2	25,3	18,7	29,5
NORDESTE ¹	6,3	100,0	26,0	100,0
BRASIL	16,7	...	24,2	...

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011f.

¹ No Nordeste, no final de janeiro de 2011, o saldo dos depósitos bancários havia atingido o montante de R\$ 135,0 bilhões e as operações de crédito R\$ 106,4 bilhões. Os saldos referem-se aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal. Não estão incluídas as operações de crédito realizadas pelo BNDES e pelo BNB/FNE no Nordeste.

(27,5%), apresentando resultado ligeiramente superior ao registrado pelos bancos públicos (25,3%). Vale ressaltar, a propósito, que antes da crise financeira internacional (2008) a banca privada exibiu em suas operações uma expansão acima do índice registrado pelos bancos oficiais, situação que se inverteu entre o final de 2008 e meados de 2010. Esse resultado reforça a argumentação apresentada em passagem anterior, onde se relatava que a intermediação financeira poderia ser ampliada ainda mais no âmbito da economia nordestina e que esse movimento

poderia ser liderado pela expansão das operações de crédito dos bancos privados.

Entre os bancos públicos, o maior aumento nas operações de crédito foi registrado pela Caixa Econômica Federal (44,4%), seguida pelos bancos estaduais (33,2%), BNB (27,9%) e Banco do Brasil (14%).

Em âmbito interestadual, o maior aumento das operações de crédito do sistema bancário nordestino foi experimentado por Sergipe (36,3%), vindo em seguida Rio Grande do Norte (34,9%), Pernambuco (33,4%) e Piauí (28,7%).

7.5 - BNB: Taxas de Juros e Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito

O Banco do Nordeste continua praticando em suas operações de crédito taxas de juros em níveis bastante competitivos em relação ao mercado brasileiro. A propósito, a sua posição relativa, revelada na pesquisa realizada pelo Banco Central do Brasil (2011f), no período de 24 a 30 de março último, sofreu uma melhora acentuada, comparativamente ao resultado do levantamento efetuado no final de 2010.

Dessa forma, o BNB manteve uma posição de destaque especialmente nas operações com pessoas jurídicas. Assim, no período referido, a taxa de juros cobrada pelo banco nas operações de conta garantida foi a sétima mais baixa do mercado de crédito brasileiro. Por sua vez, a taxa aplicada pelo BNB em operações de crédito para capital de giro prefixado foi a nona mais baixa, enquanto nas operações de desconto de duplicata o banco operou com a 12ª menor taxa do mercado de crédito brasileiro.

Para as operações com pessoas físicas, a taxa de juros cobrada pelo BNB no cheque especial foi a 13ª menor entre os bancos

pesquisados, mantendo-se a 23ª posição no crédito pessoal. Nas cinco citadas modalidades de operação houve ganho de posição, comparativamente ao resultado da pesquisa realizada no final do ano passado. Ademais, a melhora de classificação do BNB foi também acompanhada por redução nos juros cobrados nas cinco mencionadas categorias, de acordo com pesquisas realizadas pelo Bacen entre os finais do ano passado e de março último.

No final de fevereiro, o volume de depósitos captados pelo BNB no Nordeste totalizou R\$ 7,4 bilhões, assinalando um acréscimo de 40,9% quando comparado com o montante observado em igual posição de 2010.

Tabela 6 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro de Crédito

Data da Pesquisa/ Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Posição do BNB	Nº. Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado		
a) 24 a 30 de março/2011						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,24	6,35	1,74	9,76	13º	32
Crédito pessoal	2,19	4,70	1,05	16,30	23º	96
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,13	2,78	1,19	6,07	12º	53
Capital de giro prefixado	1,22	2,20	0,45	6,45	9º	71
Conta garantida	2,43	4,12	1,44	8,83	7º	39
b) 24 a 30 de dezembro/2010						
Pessoa Física						
Cheque especial	6,31	6,28	1,54	9,51	14º	34
Crédito pessoal	2,97	5,22	0,10	26,39	46º	98
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	2,44	2,79	1,16	5,02	23º	53
Capital de giro prefixado	1,54	2,35	0,87	6,83	13º	67
Conta garantida	2,48	4,00	1,61	8,68	9º	41

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2011g.

Obs: As taxas de juros divulgadas representam o custo total da operação para o cliente, incluindo também os encargos fiscais e operacionais, correspondendo à média das taxas cobradas nos períodos indicados. As taxas efetivas mês resultam da capitalização das taxas efetivas dia pelo número de dias úteis existentes no intervalo de 30 dias corridos, excluindo-se o primeiro dia útil e incluindo-se o último. Caso a data final seja um dia não útil, será considerado o próximo dia útil subsequente.

A maior expansão dos depósitos captados na região verificou-se na Paraíba (84,3%), vindo em seguida Ceará (56,4%), Sergipe (53,3%), Piauí (49,2%) e Pernambuco (38,7%). Na referida posição, os principais itens da estrutura dos depósitos do BNB na região eram representados pelos depósitos a prazo (59,8%), poupança (16,1%) e depósitos especiais (14,2%).

As operações de crédito do BNB realizadas na região atingiram o saldo de R\$ 7,8 bilhões no final de fevereiro, significando uma expansão de 28,1% sobre o valor registrado em igual posição de 2010. Na comparação interestadual, o maior incremento foi observado em Pernambuco (86,5%), vindo em seguida Rio Grande do Norte (61,4%), Paraíba

(55,5%) e Bahia (42,8%). Entretanto, verificaram-se reduções nos saldos das operações de crédito realizadas em Alagoas (- 37,3%) e no Ceará (- 4,1%).

No final de fevereiro, as operações de médio e longo prazos representavam 57,4% dos empréstimos do BNB realizados na região, cabendo a parcela restante (42,6%) às operações de curto prazo.

Dentre os programas operacionalizados pelo BNB, vale destacar pelo menos três, pelos seus impactos econômicos e sociais. Um deles é o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que visa ao fomento e fortalecimento de pequenos empreendimentos, notadamente de pessoas físicas. Dessa forma, no primeiro bimestre do

Tabela 7 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Fevereiro de 2011

Em %

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Fev-11/Fev-10	Participação Est/NE, Fev/11	Variação Fev-11/Fev-10	Participação Est/NE, Fev/11
Maranhão	-21,9	3,6	9,2	8,8
Piauí	49,2	2,0	35,7	8,0
Ceará	56,4	59,0	-4,1	14,9
Rio Grande do Norte	11,6	4,3	61,4	8,2
Paraíba	84,3	4,0	55,5	7,0
Pernambuco	38,7	9,4	86,5	12,1
Alagoas	23,3	1,8	-31,5	4,8
Sergipe	53,3	3,8	37,3	5,6
Bahia	14,3	12,1	42,8	30,6
NORDESTE (a)	40,9	100,0	28,1	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2011c.

(a) No final de fevereiro/2011, o saldo dos depósitos captados pelo BNB no Nordeste havia alcançado R\$ 7,4 bilhões e as operações de crédito atingiram R\$ 7,8 bilhões. Esses valores e as taxas de variação diferem dos apresentados na Tabela 4, cuja posição é final de janeiro/2011, enquanto a da Tabela 7 é final de fevereiro. Incluindo-se as agências extrarregionais, o saldo dos depósitos do BNB atingiu R\$ 8,5 bilhões, e as operações de crédito R\$ 10,3 bilhões.

corrente ano, foram contratadas na região 274,1 mil operações, com um ingresso de novos investimentos da ordem de R\$ 341,8 milhões, representando um aumento de 49,3% no número de contratações e de 53,7% no valor desembolsado, em comparação com o

mesmo período de 2010. O CrediAmigo caracteriza-se, ainda, por atender a uma clientela predominantemente feminina (65%) e operar com um pequeno valor médio por operação (R\$ 1.247,64), o que lhe garante uma grande capilaridade, assim como um re-

Tabela 8 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do CREDIAMIGO, PRONAF e FNE

Acumulado no Período Janeiro-Fevereiro de 2011

Em %

Estados	CREDIAMIGO		PRONAF		FNE	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	54,6	12,6	10,4	15,7	161,8	7,9
Piauí	37,7	11,2	28,8	7,9	-34,4	8,8
Ceará	45,3	29,3	29,2	19,3	45,8	28,5
Rio Grande do Norte	45,7	6,0	44,5	6,1	0,3	4,0
Paraíba	59,7	7,5	16,9	6,5	-18,5	2,7
Pernambuco	54,9	8,4	31,6	14,9	-17,7	11,4
Alagoas	69,0	6,0	15,0	6,1	-8,8	5,7
Sergipe	54,6	5,2	28,1	5,3	51,8	5,2
Bahia	85,1	13,8	93,9	18,2	65,8	25,8
NORDESTE	53,7	100,0	37,6	100,0	39,4	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2010, 2011c; 2011d.

¹ Variação nominal do valor das contratações no período de jan/fev-11, em relação a jan/fev-10.

² Participação dos estados no período de jan/fev-11.

Obs.: No período de jan-fev/11, o valor das contratações do CREDIAMIGO, no Nordeste, alcançou R\$ 341,8 milhões, do PRONAF R\$ 156,8 milhões e do FNE R\$ 1.472,9 milhões.

duzido índice de inadimplência (1,3%), bem abaixo da média para operações de crédito com pessoas físicas no Nordeste (4,8%).

O segundo é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que no período analisado contratou 49,3 mil operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 156,8 milhões, significando uma expansão de 16,8% na quantidade de contratações e de 37,6% no montante liberado.

O terceiro é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa a principal fonte de recursos de médio e longo prazos de que dispõe o BNB para fomentar o desenvolvimento regional. Nos dois primeiros meses de 2011, foram contratadas no Nordeste 53,7 mil operações no âm-

bito do FNE, proporcionando uma injeção da ordem de R\$ 1.472,5 milhões na economia regional, o que corresponde a um incremento de 16,2% na quantidade de contratações e de 39,4% no montante liberado.

Convém esclarecer que se ao montante liberado via FNE, no primeiro bimestre deste ano, for adicionado o valor total contratado pelo BNB, o volume de recursos injetados na região chega aos R\$ 3 bilhões, ou seja, mais de 40% acima dos R\$ 2,1 bilhões desembolsados no mesmo período pelo BNDES. Esses números são bastante eloquentes, e demonstram a grande importância dessas duas instituições oficiais de crédito para o financiamento do desenvolvimento do Nordeste, já que, juntas, desembolsaram R\$ 5,1 bilhões no período considerado.

7.6 - Conclusão

No primeiro bimestre, a evolução do crédito foi condicionada por fatores sazonais e pelos efeitos das medidas macroprudenciais implementadas em dezembro de 2010. Assim, no segmento de pessoas jurídicas prevaleceu o aspecto sazonal, expresso na expansão do crédito nos últimos meses de 2010 e no seu subsequente arrefecimento em janeiro e fevereiro. No segmento de pessoas físicas, o aumento das taxas de juros incidentes sobre as operações de prazos mais elásticos resultou em significativa contenção das concessões a partir de dezembro, notadamente nos financiamentos de veículos e no crédito consignado.

No Brasil e no Nordeste, a expansão dos empréstimos foi acompanhada por melhoria na qualidade do crédito. Dessa forma, a taxa de inadimplência, atualmente em 3,2% tanto no país como na região, vem declinando há mais de um ano, acompanhada de redução no volume total de provisões para créditos duvidosos constituídas pelo sistema financeiro.

Por outro lado, o Nordeste continua apresentando a maior taxa de expansão das operações de crédito dentre as regiões brasileiras,

desempenho que vem se repetindo, mensalmente, há mais de um ano, o que pode ser interpretado como resultante do dinamismo de sua economia. Os bancos privados voltaram a liderar o aumento das operações de crédito na região, retornando, assim, ao padrão vigente antes da crise financeira internacional (2008-2009), resultado que reforça a argumentação de que a intermediação financeira pode ser ampliada ainda mais no Nordeste e que esse movimento pode ser liderado pela expansão dos empréstimos da banca privada.

Há mais de um ano, o BNB vem liderando o aumento de captação de depósitos entre os bancos que operam no Nordeste, destacando-se, também, por cobrar taxas de juros bastante competitivas em suas operações de crédito, em relação à média praticada pelo mercado de crédito nacional. Além de reduzir

um pouco suas taxas de juros nas principais operações com pessoas físicas e jurídicas, o BNB também melhorou sua posição no grupo de instituições financeiras pesquisadas pelo Banco Central entre os finais do ano passado e de março último.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura – indicadores econômicos – moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011a.

_____. **Economia e finanças**: séries temporais – sistema gerenciador de séries temporais – economia regional – crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011b.

_____. Política monetária e operações de crédito do sfm. **Nota para a Imprensa**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 04 abr. 2011c.

_____. **Relatório de estabilidade financeira**, v. 10, n. 1, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011d.

_____. **Relatório de inflação**, v. 13, n. 1, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011e.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011f.

_____. **Sistema financeiro nacional**: informações sobre operações bancárias – taxas de juros de operações de crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 11 abr. 2011g.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **BNB – Conjuntura Mensal**, Fortaleza, n. 3, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2011a.

_____. **Cenários e Perspectivas Macroeconômicas**, Fortaleza, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2011b.

_____. **Informações da área de controle financeiro**. 2011c.

_____. Informações gerenciais do programa crediamigo. **Cadernos Mensais**, fev. 2010.

_____. Informações gerenciais do programa crediamigo. **Cadernos Mensais**, fev. 2011d.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **BNDES – Informativo Nordeste**, Recife, n. 26, jan. 2011a.

_____. **Desembolso mensal do sistema BNDES por regiões/unidades da federação**. 2010/2011b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de Conjuntura**, ma. 2011. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2011.



SAC Banco do Nordeste - Ouvidoria - 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br